

PETROBRÁS
SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
MEMÓRIA DA PETROBRÁS

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL

TIBIRIÇÁ, Maria Augusta.
Maria Augusta Tibiriçá (de-
poimento; 1987). Rio de Ja-
neiro, CPDOC/FGV - SERCOM/
Petrobrás, 1988.
144 p. dat. ("Projeto Memó-
ria da Petrobrás")

Maria Augusta Tibiriçá
(depoimento)

Proibida a Publicação no todo ou em
parte; permitida a citação.
Permitida a cópia xerox.
A citação deve ser textual, com
indicação de fonte

Esta entrevista foi realizada na
vigência do convênio entre o
CPDOC/FGV e o SERCOM/Petrobrás.
É obrigatório o crédito às ins-
tituições mencionadas.

ficha técnica

tipo de entrevista: temática

entrevistadores: Plínio de Abreu Ramos, José Luciano de
Mattos Dias e Valentina da Rocha Lima

levantamento bibliográfico e roteiro: Plínio de Abreu Ramos,
José Luciano de Mattos Dias e Valentina da
Rocha Lima

conferência da transcrição: José Luciano de Mattos Dias

sumário: José Luciano de Mattos Dias

texto: Dora Rocha Flaksman

leitura final: José Luciano de Mattos Dias

técnico de som: Clodomir Oliveira Gomes

datilógrafa: Márcia de Azevedo Rodrigues

local: Rio de Janeiro - RJ

data: julho a agosto de 1987

duração: 4 hs 30 min

fitas cassete: 05'

páginas datilografadas: 144

SUMÁRIO

1ª Entrevista: Origem familiar: o avô Jorge Tibiriçá, presidente de São Paulo; participação nas campanhas médico-sociais da mãe, Alice Tibiriçá; ingresso na campanha do petróleo a partir das conferências de Horta Barbosa em 1947; o Código de Minas de 1934: influência de Góis Monteiro; a lei ordinária de 1938 relativa a petróleo e gases naturais; a questão do petróleo como divisor de águas no Clube Militar: as teses Horta Barbosa e Juarez Távora; a vitória da Cruzada Democrática em 1952; participação da União Nacional os Estudantes (UNE) na campanha do petróleo; criação do Conselho Nacional do Petróleo (CNP) em 1938: a gestão Horta Barbosa (1938-1943) e o lançamento de sua tese do monopólio estatal; alerta de Horta Barbosa a Getúlio quanto às posições entreguistas de Aluísio Lima Campos; saída de Horta Barbosa do CNP e entrada de João Carlos Barreto; mensagem de Odilon Braga anexa ao anteprojeto do Estatuto do Petróleo(1948); o movimento feminista e as associações de bairro no início da campanha do petróleo; instalação do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo a 21 de abril de 1948 com a participação de amplos setores da sociedade; os três fatores de sucesso da campanha; organização em todo o país, objetivo claro e caráter suprapartidário; importância da participação do Partido Comunista; violência policial: o incidente diante da estátua de Floriano; as associações de bairro no pós-guerra; início da campanha: dissociação do aliado americano do truste americano; coordenação da campanha pelo Centro do Petróleo; o jornal Emancipação; penetração da campanha nas entidades de classe média, sindicatos urbanos e rurais; organização de congressos e convenções; Primeira Convenção Nacional de Defesa do Petróleo, realizada no Rio de Janeiro em outubro de 1948: contra o Estatuto do Petróleo e contra as concessões aos particulares; compra da refinaria estatal na França por Mário Bittencourt Sampaio e sua instalação em Cubatão; a força da opinião pública organizada; os partidos políticos e a campanha; as manifestações de militares em apoio à campanha proibidas pelo general Canrobert; orientação entreguista do anteprojeto do Estatuto do Petróleo e do projeto da Petrobrás; a disposição de Capaneima em 1951 de reativar o projeto do Estatuto do Petróleo; ameaça de fechamento do Centro do Petróleo e Segunda Convenção Nacional de Defesa do Petróleo em 5 de julho de 1951; repressão policial; o setor de propaganda do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo: relações com a imprensa, rádio e televisão, cursos populares, divulgação do interior através das Câmaras Municipais e Assembléias Legislativas; as finanças do Centro; o jornal Emancipação; ampliação do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo para Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN); importância das outras campanhas nacionalistas; o episódio Schoppel; a Constituinte hoje..... 51

2ª Entrevista: As uniões femininas e seu engajamento na campanha do petróleo; participação pessoal da entrevistada na campanha: sentimento de integração e não discriminação por ser mulher; comentários do coronel Correia de Sá e Benevides sobre a entrevistada; participação da entrevistada no Congresso Regional Sul em 1952: preocupação com os filhos, discurso em defesa do futuro dos filhos, menção à queda de Mossadegh no Irã; criação do Centro de Petróleo paulista; ida a Goiás em 1949: estruturação dos centros locais e comentários de membros do centro goiano; a posição da mulher nos partidos e movimento políticos; os fatores de sucesso da campanha do petróleo: organização, objetivos claros e caráter suprapartidário; distonia entre as bases e as direções dos partidos durante a campanha do petróleo; influência da Campanha do Petróleo nas campanhas eleitorais de Getúlio (1950) e Juscelino (1955); reação contra a campanha do petróleo nos anos 1951-1952, durante a tramitação do projeto Petrobrás: ameaças de fechamento do CEDPEN, Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, Clube Militar e UNE; análise do projeto de criação da Petrobrás; multinacionais e golpes: Juscelino e a Liga da Emancipação Nacional; Carlos Lacerda e o suicídio de Vargas; o CEDPEN na campanha eleitoral de 1950: eleição de Lobo Carneiro, Henrique Miranda e Leônidas Cardoso; Jânio Quadros, Roberto da Silveira, Roberto Gusmão; sobre a campanha do petróleo: organização das bases nos bairros, mobilização popular, general Raimundo Sampaio, participação de Arthur Bernardes; acordo com Getúlio Vargas para a votação da lei da Petrobrás na Câmara; divisão dos militares quanto à campanha do petróleo; a tese Horta Barbosa e sua saída do CNP em 1943; mudança na política petrolífera com João Carlos Barreto e Lima Campos; a reação dos partidários de Juarez Távora no Clube Militar em 1952 e a repressão e perseguição aos militares nacionalistas; tiroteio no ato inaugural da Segunda Convenção Nacional de Defesa do Petróleo; Estillac Leal e o Clube Militar; a atuação das multinacionais; a tentativa de golpe contra Getúlio, contra Juscelino e o movimento de 1964..... 136

3ª Entrevista: O apoio da Terceira Convenção Nacional de Defesa do Petróleo (julho de 1952) à emenda Bilac Pinto; a Lei 2.004, de 3 de outubro de 1953, como resultado de um acordo parlamentar: monopólio para a pesquisa, a lavra e o refino em troca da manutenção das refinarias privadas já existentes, da adoção do nome Petrobrás e da manutenção do comércio grossista fora do monopólio; Getúlio e o petróleo: nacionalismo e entreguismo, a Lei 2.004 e a tentativa de golpe das multinacionais, Carlos Lacerda e o suicídio de Getúlio; a assessoria econômica de Vargas; o apoio da UDN à emenda Bilac Pinto; a campanha do petróleo na Câmara; participação dos militares; histórico das pressões das multinacionais até a ameaça

de impedir a posse de Juscelino; a Liga da Emancipação Nacional e seu Congresso em Defesa do Petróleo em abril de 1955; definição da empresa nacional no Brasil: investidas e contra-investidas; os projetos de Plínio Pompeu e Adolfo Gentil; a exoneração de Plínio Cantanhede da presidência do CNP (1955); o Congresso de Defesa do Petróleo e o "Plano Prático para a Solução do Problema do Petróleo em Cinco Anos"; opinião do CEDPEN sobre Juracy Magalhães (1953) e Janary Nunes (1956) na presidência da Petrobrás; diferença da mobilização popular frente à Petrobrás e à Eletrobrás; pressões sobre a campanha do petróleo e sua desmobilização a partir de 1955; Juscelino e o fechamento da Liga da Emancipação Nacional (1956); prosseguimento da mobilização do CEDPEN no Clube Militar e na UNE; relação entre a visita do secretário de Estado Dean Acheson e as emendas estabelecendo o monopólio estatal do petróleo (Terceira Convenção Nacional do Petróleo); parlamentares contrários ao monopólio: Ismar de Góis e a emenda nº 32 (contratos de risco); a vitória da campanha e o prosseguimento das atividades do CEDPEN (1961); balanço da campanha do petróleo; o golpe de 64 como resultado da pressão das multinacionais; o caso da indústria farmacêutica; análise dos contratos de risco: tentativa com Antônio Dias Leite (1970), criação da Braspetro (1972), participação de Roberto Campos, instituição com Geisel (1975) e influência da ditadura no processo de desmobilização; a campanha de 1987: participação dos trabalhadores; as concessões feitas pelo governo militar; a Petrobrás e seus presidentes; a necessidade de se combater os contratos de risco; a validade da tese Horta Barbosa: monopólio dos trustes ou monopólio do Estado; a vitória de 1953 e a necessidade de manter a mobilização na campanha de 1987..... 144

1ª Entrevista: 21.07.1987

P.R. — Maria Augusta, antecipando um pouco a Campanha do Petróleo, nós verificamos pelo seu currículo que você iniciou a sua atividade política através de campanhas médico-sociais, que você realizou ainda durante o tempo de estudante, ou anteriormente, talvez. Então, eu queria perguntar o seguinte: se na formação da sua vocação política influíram, por acaso, os laços de parentesco que você tem com o presidente de São Paulo, Jorge Tibiriçá, de Piratininga, que governou o estado no governo Rodrigues Alves.

M.T. — Realmente, Jorge Tibiriçá era pai de meu pai, era meu avô. E era de uma família toda de políticos, de políticos, digamos, da ala mais conservadora de antes da Revolução de 30. Então, obviamente, desde criança nós éramos criados conversando política na nossa casa. Isto realmente, de qualquer maneira, gera um clima de esclarecimento, e a pessoa já vai abrindo sua mentalidade para o que se passa em torno de si na política e no cenário onde vive, no cenário nacional.

Agora, especificamente, quanto às campanhas médico-sociais a que você se refere, a influência teria sido mais diretamente da participação, de um acompanhamento que fiz desde menina dos trabalhos de minha mãe, Alice Tibiriçá, que se projetou realmente no cenário nacional pelas campanhas médico-sociais que... Em 1926 ela iniciou uma grande campanha médico-social no Brasil, a luta contra a hanseníase. Lepra, não é? E ela já lançou essa campanha com um caráter muito progressista, uma visão muito larga, porque ela dizia que não bastava atender a um grupo de doentes sob uma forma de assistência puramente, uma vez que

o Brasil era tão grande, e tantos doentes havia. E seria mais importante que se mobilizasse uma consciência nacional, que levasse o povo a exigir do governo uma atuação para que se erradicasse a enfermidade. Foi com esse espírito amplo que ela criou assim, em 1926, a Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra. O nome traz todo um programa. Daí ela partiu para a criação de uma rede de entidades em todo o país e congregou-as numa federação. Em 1933 ela realizou uma conferência para a uniformização da campanha contra a lepra - hoje não se usa a palavra lepra, para tirar o preconceito, usa-se hanseníase. Mas eu estou me reportando aos nomes da época, não é? E ela própria foi precursora de que se mudasse o nome de lepra para hanseníase. E assim o fez. Ela tinha uma visão muito larga. E em 33, como eu dizia, houve essa conferência, e o Getúlio, então no poder, mandou dizer que as resoluções da conferência seriam aproveitadas como programa das campanhas contra a hanseníase no Brasil. Agora, ela era combativa. E já nessa campanha o seu lema era: "Com o governo se preciso, sem o governo se possível, e até mesmo contra o governo se assim for necessário." risos E foi. A luta dela foi muito grande. [risos]

Então, garota ainda, menina ainda, eu já participava dessas campanhas, a acompanhava em movimentos, entrava em hospitais, freqüentava todas as atividades públicas que se faziam, viagens, campanhas, e fui me integrando. E hoje eu sou médica por isto. Porque realmente, se eu tivesse seguido espontaneamente, talvez, minha vocação, eu tivesse sido advogada ou jornalista, ou as duas coisas. Não me arrependo porque estou realizada na minha profissão. Mas a origem, ... Você me perguntava a influência, e eu dei

uma longa resposta, porque se fazia necessário.

P.R. - Claro. Nessa época, no início dos anos 30, quando você começou a sua vida universitária, o problema do petróleo começou a ser agitado no país. Exatamente porque em 34 foi decretado o primeiro Código de Minas...

M.T. - Exatamente.

P.R. - ... e, logo em seguida, a Constituição de 34 estabeleceu pela primeira vez no Brasil aquela distinção entre a propriedade do solo e a propriedade do subsolo.

M.T. - Exato.

P.R. - Você nessa época já começava a se interessar especificamente pelo problema?

M.T. - Foi um pouco mais tarde. Realmente, a minha participação no problema do petróleo - eu conheço bem a legislação porque a gente estudou isso tudo depois -, a minha participação na Campanha do Petróleo se deu posteriormente, após as memoráveis conferências do Horta Barbosa no Clube Militar, que lançaram o problema a nível de povo, a nível nacional. Isso foi no ano de 1947.

P.R. - Certo.

M.T. - E nessa época então é que todos nós nos engajamos na campanha. E já que começamos falando das campanhas médico-sociais e estamos passando para a do petróleo, eu me lembro bem de que Alice Tibiriçá, que dedicou todo o resto de sua vida à Campanha do Petróleo, viajando e fazendo, como todos nós fazíamos à época também, grandes excursões pelo país, lembro de que ela dizia - era uma grande oradora - que havia perdido 20 anos de sua vida em lutas parciais, porque somente quando o Brasil fosse emancipado eco

nomicamente seria emancipado politicamente. E conseqüentemente poderia resolver os seus problemas médico-sociais. Então, realmente, foi uma visão muito larga da época, e todos nós nos engajamos na Campanha do Petróleo, eu inclusive, respondendo à sua pergunta, entre 47 e 48.

Conhecemos essas legislações por força da necessidade de, pela campanha afora, procedermos a esclarecimentos, explicando como a campanha foi feita, e principalmente, também, pela necessidade de criar uma consciência nacional, esclarecendo, elucidando. E todas essas legislações... Você falava no Código de Minas. Realmente, da proclamação da República até 1934, as jazidas, os minérios, pertenciam ao proprietário do solo. Em 34 foi que se começou a estabelecer essa legislação, com o Código de Minas. Até se diz que foi porque o Góis Monteiro teria influído para que o petróleo não caísse na mão do americano, porque ele tinha tendências mais nazistas, digamos assim, e não queria prejudicar a Alemanha. Isto é o que parece ter sido a origem da influência do Góis Monteiro, mas o que valeu é que se estabeleceu realmente uma legislação diferente, e a partir daí, e da Constituição de 34, as jazidas já não pertenciam mais ao proprietário do solo, e sim à União, que poderia dar autorizações ou concessões para que fossem utilizadas, mas por brasileiros natos, ou por companhias - que nunca se aproveitaram realmente das chances que tiveram nessa e em outras constituições. E outras vieram depois, como... Não sei se interessa agora vocês saberem mais ou menos essa ordenação das constituições. Seria o caso agora? Vocês...

P.R. - Isso você pode falar...

M.T. - Pois é. Então, já que estamos nesse problema, isso

foi em 34. E em 37, surgiu uma nova Constituição, seguida, em 38, de uma lei ordinária. E aí os minérios* passavam a ser propriedade imprescritível e inalienável do governo, que poderia dar concessões - aí ficou bem explícito - a particulares, a brasileiros ou a companhias que só tivessem capitais brasileiros. Foi então que se abriram realmente algumas autorizações, mas, por falta de recursos ou de outros meios, nenhuma companhia particular se interessou pelo problema.

P.R. - Nessa época, quando houve as duas conferências, do general Horta Barbosa e do Juarez Távora, que tinham pontos de vista conflitantes... Retrocedendo um pouco, em 1944 havia sido eleito presidente do Clube Militar o general Salvador César Obino, que havia derrotado general Valentim Benício, que era o candidato do Dutra e do Góis.** Nessa época, o problema do petróleo interferiu nessa campanha?

M.T. - Olhe, o problema do petróleo realmente foi sempre um divisor de águas, como eu digo no meu livro O petróleo é nosso - a luta contra o entreguismo e pelo monopólio estatal, editado pela Vozes em 1983. Aí eu digo claramente que a Campanha do Petróleo foi na realidade, à época, no Clube Militar, um divisor de águas. De um lado ficavam os partidários da tese do depois marechal, então general Horta Barbosa, autor da tese do monopólio estatal. De outro

* Nem todos os minérios, apenas petróleo e gases naturais. Ver Decreto-Lei nº 366, de 11/3/38.

**O general Obino foi eleito somente em 1947. Quem derrotou o general Valentim Benício em 1944 foi o general José Pessoa.

lado estavam aqueles que defendiam a tese do Juarez Távora, que era entreguista. Agora, é interessante notar que a conferência do general Horta se fez durante a gestão do general César Obino. Foi quando foram lançadas essas conferências, e o povo começou a participar realmente, tomando a si, em seus braços, a causa do monopólio estatal, que era a única solução compatível com os interesses nacionais. E no Clube Militar, depois do César Obino, veio a chapa Estillac Leal - Horta Barbosa. E também houve esta competição em torno, basicamente... O divisor de águas, como eu dizia há pouco, era a posição em relação ao problema do petróleo. E venceu a chapa Estillac Leal-Horta Barbosa, felizmente.

Até, digamos, 1952, nós tivemos este grupo, que foi realmente defensor do monopólio estatal, dirigindo o Clube Militar, que foi um baluarte também na campanha. E em 1952 - e aí nós já vamos começando a organizar a nossa entrevista, mas deixando... Depois temos que voltar às constituições, porque há muita história do Horta Barbosa nisto antes de chegar às conferências dele. Mas vamos ordenar. Em 1952, então, ocorreu a primeira vitória, no Clube Militar, da oposição, que curiosamente se chamava Cruza da Democrática. Mas que justamente - com o Etchegoyen, não é? - era o oposto, era a reação, era o grupo dos entreguistas que ganhavam. Coincidentemente, - na verdade isso não é uma simples coincidência - na União Nacional dos Estudantes também o grupo que... A União Nacional dos Estudantes, os estudantes em si, foram os pioneiros da Campanha do Petróleo, os primeiros que se lançaram às ruas quando houve a proclamação do Horta Barbosa. Eles foram os primeiros a correr e a reconquistar a praça pública. E as

sim foi. E os presidentes da UNE eram sempre aclamados presidentes de honra do Centro - nós já estamos falando do Centro antes de criá-lo. Num papo informal, numa conversa informal, nós já estamos... É. Mas então vamos ordenar um pouco, porque nós aqui conhecemos, nós temos aqui o Plínio Abreu Ramos, que foi companheiro de campanha, e um dos líderes estudantis da época. Até no meu livro, quando eu tratei do problema dos estudantes, um dos entrevistados a respeito foi o Plínio, não é, Plínio?

P.R. - Foi.

M.T. - A gente vai se empolgando, vai caminhando, mas vamos nos lembrar que quem vai nos ouvir quer uma certa ordenação nos fatos. Então, acho que devemos ir buscar um pouco lá atrás certos outros fatos que nós deixamos pendentes. Não queremos cair num formalismo cronológico, mas também não nos dispersemos, não é melhor? Nós estávamos falando nas constituições e paramos na legislação de 38. E seria interessante dizer que foi em 1938, com essas legislações, que se criou o Conselho Nacional do Petróleo, que foi entregue, em boa hora, ao general Horta Barbosa. E o general Horta Barbosa, nos seus estudos, chegou à conclusão de que somente - foi quando ele jogou sua tese - somente o monopólio estatal poderia preservar os nossos interesses, porque a indústria do petróleo é essencialmente monopolista. Ou ela é monopólio do truste, ou é monopólio do Estado. E teria que ser monopólio do Estado para preservar a nossa economia contra a rapacidade dos trustes, como eram chamados então, e são até hoje. Só que hoje estão sendo chamados de multinacionais, transnacionais. Mas é bom, para quem nos ouve hoje, saber que à época, como até hoje ainda podemos chamá-los, eram os trustes. Então,

quando eu aqui falar nos trustes, é como eram chamados durante todo o correr da Campanha do Petróleo. [rindo]

P.R. - Nome de guerra. [rindo]

M.T. - Nome de guerra. [rindo] Pois é. Então, quando o Horta assumiu a presidência do Conselho, ele teve o cuidado de mandar técnicos ao Uruguai, à Argentina, para formar os nossos próprios técnicos, coerente com a sua posição. Começaram a se descobrir os poços de petróleo na Bahia e um de gás. Então, o Horta Barbosa se empenhou para que houvesse uma refinaria. E a tese do Horta Barbosa, que defendemos durante toda a campanha, era de que, instalada a refinaria, que é a parte lucrativa da campanha, mesmo com o petróleo importado ou já com o nosso que começava a aparecer, os lucros da refinaria iriam financiar a pesquisa e a lavra, que são mais onerosas, até conseguirmos a nossa suficiência em petróleo. Essa tese nós defendemos até hoje. Foi relegada mais tarde. Mas a gente vai chegar até mais tarde. Vamos nos ater por enquanto aos idos de... Quarenta e... Não, nós estávamos em 38. De 38 até 43, quando Horta Barbosa esteve à frente do Conselho Nacional do Petróleo.

J.D. - E essas questões chegavam ao público em 38?

M.T. - Olhe, penso que muito pouco. E à época eu não participava da campanha. Nós não temos informações precisas quanto à participação popular, mas posso afirmar que passaram a chegar realmente ao povo a partir de 47. Porque inclusive a época era uma época difícil de ditadura, em que os meios de... Havia o DIP, lembra-se, não é? Havia o DIP. De maneira que praticamente esses dados estão sendo trazidos agora para nós.

J.D. — E o Estado Novo utilizava essa legislação como forma de legitimação de sua posição nacionalista, ou coisa assim?

M.T. — Olhe, aí é que nós vamos ver se realmente a posição do Estado Novo seria ou não nacionalista. Essa sua pergunta foi muito importante. E vamos então ordenar os fatos. Porque quando Horta Barbosa lançou a tese do monopólio estatal, começou a haver, assim, uma situação de mal-estar do lado dos entreguistas, começou a haver uma campanha contra, e começaram a dificultar a instalação da refinaria. E aí surge uma coisa importante, respondendo à sua pergunta. Com o Horta Barbosa proclamando que havia necessidade da nossa refinaria e do monopólio estatal, foi ouvido o Conselho Técnico de Economia e Finanças, do qual participava com destaque o senhor Aluísio Lima Campos. Ele era realmente entreguista, participava abertamente, inclusive, em entrevistas a jornais - se não me engano, o Correio da Manhã de 42... Eu não tenho de cor a data, mas foi em 1942 que ele lançou uma entrevista em que dizia abertamente que só o capital estrangeiro poderia resolver o problema do nosso petróleo. E o Odilon... Não, não foi o Odilon Braga, foi o ministro Sousa Costa, ministro da Agricultura...

P.R. — Da Fazenda.

M.T. — Da Fazenda. Isso. Desculpe. Gostei da... Da Fazenda. Exatamente. Sousa Costa, ministro da Fazenda, encaminhou o parecer do Lima Campos ao Getúlio. E, nessa ocasião, Horta Barbosa, conhecendo bem essa filosofia entreguista do Lima Campos, fez um ofício confidencial a Getúlio alertando-o para isto, para a posição entreguista do Lima Campos. Pois bem. Em 1943 - estamos seguindo, de 42

estamos chegando em 43 - já havia assim essa pressão para que se... Naturalmente pressão não gratuita, pressão trazida pelos trustes, pelas multinacionais. Então, em 43, Horta Barbosa, alegando a necessidade de se dedicar a um esforço de guerra, de voltar a seus afazeres militares, se afastou do Conselho Nacional do Petróleo. Mas na realidade ele não teria deixado essa campanha a que ele dedicou toda a sua vida não fora a pressão e a impossibilidade de poder realizar algo. Porque ele já tentara construir uma refinaria e foi encontrando obstáculos em cima de obstáculos, obstáculos em cima de obstáculos, até que a guerra terminou por impedir a instalação dessa refinaria. Agora, vou completar a resposta à sua pergunta, jovem. O Getúlio, aceitando a demissão de Horta Barbosa, nomeou João Carlos Barreto, altamente entreguista, para o Conselho Nacional do Petróleo. Meu Deus! Ouçam! E para lá levou Aluísio Lima Campos! Getúlio estava avisado das suas posições, conhecia as posições de Lima Campos e levou-o para o Conselho. Então, eu não posso dizer que a ditadura tivesse princípios nacionalistas. [risos] Como eu tenho compromisso com a história, procuro responder a cada pergunta, se possível, com fatos. E os fatos foram esses.

V.L. - Mas acho que poderíamos caracterizar dois momentos na política do Estado Novo, quer dizer, o momento até a entrada na guerra, e portanto o alinhamento com os Estados Unidos, e o momento posterior à entrada na guerra.

M.T. - Bom. Nós estamos tratando de duas coisas. Estamos tratando do problema do alinhamento na guerra - realmente o Brasil tomou uma posição, felizmente, coerente. Nós pertencemos aos Aliados e combatemos na Europa, e nossos pracinhas, de gloriosa memória, lá estiveram; e consegui-

mos colaborar para que o nazismo fosse derrotado.

V.L. — Mas é no sentido da política do petróleo.

M.T. — Agora, na política do petróleo...

V.L. — Eu pergunto sobre o alinhamento em relação a essa política.

M.T. — Na política do petróleo nós estamos prosseguindo e estamos vendo o que ocorreu, no transcurso da guerra, no Conselho do Petróleo. Já foi durante o período da guerra que os entreguistas conseguiram ficar com o Conselho Nacional do Petróleo. E prosseguindo, nós vamos ver que esse senhor Lima Campos, ele teria sugerido uma modificação nos preceitos constitucionais e na legislação.

J.D. — Na de 37, na Constituição.

M.T. — Na legislação de 37 e no decreto-lei de 38. Se não me engano - eu estou sem... Me parece que é Decreto-Lei 395, de 1938.

P.R. — Esse é que cria o Conselho Nacional do Petróleo.

M.T. — Exatamente. Então, ele teria sugerido modificações nessas legislações. E o Código de Minas, em 34, já estabelecia princípios nacionalistas. Então, Lima Campos queria exatamente modificar no sentido entreguista. E, continuando a pergunta do período de guerra, nesse período então houve o seguinte - aí já estamos praticamente saindo da guerra. O Lima Campos fez o seu parecer, e, a partir do parecer de Lima Campos, Odilon Braga fez uma mensagem que acompanhou, já no governo Dutra, já em fevereiro de 1948, no início do governo Dutra, o anteprojeto do Estatuto do Petróleo, que era terrível. Terrível no sentido de entreguista. Mas terrível! Era uma coisa assim monstruo-

sa, aberrante, e abria concessões por 30 anos para a multi¹ nacional, prorrogáveis por mais dez, que poderiam ainda ser prorrogados, e no final, se nós resolvêssemos ficar com a jazida, teríamos que indenizar tudo o que a multinacional tivesse gasto e ainda o valor do petróleo que estivesse debaixo da terra. Isso era um dos itens, para não precisarmos nos alongar. Era realmente uma monstruosidade de lesa-pátria, como assim foi chamado por várias ilustres figuras, esse Estatuto do Petróleo. E nós estamos então vendo que foi... foi em fevereiro de 48; as conferências... Agora já estamos nos arrumando onde paramos há pouco, não é, Plínio?

P.R. - É. [rindo]

V.L. - Estamos nos arrumando, e eu vou interromper fazendo uma pergunta.

M.T. - Vamos Valentina.

V.L. - É o seguinte: eu quero levar muito para o lado pessoal, também, da sua vinculação com isso, retomando aquela pergunta sobre como é que a senhora se liga à questão do petróleo. Porque a senhora diz que foi a partir da conferência do Horta Barbosa, no Clube Militar, "que nós todos nos engajamos na campanha". Não é?

M.T. - Exato.

V.L. - Primeiro: "nós todos" - a quem a senhora está se referindo? Segundo: por que a senhora, que vinha de uma trajetória não só daquelas lutas na área médica, mas depois na área da mulher...

M.T. - Da mulher, em defesa dos direitos da mulher. Associações femininas de... Justamente a sua pergunta, Valentina... Prossiga, porque é interessante.

V.L. — Pois é. E todo esse trabalho com mulheres, vinculação ao trabalho de bairro, também. Por que houve essa sensibilização de pessoas que estavam nesses movimentos para se ligarem ao chamamento feito pelo Horta Barbosa nesse pronunciamento?

M.T. — Olhe, essa pergunta é muito profunda e muito interessante, merece uma análise histórica que precisa ser feita. Vamos então à época que você já figurou. Havia realmente um movimento feminino organizado muito intensivo. Bem maior do que o que está havendo hoje, porque havia uniões femininas em praticamente todos os bairros do Rio de Janeiro, pelos estados também um movimento igual se articulava, e já estava em funcionamento, e essas uniões se reuniam, se congregavam para trabalhar de forma organizada. Eu acompanhei de perto esse trabalho. E inclusive Alice Tibiriçá, minha mãe, criou o Instituto Feminino de Serviço Construtivo, a partir de entidades que... Porque ela não trabalhou só na campanha contra a hanseníase, ela prosseguiu em campanhas médico-sociais em relação à tuberculose, saúde mental, cegos etc.. E através de uma dessas entidades, ela criou esse Instituto Feminino, para congregar inicialmente essas uniões femininas contra a carestia. Ordenando um pouco esse movimento feminino, que depois vai ficar para trás, em 1949 houve aqui no Rio de Janeiro um congresso do Distrito Federal que criou a Associação Feminina do Distrito Federal, e um congresso nacional das entidades que se organizavam, que havia em todos os estados, um congresso nacional que criou a Federação de Mulheres do Brasil, do qual Alice Tibiriçá foi eleita presidente, cargo que ocupou até a sua morte em 8 de junho de 1950. Bom. Isso para dar uma organização, um sentido de como era o

movimento feminino.

Mas além do movimento feminino havia também à época várias associações de bairro, como, digamos, o Centro Democrático Catete-Laranjeiras - comecei por este, porque a ele eu pertencia. E há até um dado curioso, que talvez valha a pena registrar: Alice Tibiriçá era presidente desse centro, e Café Filho era vice-presidente. [risos] Não é? A história se faz mesmo... É interessante. Porque até assumir a presidência - como às vezes as posições importam, não é? - ele teve uma atuação muito progressista, muito avançada. Na presidência é que foi melancólica a sua passagem.

Mas, voltando a responder à sua pergunta: ao chamamento do Horta Barbosa, quando começaram... Outra entidade de bairro, desta feita a Liga Antifacista da Tijuca - primeiro organizou-a o general Euclides de Figueiredo, o pai, dona Nuta Bartlett James era a presidente na ocasião, e Henrique Miranda era o secretário, quando houve um ato público... Há pouco conversávamos sobre isso, antes da entrevista, não é, Plínio? Companheiro de campanha, ele estava se lembrando: "Foi na ABI". Eu digo: "Não, foi lançado no Automóvel Clube." Mas desta feita foi na ABI. No dia 4 ou 5 de abril, 4 de abril de 1948, a Liga Antifascista realizou um grande ato público na ABI, e nessa ocasião a Liga havia resolvido lançar a Campanha do Petróleo. E foi então anunciado o propósito da criação do Centro Nacional de Estudos e Defesa do Petróleo, como se chamou originalmente. Posteriormente é que foi ampliado, e a denominação passou a ser de Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional. Em um congresso realizado mais tarde. Mas já fica aqui ordenado. E en-

tão o Centro foi lançado, realmente, no nono andar da ABI, onde agora há poucos dias relançamos a campanha, porque hoje como ontem ainda precisamos consolidar a vitória do povo brasileiro. E a ABI tem uma história também nisso.

Mas, a partir disso - e eu já vou responder à sua pergunta - a partir desse lançamento do Centro, no dia 9 de abril a comissão organizadora já se reunia - eu estive presente a esses atos, e sou realmente sócia-fundadora do Centro, qualidade de que me orgulho muito, porque durante todos os anos e até hoje estou militando ainda na campanha -, a 9 de abril a comissão organizadora se reunia, e no dia 21 de abril desse mesmo ano se instalava o Centro. E eu trouxe para vocês aqui a fotografia original da instalação brilhante do Centro Nacional de Estudos e Defesa do Petróleo, no Automóvel Clube, com grandes figuras ali representadas, inclusive o Artur Bernardes, que sempre foi chamado de presidente Artur Bernardes, Horta Barbosa, o general Felicíssimo Cardoso, que foi durante muito tempo deputado, parlamentares de todos os partidos e membros de militância sindical, sem contar os estudantes, que, como eu já disse, foram os pioneiros, já tinham levado para as ruas a campanha e o grito do "O petróleo é nosso". Então, realmente, numa unidade das mulheres, congregadas nas suas uniões femininas, e de todo... numa verdadeira união, já desde o início, foi lançado o Centro, e com o Centro, a campanha.

Agora, quanto a esta sua pergunta, sobre como é que eles se engajaram, eu quero dizer que desde o início foi feita uma grande campanha de esclarecimento que atingiu realmente todo o país. Mas nós tínhamos uma grande

dificuldade que era a imprensa, porque com a multinacional, com o truste, como nós chamávamos à época, dominando os meios de publicidade, como até hoje ainda fazem, era muito difícil. Eu sempre trabalhei na propaganda e intercâmbio com os estados, então sei como nós tínhamos dificuldade de vencer todas aquelas etapas para conseguir chegar. Então, o que é que se fazia? Nós começamos a fazer volantes impressos elucidativos. Tamanho ofício. E nós dizíamos assim... Está aqui um, eu mostrei ainda há pouco também a vocês...

[FINAL DA FITA 1-A]

M.T. — ...está aqui à disposição se quiserem fotografar, porque nós guardamos com muito carinho esses exemplares que restam, são históricos: "O que se deve saber sobre o problema do petróleo. Há na Câmara Federal um estatuto que diz: deve..." Então explicávamos no volante qual era o perigo, o que precisávamos combater, dávamos o endereço do Centro para as adesões, e no verso dávamos as opiniões de ilustres personalidades, acatadas e insuspeitas personalidades, sobre o problema e o chamamento à luta. Agora, respondendo especificamente à sua pergunta, devo dizer...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

M.T. — Respondendo especificamente à sua pergunta, quero dizer o seguinte: esta campanha teve rigorosamente um caráter suprapartidário, que foi um dos elementos de sua vitória. Aliás, eu posso desde já enumerar três elementos que nos levaram à vitória. Primeiro: uma organização re-

almente efetiva em todo o Brasil, a que eu vou voltar daqui a pouco. Uma organização de comissões de defesa do petróleo em todos os bairros, estados, municípios, fábricas, escolas, congregadas pelos centros estaduais e pelo centro nacional. Enfim, uma organização efetiva que deu a estrutura básica. Segundo: um objetivo nítido, um objetivo claro, que era lutar em defesa do petróleo nacional. O povo estava sendo instruído como lutar e com que objetivo. Naquela ocasião era a derrota do Estatuto do Petróleo, porque nós queríamos o monopólio estatal para o petróleo. E o terceiro elemento... Primeiro: a organização, segundo: o objetivo definido, e terceiro: o caráter suprapartidário, porque realmente se congregavam no Centro, indistintamente, elementos de todos os partidos políticos de então.

Agora, respondendo especificamente à sua pergunta, e por um dever histórico, nós devemos dizer que uma coisa que contribuiu muito para que as entidades de massa, como assim chamávamos, movimentos de bairro e outras entidades de massa, se interessassem e participassem da campanha, foi um fato que se deu também na conjuntura histórica do momento. O Partido Comunista, os comunistas, como os outros... Eu disse que foi suprapartidário, então os comunistas, assim como elementos de todos os outros partidos, participavam da campanha. Mas o Partido Comunista tinha saído da legalidade, exatamente na ocasião tinha sido cassada a sua legalidade. E, efetivamente, os comunistas sempre foram muito atuantes e participavam das entidades de massa em geral, trabalhando em cada uma delas pelo objetivo que cada uma delas determinava. Ali era o objetivo do organismo. Então, eu posso afirmar que este foi

um dos elementos, inclusive no próprio Centro de Petróleo, que permitiu uma organização tão ampla pelo Brasil. E é um dever histórico mencionar isto aqui neste momento, porque, em todos os pontos onde eles estivessem, eles se engajaram na campanha com o objetivo de auxiliar a Campanha do Petróleo. E até se deu um fato interessante, que cabe aqui mencionar. Como sempre quiseram derrubar a Campanha do Petróleo, diziam: "A campanha é comunista! A campanha é subversiva!" Esses slogans que o próprio trustee se encarregava de jogar. E numa ocasião procuraram o presidente Artur Bernardes e disseram a ele: "Vossa Excelência sabe que na campanha, no Centro, há comunistas?" E ele com aquela sua voz pausada, disse: imitando Bernardes "Eu sei. Eles estão lá e trabalham muito. Mas em defesa do petróleo." Isso é um depoimento histórico da maior importância. Um dos elementos, respondendo a você, Valentina, um dos elementos, do porquê dessa congregação de todas as frentes e dessa organização em todo o Brasil, um dos elementos foi esse.

V.L. — A participação do Partido Comunista.

M.T. — Foi. Foi muito importante.

V.L. — Em termos organizativos.

M.T. — Organizativos. Exato.

J.D. — Logo no início a senhora citou uma frase da Alice Tibiriçá sobre as relações com o Estado. Quais eram as relações dessas organizações de bairro, dessa vida organizativa autônoma com o Estado? Problemática? Difícil?

M.T. — Muito boa pergunta. Essas perguntas ajudam, porque vão trazendo tanta coisa... Olhe, eu queria dizer o seguinte. A campanha, como todos os seus militantes, fos-

sem de que partido fossem - e agora eu completo e continuo a organizar o nosso pensamento -, a campanha tinha um objetivo muito nítido: nós combatíamos o Estatuto do Petróleo, altamente entreguista, enviado à Câmara Federal pelo governo Dutra. Isso nós dizíamos e proclamávamos, sem nenhuma hesitação. Agora, nunca foram feitos ataques pessoais à autoridades, ao próprio Dutra. Não fazia parte da campanha. A campanha tinha um objetivo nítido e perseguia esse objetivo nítido. Realmente, isso não impediu que a reação fosse violenta, que o governo permitisse que a campanha fosse muito perseguida, e também os seus participantes. Essa coisa de tortura, de assassinato, não foi só de agora, não. Durante a militância da campanha - e o meu livro consigna perfeitamente isto - houve muitos atos que foram violenta e arbitrariamente desmanchados pela violência policial, atacados pela polícia. Um comício que se convocou em Santos, em 1949, setembro de 49, quando iam anunciar uma arbitrária proibição do comício, o comício foi tiroteado, e Deoclécio Santana faleceu. E os militares que participaram da campanha - há um capítulo no livro que trata disso - foram discriminados, foram processados, foram torturados. Então, realmente, eu não posso chamar isso de uma relação amistosa com o Estado.

Mas então, creio que pude traçar nitidamente a nossa posição invariavelmente firme, destemida, mas dentro dos princípios legais. E até houve fatos interessantes porque, diante de violências policiais, em certa ocasião, quando se instalou o Congresso de Defesa do Petróleo do Distrito Federal, a comissão diretora do Centro houve por bem ir ao chefe de polícia e pedir que ele designasse um representante, que foi o Luís Medronho Cantuária, que co-

meçou a freqüentar os atos públicos. E ele compareceu à instalação do Congresso de Defesa do Petróleo oficialmente, na posição de representante. Quando terminava o ato houve a proposta de que se levassem as flores do ato à estátua de Floriano, na praça Floriano. Isso já era no final da noite, e se teria apenas homenageado Floriano com as flores e as autoridades e o povo ali presente, não fora a violência, a truculência da Polícia Especial, que compareceu e passou a tirotear, a jogar bombas de gás lacrimogêneo na multidão então presente, com vários oficiais de alta patente, vários generais, como o general Raimundo Sampaio, o general Estêvão Leitão de Carvalho, o general Horta Barbosa, com suas famílias, e toda a mesa diretora do Centro. Nós estávamos lá, fomos testemunhas, e me lembro bem que na ocasião, inclusive, foi ferido o primeiro-secretário da Câmara Municipal. Ele estava de terno branco, e foi ferido na perna, ficou a sua roupa manchada de sangue. Mas os filhos do marechal Horta Barbosa telefonaram então para o Exército, dizendo que oficiais superiores das Forças Armadas estavam sendo vítimas de agressão, e veio a Polícia do Exército. Então, ali, ou haveria um confronto, ou cessariam as agressões. E, embora o Exército depois tenha perseguido os militantes, tenha torturado, como diz no meu livro, nós temos que destacar cada um dos episódios. E nesse episódio, realmente, a Polícia do Exército foi recebida com palmas, porque se antepunha à truculência da Polícia Especial. E no dia seguinte, o vereador José... Você se lembra do nome dele? José...

P.R. — Primeiro-secretário da Câmara? Não era o Breno, não?

M.T. — Não, não. Era José Junqueira! José Junqueira, fe-

rindo - o Breno também fazia parte da campanha e da mesa -, ele fez questão de ir à sessão da Câmara com a roupa com que estava na véspera, suja de sangue. E no dia seguinte, nós, que tínhamos dificuldades imensas para conseguir um pequeno espaço no jornal para qualquer notícia, éramos manchete do Brasil, de norte a sul. Com o que, a polícia, visando atrapalhar, às vezes até que... paradoxalmente, ajudava. [rindo] Porque as manchetes todas verberavam a arbitrariedade.

V.L. - Dra. Maria Augusta, vou voltar ainda um pouquinho à fase organizativa da campanha. Uma coisa que me impressiona muito, e que eu acho extremamente interessante na história do Brasil, é o florescimento desse movimento associativo no clima imediato do pós-guerra, do final da guerra, de redemocratização. Porque todos esses movimentos que a senhora descreveu, quer dizer, organizações de bairro, organizações femininas e tudo, realmente conhecem um vigor muito grande nesse momento, não é?

M.T. - Sim. É verdade.

V.L. - E acho particularmente interessante, no caso das mulheres, a passagem que se dá da questão de campanhas do tipo "carestia" para campanhas do tipo "soberania", que são níveis muito diferentes de conscientização política e ideológica.

P.R. - Exatamente.

M.T. - Bom. Essa sua pergunta é interessante, mas realmente eu acho que uma coisa leva à outra. Porque na medida em que as mulheres, nas suas reuniões de bairro, em que as associações de bairro... Porque nós vínhamos da lu... Aliás, vamos organizar um pouco o ambiente da época. Nós

vínhamos do término da guerra e da luta contra o fascismo. Então, havia o desejo do povo em geral de combater o grande inimigo, que era o nazismo. E nós vínhamos também do Estado Novo. Então, o povo queria a luta pelas liberdades democráticas. Isso tudo estava vivo no anseio do povo, que se organizou em entidades específicas para isto. Então, praticamente em todos os bairros havia essas entidades. E havia a compreensão de que lutar pela liberdade democrática implicava em lutar - isto foi sendo explicado também pela campanha -, que lutar pela nossa emancipação política tinha que passar pela nossa emancipação econômica. Porque nós vamos vendo, no decorrer do nosso depoimento nós vamos mostrar bem claro, que onde o truste quer dominar, onde a multinacional quer dominar, começa por criar um clima de ditadura onde ela pode agir. Porque num clima de liberdade democrática, num clima onde o povo vai para a rua gritar "O petróleo é nosso", eles não conseguirão levar a melhor.

Agora, havia um fato importante que a sua pergunta, Valentina, me faz lembrar, é que nós vínhamos justamente do clima de após-guerra, onde a figura simpática de Roosevelt, do aliado americano, confundiu um pouco a opinião pública quando nós tínhamos de falar em truste americano. E um dos nossos cuidados foi explicar o que era o truste americano, o que era o povo americano. Distinguir bem uma coisa da outra. E a conquista inicial foi quase que individual. Foi uma campanha de esclarecimento de pessoa por pessoa. Fazíamos visitas a partidos, dos elementos básicos da campanha, o Clube Militar, a UNE, o Centro de Petróleo, que foi o elemento que coordenou todos os outros, em caráter de campanha nacional. Realmente, a cam

panha se processou organizada nacionalmente sob a coordenação do Centro de Petróleo, embora todas essas outras entidades participassem. Então, a partir desses chamamentos, que já eram assistidos... Os atos públicos ficavam superlotados.

V.L. - Qual foi o clima nesse dia na ABI? O clima geral.

M.T. - Quando?

V.L. - Nesse dia, da ABI. Aquele dia da posse, do lançamento do Centro.

M.T. - Ah! Do lançamento do Centro.

V.L. - Você já descreveu as personalidades presentes, as lideranças...

M.T. - Eu quero lembrar que houve dois dias. Um, quando foi lançada a idéia do Centro, foi na ABI. A instalação do Centro de Petróleo já foi no Automóvel Clube. Depois voltamos à ABI, quase todos os congressos eram na ABI ou na sede da União Nacional dos Estudantes, na Praia do Flamengo. Lembra-se? Plínio? Plínio era estudante.

V.L. - Mas disso eu também me lembro muito bem. [inaudível]

M.T. - Você também era estudante nessa ocasião!

V.L. - A UNE, ora se me lembro!

M.T. - Exatamente. Então, ali, naquele velho prédio da UNE, os nossos congressos se realizavam, e o clima era realmente de um grande entusiasmo. Mas, eu dizia, a gente ia fazendo a conquista de pessoa por pessoa. Íamos visitar as pessoas. Conversávamos com uma pessoa, ganhávamos uma personalidade ou pessoa que tivesse uma liderança, ou quem fosse. E, a partir dessa liderança, as pessoas ganha

vam seus liderados, a partir de uma visita a uma fábrica, falávamos num sindicato ou numa comissão de fábricas que se instalasse, numa comissão estudantil que se instalasse. Olhe, os oradores do Centro não paravam. Eu me lembro do primeiro pedido de conferência que foi feito ao Centro, foi do Colégio Franklin Delano Roosevelt, na Tijuca. Me lembro bem porque até uma das pessoas designadas fui eu própria, que estive lá com o almirante Alfredo de Moraes Filho, o coronel Artur Carnaúba, que se dedicou muito à campanha, e fomos então falar a estudantes secundaristas. Por aí você vai vendo que realmente nós não parávamos. O Centro funcionava praticamente dia e noite, diariamente. Inicialmente, na sede do Jornal de Debates, que também ajudou muito, abria suas colunas. Depois foi necessário criar seu próprio órgão de publicidade. Foi Emancipação, que durante muitos anos realmente foi um elemento de esclarecimento, inclusive dos parlamentares, que o recebiam regularmente, por todo o país. Era muito solicitado, Emancipação. Mas acontecia... O próprio jornal era perseguido, aprendiam suas edições, dificultavam a entrega nos estados, pessoas ligadas ao Emancipação foram perseguidas e torturadas e presas.

Então, a campanha se fez num clima em que nós realmente conquistamos a legalidade. E dentro de um espírito ordeiro, pacífico do povo, mas destemido e sem hesitações, sem temores, a campanha prosseguiu e foi vitoriosa. Sobretudo pelos fatores que eu já enumerei. Sua organização em todo o país, um objetivo correto, justo e definido, e o caráter suprapartidário, com a participação de elementos de todos os partidos. Nós caminhamos, fomos caminhando até a vitória, e por aí temos muitas etapas.

Mas eu vou interromper porque vocês devem querer fazer algumas perguntas. Senão teremos muito que falar. [risos]

P.R. — Eu noto, por exemplo, que a campanha sensibilizava muito mais as organizações de classe média do que as organizações sindicais. Não é verdade isso, Maria Augusta?

M.T. — Sensibilizou muito as entidades de classe média, mas houve muita penetração também sindical e de trabalhadores. As entidades sindicais realmente... E digo mais, Plínio, camponesas.

V.L. — Camponesas?

M.T. — Camponesas. E me lembro bem, aqui mesmo pelo estado do Rio, aqui perto, em Xerém, Nova Iguaçu, por aí, eu me lembro de ter participado de conferência de camponeses. E digo mais. Sem a participação do homem do campo, do homem do interior, não teria acontecido o que nós sempre salientamos quando falamos na campanha. Alguém viajando por esse Brasil grandão, por esse Brasil afora, numa estrada, de repente, num atalho, digo, de preferência, esbarrava numa porteira onde encontrava escrito: "O petróleo é nosso". Por aí vocês vêem realmente a penetração.

E eu quero lembrar, Plínio, completando a sua pergunta, que cada congresso que realizávamos - sempre que o clima exigia, nós conclamávamos o povo a um congresso, nós convocávamos um congresso, nós, quer dizer, o Centro -, esses congressos eram feitos assim de uma maneira muito participativa, porque começavam com conferências nas comissões de bairros, de município, estudantis, de empresas, de entidades femininas ou comissões especificamente femininas criadas para essa finalidade, enfim, as comissões municipais ou de empresa de defesa do petróleo, que já faziam

parte do Centro. Essas comissões de defesa do petróleo elegiam seus representantes aos congressos estaduais. Isso em todo o país. Os congressos estaduais - no Rio de Janeiro o centro nacional funcionava ao mesmo tempo como centro nacional e como centro do Rio de Janeiro -, esses congressos estaduais tiravam delegações numerosas e expressivas e diversificadas na sua composição, abrangendo todas as classes e todos os partidos. Esses elementos, então, essas delegações, expressivas e numerosas, vinham para as convenções nacionais, onde se tomavam as grandes resoluções. E estas convenções foram acompanhando cada passo das etapas da Campanha do Petróleo.

Assim, a primeira Convenção Nacional de Defesa do Petróleo se deu em outubro de 1948, no mesmo ano em que se fundou o Centro, e o seu objetivo foi exatamente barrar o Estatuto do Petróleo, basicamente, que estava em curso na Câmara Federal. E ao mesmo tempo já começava a entrar o problema das refinarias que estavam sendo concedidas a particulares, e a convenção já proclamava que, com vistas ao monopólio estatal, não deveriam ser feitas concessões a refinarias particulares. Ainda mais que se pretendia financiar a concessão de duas grandes refinarias: uma no Rio de Janeiro, Drault Ernany, e outra em São Paulo, Soares Sampaio. Exatamente. Então, diziam: "Ah, porque precisamos começar pela parte de refinaria, que é lucrativa, e depois essas refinarias particulares vão investir na pesquisa e na lavra." Ora, esse era o nosso princípio. Mas que o Estado fizesse! Agora, curiosamente, as refinarias tinham tido concessão em 46, na época de Linhares, e foram confirmadas por Dutra, mas com a obrigação de em dois anos estarem funcionando. Em 48, em setembro de 48, caducaram

os prazos. Mas as concessões foram renovadas, e seria assim, com os créditos congelados do Brasil na Europa, para a de São Paulo, e com financiamento pelo Banco do Brasil para a do Rio de Janeiro. Ora, a nossa convenção gritou: primeiro, somos pelo monopólio estatal, não há porque haver essas particulares. E depois, se falaram que iam fazer concessões para que elas viessem ajudar, e nós financiávamos com o dinheiro do governo, então o governo que pegue esse dinheiro e faça suas próprias refinarias, tenha seus próprios lucros e aplique na pesquisa e na lavra, que era a nossa tese. E esta vitória, a primeira convenção obtive. Foram cancelados os empréstimos, mas não cancelaram as concessões, revigoraram, para as duas refinarias. Mas, pelo menos, os empréstimos do governo... E nesta época houve outra vitória desta convenção, que foi a seguinte: o engenheiro Bittencourt Sampaio, que era presidente do DASP, consultou um economista da Fundação Getúlio Vargas - se não me engano, Richard Levinsohn, não me lembro bem do nome dele.

J.D. - Exatamente. Richard Levinsohn.

M.T. - É. Richard Levinsohn, e ele sugeriu que comprassem na Europa, com os créditos congelados na França, uma grande refinaria, de 45 mil barris, que o governo iria instalar, montar. Para lá foi Bittencourt Sampaio e começou a ter enormes dificuldades, porque a multinacional, o truste, começou a sabotar a compra. Por fim Bittencourt Sampaio teve uma idéia e disse: "Se em 48 horas eu não conseguir comprar essa refinaria, eu vou para a Tchecoslováquia e compro." Entre comprar num Estado socialista ou comprar na França, arrefeceu-se a...

J.D. - E era real essa possibilidade de eles comprarem as

refinarias...

M.T. — Olha, eu creio que sim, porque senão ele não teria nem anunciado e nem teriam cedido, não é? E com isso foi comprada na França uma grande refinaria. Mas - veja outra vitória da convenção, e por que as convenções se faziam e o porquê das vitórias da Campanha do Petróleo. Quando houve essa convenção, pretendiam instalar em Belém do Pará essa refinaria para não prejudicar - imaginem! - as refinarias particulares que ficariam no Rio e São Paulo. A convenção conseguiu fazer uma proclamação que foi levada à Câmara pelo Domingos Velasco, que era do Partido Socialista e membro do Centro de Petróleo. Foi lida para os parlamentares a nossa proclamação, a proclamação da convenção, e resolveu-se que não mais seria instalada a refinaria em Belém, e sim em Cubatão, onde realmente foi instalada. Foram as vitórias da primeira Convenção Nacional de Defesa do Petróleo.

J.D. — Aí surge um problema. A senhora narra que a proposta de transferência para Santos foi derrotada no Congresso.

M.T. — A proposta?

J.D. — A proposta de transferência para Santos foi derrotada no Congresso, e, no dia seguinte, o CNP fez uma resolução transferindo. Quer dizer, como é isso? Como é ser derrotado no Congresso e...

M.T. — Não, não. Eu acho que eu não me expressei bem. Eu quero dizer que a convenção nacional teve tal expressão de pressão de opinião pública - eu me referia à nossa convenção - que... Até essa pergunta ajudou a elucidar melhor. Porque a pressão da opinião pública organizada é

que levou realmente à vitória da campanha. E foi tão forte a pressão, tão expressivo o volume não só de personalidades como das diversas categorias de todo o país - como eu disse há pouco ao Plínio -, que realmente o governo foi levado a ceder. Essa é que foi a tônica de toda a campanha. E nós, continuando a conversar, vamos para as outras convenções que foram sendo convocadas à medida que novos problemas iam surgindo.

V.L. - Antes de nós chegarmos às outras convenções, já que se falou de Mário Bittencourt Sampaio, qual era a participação dele na campanha, se é que houve? Como diretor do DASP?

M.T. - Diretamente dentro do Centro, não foi o caso. A participação dele mais importante que eu conheço foi esta. Importante e decisiva.

J.D. - Outra coisa. Mário Bittencourt Sampaio integrava o governo da época, e apesar disso teve uma participação decisiva nessa decisão concreta. Havia outros integrantes do governo pelo menos envolvidos com a campanha? Ou ligados ideologicamente à campanha?

M.T. - Assim, oficialmente, como integrantes do governo, eu desconheço.

P.R. - Existiam elementos do partido do governo.

J.D. - Ah, isso sim. É isso.

M.T. - Ah, sim. Isso sim. Aí sim. Isto é importante. Porque quando...

P.R. - Vieira de Melo.

M.T. - Sim, o líder de Juscelino, Vieira de Melo, ele era secretário-geral da Liga de Emancipação Nacional, a que

ainda não chegamos. E vários. O Eusébio Rocha, que era do partido do... do PTB, do Getúlio. Getúlio havia... Ainda não chegamos também.

P.R. — Mas é em 48.

M.T. — Pois é. Em 48, e nos anos que se sucederam... Por que não podemos estancar os assuntos. Essa sua pergunta é abrangente. Então, oficialmente, como elemento do governo, não é bem o caso, mas elementos dos vários partidos adotaram posição... Vamos falar agora em termos de partido, que o Plínio lembrou bem. O Partido Socialista Brasileiro e o Partido Comunista, na ilegalidade, mas através de proclamações de sua direção geral, publicadas em seus órgãos de imprensa que funcionavam, como a Imprensa Popular, Problemas e outros jornais, eles adotaram oficialmente a tese do monopólio estatal. Nos outros partidos a posição era aberta. Então, vários parlamentares, inclusive de partidos ligados ao governo, pertenciam à Campanha do Petróleo. Eu me lembro mesmo que até da UDN, que tinha uma posição mais recalcitrante, vamos dizer, nós tivemos o senador Matias Olímpio, que foi presidente do Centro do Petróleo. Era da UDN. Do Piauí.

V.L. — Quer dizer, essa questão do nacionalismo do petróleo atravessou mesmo os partidos.

M.T. — Atravessou. Foi suprapartidária.

V.L. — Quando a senhora fala de várias categorias que estavam presentes, refere-se a categorias profissionais?

M.T. — Exato. Eu quero dizer, bem amplo, as categorias profissionais. Nós tínhamos, entre os profissionais liberais, médicos, engenheiros, enfim, todas as categorias liberais, nós tínhamos líderes estudantis, tínhamos traba-

lhadores nos seus sindicatos, camponeses, como eu já falei. Então, eu estou sendo abrangente. Militares...

V.L. — Essa questão dos militares em relação ao petróleo é muito interessante, porque antecede a esse momento da campanha. E a posição dos militares foi mudando e se diversificando em relação à questão do petróleo. Mas a questão do petróleo no Brasil, a gente pode dizer que foi também sempre uma questão militar. E, pesando a relação dos que vão ser presidentes da Petrobrás, uma coisa que impressiona é notar o reduzido número de civis que chegou à presidência da Petrobrás, em comparação com o maço número de militares.

P.R. — Civis foram três apenas, durante toda a história da Petrobrás. Foram Geonísio, o Chico Mangabeira e o Beltrão.

M.T. — O Chico Mangabeira e o Beltrão até tiveram posições boas, não é?

V.L. — E nós temos o caso do Juraci, que é militar, mas é mais político, é mais civil do que militar. Eu quase que conto o Juraci entre os civis, mas...

M.T. — Mas eu queria até lembrar que quanto à questão dos militares, logo que se iniciou a Campanha do Petróleo, começaram a surgir pronunciamentos maços de militares da ativa. A guarnição de Santa Maria, outras entidades militares e organizações militares pronunciaram-se maçoamente favoráveis. Até um nome do II Exército, que era o Sampson Sampaio, que depois veio integrar o Centro de Petróleo. E o Canrobert Pereira da Costa, então ministro da Guerra, se assustou com essa participação e publicou uma nota no Diário de Notícias convidando seus camaradas de

farda a evitarem pronunciamentos em questões que não eram diretamente pertinentes às Forças Armadas e que estavam entregues à alta sabedoria do Parlamento, do Congresso. Ora, foi exatamente a participação de toda a força da opinião pública, de que também os militares participaram, além dos civis, nessa campanha de união nacional, que ajudou até os parlamentares a poderem resistir às pressões dos trustes e que realmente conseguiu mudar a opinião de muitos deles e até forçar o governo, não só de Dutra como de Getúlio, a mudar a sua orientação entreguista. Porque tanto o anteprojeto...

[FINAL DA FITA 1-B]

M.T. — ...do Estatuto do Petróleo, que era terrível, como o anteprojeto da Petrobrás, que o Getúlio enviou para a Câmara Federal, como ele foi para a Câmara, era altamente entreguista. Tinha dispositivos que não poderiam ficar absolutamente, inclusive abrindo abertamente à participação do capital estrangeiro. Então, a força da opinião pública, a força de nossas convenções que, como eu disse, mobilizavam todo o povo brasileiro, porque vinha de baixo para cima, aquela... E, quando se concluía, os convencionais ocupavam praticamente a Câmara dos Deputados. Porque então tudo era no Rio de Janeiro, não é? Temos fotos de escadaria lotada com convencionais, e mesmo éramos recebidos dentro da Câmara pelos parlamentares e tínhamos vários deles ligados diretamente à nossa campanha.

P.R. — Essa questão do Estatuto impressiona muito, porque o Dutra foi quem enviou o Estatuto ao Congresso. E o Dutra tinha, através do Acordo Interpartidário, uma maioria

superabsoluta em todo o Congresso Nacional! Os três maiores partidos o apoiavam. E no entanto, esse Estatuto não andou dentro do Congresso, quer dizer, o líder da maioria não tomou nenhuma iniciativa no sentido de providenciar o andamento do projeto, a mesa da Câmara nunca o incluiu na ordem do dia. Então, isso tem que ter uma explicação, inclusive de bastidores, Maria Augusta. [rindo] Não pode ser uma coisa...

M.T. — Olhe, Plínio, eu só posso garantir a você o seguinte...

J.D. — O Estatuto é interessante porque foi feito por uma equipe de técnicos nomeados pelo CNP, durante quase um ano, pouco menos de um ano...

M.T. — E com a assessoria de norte-americanos chamados especificamente por Dutra para tal.

J.D. — É. Exatamente. Depois, esse Estatuto foi enviado a uma comissão ministerial — se não me engano eram seis ministros: Viação, Trabalho, Justiça, Obras Públicas e mais um integrante do Estado Maior do Exército. Essa comissão foi interessante, porque um desses integrantes, justamente o representante do Estado Maior, era o general Salvador Cesar Obino, que vai ser o presidente do Clube Militar que vai patrocinar as palestras do Horta Barbosa.

P.R. — Não, ele era presidente do Clube nessa época.

J.D. — Já era presidente do Clube. E, nessa mesma comissão, há um parecer do Morvan Dias de Figueiredo e do Raul Fernandes contra o Estatuto do Petróleo porque era pouco entreguista, porque abria pouco, prejudicava.

M.T. — Eu não sei o que podiam abrir mais. [rindo]

J.D. - Eles reclamam, há um voto nos Documentos parlamentares - está publicado - há um voto em separado dizendo que eles eram contra o Estatuto porque ia haver muitas dificuldades para o capital estrangeiro. [rindo]

M.T. - Mas realmente essa pergunta leva a enfatizar minha resposta. O que paralisou o Estatuto do Petróleo foi, efetivamente, o vigor da mobilização do povo brasileiro. Porque foi vigorosa a campanha. E até houve mais. Não só no governo Dutra, mas já antes de o Getúlio, em dezembro de 51, haver enviado o projeto da Petrobrás, em agosto ou setembro - dos detalhes não me lembro -, o Gustavo Capanema deu uma entrevista ao Correio da Manhã dizendo que o governo iria reativar projetos que estavam paralisados, inclusive o do Estatuto do Petróleo. Contra isto se levantou novamente a opinião pública, e realmente barrou o prosseguimento do Estatuto. Eles não conseguiram realmente fazer caminhar, pelo vigor - isto é nítido, é claro - pelo vigor da campanha. Artur Bernardes dizia mesmo no Parlamento que a aprovação do Estatuto do Petróleo, por si só, justificaria uma revolução.

P.R. - Pois é. Agora, há dois aspectos aí, sabe, Maria Augusta. É o seguinte. Porque o Getúlio, ele negociou, ele procurou... Quando ele viu que a campanha estava forte, e tal, ele, através do Capanema, ele cedeu.

M.T. - No final.

P.R. - Quer dizer, houve uma negociação. O Dutra não negociou o Estatuto. O Estatuto foi simplesmente congelado. Quer dizer, essa coisa não está ainda historicamente clara. Está clara sim, no sentido em que você está falando, da mobilização popular, e tal. Mas independente da mobi-

lização popular, deve ter havido assim grupos de pressão em cima do Congresso. Porque sempre há.

M.T. - Sempre há, não. Até hoje há.

P.R. - Como está havendo, é claro.

M.T. - Está havendo. Tanto que nós relançamos a Campanha do Petróleo é Nosso agora, porque os contratos de risco que apareceram agora... Mas nós estamos nos antecipando de muito. Porque primeiro é preciso centrar no projeto da Petrobrás, em 51, para depois a gente discutir... [rindo]

V.L. - Ainda não chegamos lá. [rindo]

M.T. - Mas eu estava dizendo que o líder do Getúlio falava em... Agora, em julho de 51, nós tivemos a nossa segunda Convenção de Defesa do Petróleo. Porque justamente, quando vimos que estava havendo esse perigo... Houve mais. Nessa ocasião, em julho de 51, começou a haver um movimento grande de pressão do governo para que se fechasse o Centro de Petróleo. Fechando o Centro de Petróleo, então, beleza, caminharia o Estatuto do Petróleo, caminharia tudo. Mas, assim que surgiu a proposta de se fechar por seis meses o Centro - que depois não se abriria mais - o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional imediatamente respondeu, convocando a segunda Convenção Nacional, que teve início em 5 de julho de 1951. E esta convenção foi a resposta que se deu à pressão que chegou a ser concretizada em Minas: no governo de Juscelino Kubitschek, em Minas, fechou-se o centro estadual. Foi o único centro estadual que foi fechado. Foi o único centro fechado. Agora foi convocada a convenção, foi realizada num clima de grande violência contra os participantes da campanha, mas foi feita a convenção. E esta convenção, a

finalidade era a reafirmação das resoluções e teses da primeira convenção em defesa do monopólio estatal. Pela sobrevivência da campanha, ou seja, contra o fechamento do Centro e pelas liberdades democráticas. Nessa convenção fomos tiroteados, a sessão de instalação na UNE foi violentamente encerrada, tiroteada pela polícia.

J.D. — Aí surge mais um ponto confuso desse tipo que o Plínio levantou. Porque a senhora narra no seu livro que havia autorização oficial das autoridades civis, havia o contato com as autoridades militares. Como acontecia a repressão?

M.T. — Ah, mas aí é que está, acontecia. Porque nós procurávamos no Centro nos cercar de todas as garantias possíveis, procurávamos agir, como eu disse, com muita firmeza, mas dentro da legalidade. Nós procurávamos fazer as coisas nos cercando de todos os pré-requisitos necessários. E até, a gente vai conversando, e pula um pouco. Lembra-se daquele episódio de que eu falei, em que até o representante do chefe de polícia estava lá? Nesse dia houve um fato curioso. Eu contei que saímos levando as flores para a estátua e fomos tiroteados, não é? Pois o Cantuária, representante do chefe de polícia, ficou tão indignado... Porque ele estava presente exatamente para dar o seu depoimento. Ele viu que não era possível aquilo. Protestou e foi destituído do cargo. Então, você veja como são as coisas.

P.R. — É o poder paralelo.

M.T. — É o poder paralelo. É o poder da pressão, o poder do dinheiro, o poder do cartel, o poder do truste, que sempre...

J.D. — Mas como isso funcionava? Era corrupção policial ou vinha de cima mesmo, era corrupção dos níveis superiores da administração?

M.T. — Olhe, jovem, eu não creio em nada individual, não. A coisa era organizada. Porque quando se falou em fechar o Centro de Petróleo, o que foi respondido em julho de 51 com a convenção, que se realizou sob bala, mas se realizou, e fomos levar as resoluções a... E já nesta convenção também foram homenageados... Então já havia falecido Alice Tibiriçá e já tinha sido assassinado o Deoclésio Santana, no comício de Santos. A convenção teve esses dois nomes como patronos, e se fez em solidariedade a dois companheiros do centro santista, que, por haverem convocado o comício, que foi arbitrariamente proibido, foram processados e condenados. Então, era esse o clima, que nós não podemos chamar apenas de corrupção de alguns, era um clima em que a própria entidade condenava militantes da campanha por haverem convocado um comício.

Então, você veja, as convenções se faziam para, numa expressão maior da vontade popular organizada, fazer a contra-ofensiva da opinião pública. E isso funcionou. O fato é que fomos barrando uma a uma as pretensões. E há também uma coisa a que eu não me referi: essa segunda convenção foi contra a pretensão da Socony Vacuum de instalar em Niterói uma refinaria na qual o próprio Ernâni Amaral Peixoto, genro de Getúlio, era interessado. E também essa refinaria não chegou a se concretizar, pela força da opinião pública. Então, nós temos que ir vendo as marchas e contra-marchas. Foi realmente a força vigorosa da opinião pública que conseguiu paralisar o Estatuto do Petróleo. A personalidade do Dutra era bem diferente da perso-

nalidade do Getúlio. Você quis fazer uma comparação, mas é um pouco difícil, porque eram duas estruturas bastante diferentes. Mas, na prática, o que se conseguiu foi isso. E o que eu dizia é que o próprio Capanema falava em revigorar o Estatuto do Petróleo, já perto de dezembro. Mas com essa avalanche da campanha, foi paralisado. E foi quando, em dezembro de 1951, Getúlio mandou o anteprojeto da Petrobrás com dispositivos realmente altamente entreguistas.

V.L. — Dra. Maria Augusta, posso... Eu fico sempre dando um pouquinho para trás, perguntando algumas coisas ainda para trás.

M.T. — Mas não, há muita coisa que não... Olhe, eu vou dizer, meu livro tem 551 páginas, para quem tenha coragem de lê-lo, mas é muito documentado, e por isso é tão volumoso. O Barbosa Lima Sobrinho, num artigo que fez e que fez e que mencionou o livro, disse: "Exaustivamente documentado." Depois me explicava: "Exaustivamente, Maria Augusta, porque... "Eu digo: "Claro, dr. Barbosa Lima, porque é mesmo." [risos] "E assim eu o quis. E assim eu o fiz."

V.L. — A senhora era responsável pela propaganda...

M.T. — Meu setor era propaganda. Eu era vice-presidente do Centro e atuava diretamente como encarregada da comissão de propaganda e, durante muito tempo, de intercâmbio com os estados.

V.L. — Eu queria então que a senhora me explicasse como funcionava - mas vamos entrar mesmo em minúcias - essa área diretamente ligada à sua liderança, que atividades eram desenvolvidas e se a parte de imprensa e de divulga-

ção estava incluída também em propaganda.

J.D. — E também a questão da articulação com as câmaras municipais do interior, que é uma coisa impressionante, como a penetração se fez no interior. Como eram mobilizadas as câmaras municipais.

V.L. — Mas aí são dois níveis de pergunta.

M.T. — Muito bom. Mas eu vou guardar. José Luciano, se eu me esquecer, por favor, você me relembre dessa pergunta das câmaras, porque é importante. E tem a ver, viu, tem a ver com a sua pergunta também.

A propaganda, realmente, sentia dificuldade porque os jornais, de uma maneira geral, eram fechados para a campanha. Mas a gente fazia o seguinte: invariavelmente, diariamente, chegava à sede do Centro correspondência dos estados, notas sobre o que se fazia, o que estava por fazer, atos públicos programados aqui e nos estados. Diariamente era feito um noticiário, e remetíamos a todos os jornais, publicassem ou não publicassem. Subíamos aquelas escadas de todos os jornais, conversávamos na redação, conversávamos com os encarregados, conversávamos com o redator-chefe. Não nos importava se eles iam ou não iam publicar. E, curiosamente, de repente, abria. Eu me lembro de um dia, por exemplo. Andávamos - você pede o meu depoimento pessoal, e eu estou dando o meu depoimento pessoal porque foi comigo. Andávamos pela avenida Rio Branco, eu estava... Eu já disse a vocês que meus filhos foram nascendo no correr da campanha, não é? Às vezes, quando quero recordar uma data, eu fico me lembrando do meu calendário pessoal: "Ah, estava esperando tal filho quando aconteceu isso." Eu estava grávida nessa ocasião, ia

andando pela avenida Rio Branco conversando com o general Felicíssimo Cardoso sobre o problema de propaganda, e resolvemos visitar O Radical, que era ali perto: "Vamos fazer uma visita à redação". Entramos, conversamos lá, vieram fotógrafos, e no dia seguinte era manchete de primeira página: "Encham-se os cárceres, mas os patriotas não desistirão de sua luta em defesa do petróleo." Então, veja você que a gente tinha que se esforçar em todos os sentidos e não desprezar nada.

Mas realmente a gente tinha alguns jornais mais acessíveis. Me lembro do Diário de Notícias, que uma ocasião publicou qualquer matéria das multinacionais. Fui procurar o Dantas e disse: "Olha, o senhor publicou isso." Ele disse: "Não, isso aí é parte comercial, nós estamos abertos a todas as opiniões." Eu digo: "Perfeitamente, isto é ótimo, então nós estaremos aqui sempre. Podem contar conosco." E o Diário de Notícias foi um dos jornais que realmente abriram para a campanha. Além dos noticiários, entrevistas com várias personalidades eram feitas, e nós remetíamos para o Diário de Notícias, que acolhia. Fora outros jornais já referidos, como a Imprensa Popular, que era órgão dos comunistas, que apoiava oficialmente, o Diário de Notícias, um ou outro jornal, como acabei de contar de O Radical. E mesmo em outros. Eu me lembro de que O Globo nessa ocasião tinha duas edições, uma delas matutina. E na edição matutina eu consegui - sei lá, foi um dos repórteres de lá que devia simpatizar com a campanha. Eu sei que eu entregava sempre, e na edição matutina a gente conseguia alguma coisa. Era assim. Tanto que a campanha teve de organizar seu próprio órgão de divulgação. Isso na parte do noticiário.

Você vai perguntar alguma coisa, Valentina?

V.L. — Vou. É o seguinte. Quer dizer então que em relação à imprensa, antes da campanha organizada pelos próprios órgãos de divulgação, havia a tentativa de...

M.T. — Antes, durante e depois. Até hoje.

V.L. — Antes, durante, depois, o tempo todo, não é? Mas eu ainda tenho uma pergunta de nível organizativo. A senhora era vice-presidente responsável. Como a senhora montou a sua equipe para esse trabalho? Esse trabalho não podia ser feito por uma pessoa só, não é? Como montou sua equipe? Como se procurava veicular a informação a nível estadual, também pela grande imprensa, vamos chamar assim.

M.T. — Bom. Aí eu queria lembrá-la do seguinte. Nosso centro era o centro nacional, mas em cada estado havia o centro-estadual autônomo. Ligado a nós, mas autônomo. Então, nos estados, cada centro tinha sua própria comissão de propaganda, como nós aqui. Aqui havia uma comissão de propaganda, uma comissão de finanças, uma comissão de organização, uma comissão de estudos, muito importante. Então havia esta equipe, mas muitas vezes nós contávamos, sobretudo se um evento maior se aproximava, com mais pessoas; outras vezes a gente pegava e caminhava por ali mesmo, outras vezes tínhamos dedicados colaboradores que iam levar aos jornais o noticiário, e procurávamos também... No início da campanha ainda não havia televisão. No início da campanha eram as estações de rádio. Então conseguimos, muitas vezes, programas em estações de rádio. O próprio organizador do programa chamava, convidava, fazia uma espécie de mesa-redonda. Então, isto também acontecia.

V.L. — A senhora se lembra de algum desses programas? Em

que rádio foram?

M.T. — Olhe, assim de cor, no momento, eu tenho certa dificuldade de te dizer, mas em algumas estações a gente conseguiu isso, logo no começo.

J.D. — E a televisão?

M.T. — Agora, a televisão, quando ela surgiu, a campanha já estava mais para a frente, foi já na época da Petrobrás. Aí a gente também já conseguia alguma coisa. Nunca foi muito aberta nem muito fácil. Mas sempre que se podia, como até hoje, a gente conseguia um programa, conseguia outro programa que pudesse ajudar a veicular a campanha. A par disto, que é praticamente a imprensa falada e escrita, nós tínhamos — eu já me referi anteriormente — a feitura de material de propaganda. Em geral a estrutura era... A comissão de estudos elaborava seus trabalhos, suas teses, e eram impressos. Tínhamos publicações próprias. E a comissão de propaganda, tirando do Centro, da campanha, tudo o que se precisava — eu já me referi a isso, parece-me que no início, não é? — fazia volantes de rua explicativos, dizendo o que estava na Câmara, como era o anteprojeto, o que cumpria fazer, e conclamando o povo com o endereço do Centro de Petróleo.

J.D. — E a senhora menciona também cursos populares.

M.T. — Ah! Muito importante. Também cursos populares. Porque nós tínhamos muita solicitação de oradores, conferencistas. E éramos poucos. Quer dizer, poucos para o número. Éramos muitos, mas poucos para o volume que a campanha... Olha aqui, eu não sei... Eu vou dar um dado assim só para vocês perceberem mais ou menos e ficar consignado. O Centro se instalou em 21 de abril de 48. Em 1º

de junho desse mesmo ano, um mês e pouco depois, se instalava o primeiro Mês Nacional do Petróleo. Foi aberto aqui no Rio com um comício que lotou a praia do Russel e se encerrou com um comício que lotou a praia do Russel. E, no correr desse mês, nós tivemos mais de 21 comícios, muitas conferências em recinto fechado. Para verem o volume. Os oradores iam de um para outro. E eram muitos. Então surgiu a necessidade de formarmos os monitores da campanha. Gerar os próprios quadros. A comissão de estudos se encarregou de dar aulas, ministrar os ensinamentos, e novos conferencistas, novos oradores surgiram.

J.D. — Nós gostaríamos que a senhora descrevesse também a difusão dessa campanha pelo interior, pela própria via da organização do Poder Legislativo, via câmaras municipais, legislativas.

M.T. — Realmente, as câmaras municipais, as assembleias legislativas, desempenharam um grande papel na campanha. E é importante a sua pergunta para podermos consignar tanta coisa que vai ficando numa entrevista assim, sem uma pauta prévia, mas que acho que está caminhando bem. As câmaras municipais tinham seus vereadores que também faziam parte do Centro. O mesmo acontecia nas assembleias estaduais, na Câmara Federal, no Senado, então já havia uma rede. Porque se os partidos estavam apoiando, os seus elementos representativos também. Mas havia também... Para ser coordenado, nós aqui, do centro nacional, a cada maior evento, imprimíamos cartas a todas as câmaras municipais, com o que se desejava, com o que se pleiteava. E mandávamos para todo o Brasil. Eram mil e poucas naquela ocasião. Mandávamos para todas as câmaras municipais, e elas estudavam o documento, faziam o seu

pronunciamento oficial, e vinha o retorno. E o retorno vinha em pronunciamentos ou em apoio e adesão da própria Câmara como tal. E tivemos muitas. No meu livro você...

J.D. - Existiam células organizativas locais?

M.T. - Sim. Comissões. Aqui mesmo na Câmara Municipal do Rio de Janeiro se instalou uma comissão de defesa do petróleo, ligada ao Centro. Você vê assim como havia realmente uma integração, uma unidade, e como a propaganda teria realmente que atingir a todos os rincões, de forma assim, digamos, nacional, fora a própria propaganda e os próprios atos públicos e as próprias iniciativas que cada estado ia tomando autonomamente, comunicando-se sempre com o Centro.

V.L. - Vocês dispunham de gráfica própria para a impressão desse material?

M.T. - Nem gráfica nem dinheiro, menina! [risos]

V.L. - Pois é. Como se resolvia o problema do dinheiro? Do financiamento da campanha?

M.T. - Olhe, essa pergunta é realmente séria.

V.L. - Aí a luta foi dura, não é?

M.T. - Foi. Foi muito dura. E a comissão de finanças tinha que se desdobrar em festas, em rifas, em atos, enfim, em contribuições também. Em contribuições, curiosamente de vários setores, inclusive de setores da burguesia, da indústria realmente nacional, que muitas vezes ajudavam. E coletas. Em todos os nossos atos públicos havia coletas. O ator Modesto de Sousa se destacava muito, porque ele fazia - você está se lembrando, não é, Plínio? - ele fazia os chamados - até curiosamente o nome era "leilões america

nos", de qualquer objeto. E assim a gente... Eu me lembro de um fato que acho que ilustra bem isso. O então coronel Artur Carnaúba, depois general, viajava pelo Norte em excursão da campanha. Nós estávamos num ato público na ABI, e havia chegado naquele dia um telegrama ao Centro dizendo que havia acabado o dinheiro para prosseguir a excursão, porque ele estava fazendo um verdadeiro itinerário pelo Nordeste e Norte. Esse telegrama foi lido no ato público da ABI, pedindo à assistência que respondesse ao telegrama. Foi passado um chapéu, e a assistência respondeu ao telegrama, financeiramente, e a viagem do coronel prosseguiu, às expensas da contribuição do povo brasileiro. Aí está um exemplo de como o povo brasileiro pode contribuir, e bem, para a defesa de um legítimo interesse nacional. [risos]

P.R. — Eu me lembro que eu ganhei num desses leilões do Modesto um quadro do Inimá, que foi leiloadado na ABI.

M.T. — Inimá José de Paula. E olhe que está valendo muito, porque Inimá é um grande nome e participou da campanha também. Ele doou...

P.R. — Foi um quadro dele e um livro do general Estêvão Leitão de Carvalho.

M.T. — É. Petróleo, salvação e desgraça do Brasil. Exatamente. Foi editado pelo Centro. Você ganhou esse?...

P.R. — Ganhei.

M.T. — No leilão. Pois é, leilão americano. Então você deu uma oferta boa e arrematou. Olha aí. O Plínio contribuiu. E todos contribuía, não é? Contribuições de associados. Era difícil, viu. E não tínhamos gráfica e procurávamos onde se imprimia mais barato, como se conseguia.

E até algumas pessoas simpáticas à causa procuravam ajudar fazendo preço mais barato, conseguindo isto ou aquilo. Olhe, a gente trabalhou muito. Por isso conseguiu. [risos]

P.R. - Para romper essas dificuldades que a imprensa levava contra a divulgação dos atos do Centro, na Faculdade de Filosofia nós estabelecemos o seguinte - eu, o Jaime Frejat e o Murilo Vaz. É um depoimento muito pessoal, e tal. Quando a Petrobrás estava tramitando na Câmara, a gente fazia o seguinte: a gente procurava saber qual era a emenda, o que era isso, quem estava a favor, quem era contra, fazíamos uma nota oficial do diretório acadêmico e levávamos ao... àquele diário escolar do Diário de Notícias. E aí saía publicado.

M.T. - Saía. Você está vendo. Na parte escolar. E que era lida pelos estudantes. Isso é importante.

P.R. - Era muito lida.

M.T. - É isso mesmo. Era assim que a gente conseguia as coisas, viu. E chegamos... Valentina está fazendo qualquer pergunta.

V.L. - Não, era dando continuidade a essa questão da propaganda, da publicidade. Esse fechamento da grande imprensa, apesar dessas brechas conseguidas aí com muita luta, levou vocês a terem uma imprensa própria também.

M.T. - Ah, a Emancipação foi um órgão de publicidade realmente do maior valor, porque ela trazia artigos de uma equipe muito séria, que estudava profundamente os problemas, e já então o Centro, por proposta do general Raimundo Sampaio, foi ampliado para Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional... Então, Emancipação ventilava assuntos ligados não só ao petróleo, como aos nossos

recursos naturais em geral. Porque nós estamos hoje depondo sobre o petróleo, mas o problema dos minérios e outros problemas nacionais são de grande importância. Eu própria me interessei muito e tenho um livro publicado sobre o problema da indústria farmacêutica, a defesa da indústria farmacêutica nacional, porque nós estamos vendo hoje, como sempre, que as multinacionais foram se açambarcando até da... Porque depois da guerra nós tivemos uma florescente indústria farmacêutica nacional. E eles para cá vieram e ganharam terreno, foram comprando as nossas indústrias, e hoje eles dominam inteiramente o mercado. Nos dias atuais, em que estamos vivendo essa crise toda, nós estamos sabendo que até de falta de remédios nós estamos sofrendo, porque está tudo nas mãos das multinacionais e não nas mãos... Nós não temos uma indústria química de base nas mãos do governo. A própria CEME, que é a central de medicamentos oficial, não tem condições de se desenvolver, e muitas vezes elas são prejudicadas pelas próprias multinacionais. Isso para dar um panorama geral, ampliando o quadro. Mas hoje o nosso assunto é petróleo, e já é tão longo, vamos voltar a ele.

V.L. — Qual era a tiragem da Emancipação?

M.T. — Olhe, eu não tenho exatamente o número agora para te dar; outros que virão depor talvez se lembrem mais precisamente. Mas era o suficiente para cobrir o território nacional, incluindo os parlamentares que reclamavam muito até, pediam muito Emancipação, porque eles se assessoravam através de Emancipação, que era um órgão realmente sério de estudos. E para atingir os estados, para atingir os centros, para poderem inclusive revender para o próprio financiamento do órgão de publicidade.

J.D. - Nesse sentido, a senhora tinha mencionado a ampliação dos objetivos do Centro. Então, a pergunta que nós fazemos é: quais as circunstâncias que determinaram a ampliação do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo para Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional?

M.T. - Foi uma proposta do general Raimundo Sampaio à convenção nacional, justamente pela necessidade de não só o petróleo, mas todos os nossos minérios, as nossas riquezas, serem defendidas. O que até hoje se faz necessário. E o Centro realmente prosseguiu na sua campanha defendendo também os minérios. Houve até congressos específicos de defesa dos minérios, e depois foi criada a Liga de Emancipação Nacional, que também teve novas atividades, novos congressos, e se dedicava também.

J.D. - Esses movimentos paralelos ao petróleo atingiram a mesma difusão que o do petróleo? Se não, por que motivos?

M.T. - O do petróleo, que nós hoje estamos focalizando, teve uma atuação mais concentrada e conseqüente porque havia na Câmara o anteprojeto do Estatuto do Petróleo, e depois o anteprojeto da Petrobrás, que tinham que ser combatidos para que fossem transformados numa legislação de monopólio estatal do petróleo. Então, enquanto esta campanha durou - e nós estamos ainda precisando aprofundar a parte do anteprojeto da Petrobrás, que eu apenas mencionei e não tratamos mais dele, e eu acho importante, porque vamos chegar à criação da Petrobrás -, a Campanha do Petróleo não se interrompeu. E nem depois. Porque depois de criada a Petrobrás, prosseguiu-se a campanha, porque as investidas continuaram, e outros projetos foram apresentados no sentido de derrubar a Petrobrás. Então, a luta do petróleo

teve essa tônica de continuidade, mas não se deixou de atender também a outros setores da economia nacional. Daí eu mencionar aqui nesta entrevista - porque até congressos específicos e grandes trabalhos foram feitos, e continuam sendo feitos até hoje. Por exemplo, através da Campanha Nacional de Defesa e Desenvolvimento da Amazônia...

[FINAL DA FITA 2-A]

M.T. - ...eles focalizam muito e trabalham em defesa dos nossos minerais que lá estão altamente atingidos, dominados pelas multinacionais. É um problema da maior importância, e temos que prosseguir na luta, que não foi interrompida também. Mas hoje estamos enfatizando o tema para o qual fomos convocados, que é do petróleo, não é, a pedido do convênio de vocês com a Petrobrás.

P.R. - Maria Augusta, nós temos aqui um depoimento do Drault Ernany onde ele nos conta o episódio do Mr. Schoppel. E ele nos contou que aquele trecho do artigo 153 da Constituição, que fala em "ou empresas organizadas no país"...

M.T. - De 1946.

P.R. - Exato. Que aquilo não foi votado pelo Congresso. Que na hora da redação final, aquilo foi enxertado sem que ninguém soubesse. E que então o presidente da Constituinte, que era o Melo Viana, convocou todos líderes dos partidos, de todos os partidos representados na Câmara, e pediu a eles que esquecessem aquilo, que aquilo não seria levado em consideração, porque a revelação daquilo colocaria o Brasil numa posição muito difícil perante o mundo, e

tal. E que todos os presidentes de partido concordaram, com exceção do Bernardes.

M.T. — O Bernardes realmente proclamou que aquele artigo foi instituído por inspiração de Paul Schoppel.

P.R. — Pois é, mas você tem conhecimento desse fatos, dos detalhes?

M.T. — Eu acho que os outros devem ter guardado muito bem guardado o... Pelo que você está relatando, e o próprio Drault relatou... Porque realmente o que conhecemos foi a denúncia do presidente Bernardes de que aquele dispositivo inserido, "entidades organizadas no país", o foi por inspiração do Paul Schoppel, que veio para cá em vésperas de 46, quando estava para ser votada a Constituição. E hoje, que estamos com a Constituinte instalada no país novamente, nós vemos - quem está acompanhando os debates - que nas idas e vindas da Comissão de Ordem Econômica, e já agora na de Sistematização, os entreguistas propriamente, vamos assim dizer, não apareceram durante toda a votação. Eles tiveram omissos. Feito o anteprojeto, feito o relatório do Severo Gomes - que aliás prefacia até o meu livro, ele me deu a honra de prefaciá-lo - eles compareceram no dia para derrubar tudo. Inclusive o monopólio do petróleo. Agora, isto, recentemente. Mas depois... Vejam a força da opinião pública com que foi constituída a Petrobrás: eles recuaram em alguns pontos, e inclusive estão recuando na questão do petróleo - "Está bem, então vamos aceitar como está na Lei 2.004" -, mas estão fechando a questão em torno da definição de empresa nacional. O que será altamente lesivo. A mesma coisa que o Schoppel fez em 1946. Então, vocês vejam que a luta continua e precisa que continuemos, e estamos continuando, e precisamos de todos, sobretudo

dos jovens como você para prosseguir, porque nós não penduramos as chuteiras, mas precisamos... [rindo]

J.D. - Eu estava lá.*

M.T. - Você estava lá, não é? Mas vamos fazer uma análise do anteprojeto da Petrobrás para criarmos a Petrobrás?

J.D. - Antes uma coisa. Nós tínhamos...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

2ª Entrevista: 28.07.1987

V.L. - Dra. Maria Augusta, retomando a nossa conversa da semana passada, há uma pergunta que eu gostaria de fazer, porque é uma coisa que permanentemente está na minha cabeça, que é quanto à participação das mulheres em movimentos de natureza política. E uma coisa que chama a atenção nessas lutas que se travaram no pós-guerra é o fato de uma mulher - a senhora, não é? - ter tido um papel de liderança e ter ocupado posições tão importantes.

M.T. - Vamos acabar com esse senhora, Valentina. Fica mais assim próximo.

V.L. - Então vamos. O papel que você representou nessa campanha, naquele momento. Como é que foi a participação das mulheres? E como é que você, como mulher, viveu essa experiência?

M.T. - Sim. É uma pergunta interessante, e eu acho que até os dias de hoje seria procedente, porque cada vez mais

* Entrevistador e entrevistada referem-se ao relançamento da Campanha do Petróleo no início de 1987.

as mulheres estão integradas na vida pública, na vida profissional, na vida política, mas realmente ainda muito há que se fazer para que se possa dizer que estamos chegando a uma igualdade, já que metade da população ou mais é feminina. Mas você me faz uma pergunta muito pessoal, sobre a minha participação. É sobre isso que você está desejando que eu fale. Das mulheres em geral, eu acho que semana passada a gente já comentou que elas estavam bem integradas na campanha e que havia um movimento feminino organizado, que eram as uniões femininas que havia por todos os bairros, que se congregavam, já havia entidades articuladas dessas entidades femininas, que estavam até sob a presidência de Alice Tibiriçá, que era membro atuante do Centro de Petróleo, não é? Então, realmente, não só havia palestras, conferências, nas uniões femininas, como algumas uniões foram constituídas especificamente em defesa do petróleo. Então...

V.L. — E as outras? Algumas especificamente em defesa do petróleo, outras antecedia a campanha.

M.T. — De uma maneira geral todas eram convidadas para participar de tudo o que se fazia em relação à Campanha do Petróleo, ou elas próprias tinham a iniciativa de convidar oradores do Centro para que nas reuniões também falassem sobre o momentoso problema que empolgava todos os brasileiros e brasileiras.

V.L. — Mas qual foi a origem dessas outras uniões femininas?

M.T. — Bom. Isso já falamos na semana passada, que foi quando vários movimentos se realizaram nos bairros, não só femininos como também aqueles centros democráticos, centros

de bairro, que representariam mais ou menos hoje as associações de bairro que aqui estão. Então, quando se formou o Centro de Petróleo, todas as forças vivas da nação integradas em movimentos sócio-político-econômicos passaram a trabalhar em uníssono, e este foi, como eu já falei na semana passada, um dos fatores de êxito da Campanha do Petróleo.

Agora, você pergunta sobre a experiência de uma participação pessoal. Eu posso dizer o seguinte: eu, realmente, quando estava integrada na Campanha do Petróleo, eu me via como cidadã brasileira. E eu creio... E você me pergunta se havia alguma discriminação ou não, como é que eu me sentia como mulher participando. Eu posso dizer a você que eu não sei... Eu era, além de mulher, bastante jovem, e isso poderia, talvez, ser um fator de dificuldade de atuação. Mas eu não sei se porque eu me sentia muito integrada na campanha, e estudei profundamente o problema, e tinha tanta confiança naquilo que eu defendia e no ardor com que o fazia, que eu própria não me discriminava. Eu não me discriminando, eu partia para a luta em igualdade de condições. E eu acho que passa muito... Talvez até aí entre um pouco a minha especialidade médica, não é? porque eu trabalho muito em psicoterapia, com muito de psicologia também dentro do que fazemos. Eu acho que quando a pessoa tem muita confiança no que faz, ela transmite essa confiança. Então, se houve discriminação, eu própria não percebi. Porque eu partia com todo aquele impulso de trabalho e eu o tinha muito.

Você me faz perguntas pessoais, e eu tenho de responder um pouco constrangida, porque se há um assunto de que eu não sei falar muito é de mim própria. Mas a Valen-

tina, já é a segunda vez que ela envereda por aí. Então, vamos, Valentina, vamos falar. Já que é uma entrevista e vocês estão interessados. E realmente é um assunto importante para nós, mulheres, até hoje, não é? Realmente, eu partia, como membro do centro nacional, e tanto dentro do Centro como fora - que eu representava como conferencista não só em atos públicos e comícios nos Rio, como em excursões pelos estados... Eu muitas vezes fui designada representante do Centro não só para organizar outros centros nos estados como para participar das convenções, campanhas, comícios etc. Então, eu realmente talvez esteja me lembrando de que era mulher e jovem pela sua pergunta. Por que eu participava naturalmente. Mas, realmente, eu posso lhe dizer... Você ia perguntar qualquer coisa?

V.L. - Eu ia dizer uma coisa. Quer dizer, o fato de você se sentir perfeitamente à vontade, perfeitamente senhora de si e em igualdade de condições, em si mesmo, me parece ser uma situação muito difícil de ser atingida por uma mulher. Eu acho que devem ter pesado aí características, vamos dizer, da sua formação.

M.T. - É possível.

V.L. - A influência de sua mãe.

M.T. - É possível também. Porque, realmente, como eu disse da outra vez, desde criança eu já partia para essas campanhas e já participava de movimentos, e eu própria, realmente, sempre confiei muito em mim. Isso é uma coisa, é uma qualidade que eu tive a sorte de ter e cultivo. Eu nem considero como mérito, eu agradeço à minha natureza de ser assim. Agora, eu procuro cultivar e incentivar, porque isso ajuda realmente muito.

V.L. — Mas você veja, por exemplo, essas coisas não dependem só da própria pessoa. Por mais que a própria pessoa se sinta à vontade, existem os outros. E nesse mundo dos outros, no mundo de uma campanha, então, que era um mundo essencialmente masculino, como é que isso era aceito? Você conseguiu se impor? E na relação, por exemplo, com os militares? O meio militar, então, é um meio de homens. Homens que dialogam com homens. O meio dos políticos...

M.T. — Ah, você me fez lembrar de uma coisa muito engraçada. [risos] Olha, há certos fatos, que você me chamando assim muito a recordar, eu posso até citar algumas coisas. Você falou no meio militar, no meio político. Realmente havia um relacionamento muito direto, muito objetivo, muito fraterno entre todos os que participavam, inclusive os militares. E houve uma época em que eu era encarregada, além da propaganda, do intercâmbio com os estados. E como tal eu teria que designar representantes, e tinha que designar o general fulano, o coronel beltrano, enfim, para viajar. E havia um grande companheiro nosso, o coronel... Lembra-se, Plínio, do coronel Salvador...?

P.R. — Correia de Sá.

M.T. — Correia de Sá e Benevides. Ele às vezes brincava, quer dizer, ele ia entrando assim na sede do Centro, eu tinha recebido já ali alguns pedidos de oradores, ou enfim, de representantes do Centro, e eu dizia: "Benevides, olhe, precisa seguir amanhã para tal estado assim." E lá ia o Benevides. Um dia ele disse: "Olha a ditadura da Maria Augusta aqui." [risos] Mas ele falava isso com muito carinho. Mesmo porque eu talvez desse o exemplo. Isto talvez também influenciasse.

Eu brinquei outro dia - brinquei não, falei sério - que durante a Campanha do Petróleo, eu tinha me casado recentemente, não é, até com o secretário do Centro, que era Henrique Miranda, e meus filhos foram nascendo no evoluir da campanha. E às vezes, se você me perguntar uma data qualquer de um evento, eu me lembro por este calendário muito pessoal: "Ah, sim, eu estava grávida do fulano, do sicrano," de um dos quatro filhos que tive. Ou: "Quando viajei para o Sul, quando houve tal comício, quando tal convenção foi tiroteada." Porque são fatos que se gravaram muito profundamente. Você está me perguntando como mulher, eu estou dando os dados como mulher. Parece que você, como mulher também, está interessada. Então, estamos buscando. Mas, por exemplo, eu dizia que eu dava o exemplo. Um dia, esse mesmo coronel chegou ao Centro de Petróleo, quando nós tínhamos sido chamados para os congressos regionais de defesa do petróleo que se realizaram em setembro de 52. Eu estava esperando minha terceira filha. E chegou aquele telegrama, vários representantes do Centro já haviam viajado para o regional norte, para o regional centro, e havia aquele chamamento. Quando o coronel Benevides apareceu, eu digo: "Benevides, amanhã nós vamos embarcar para o Sul." Então, diante do amanhã... E eu tinha outros filhos que eu deixara para trás. Nessa ocasião eu deixava dois pequeninos, porque eu tive quatro filhos seguidos.

V.L. - E quem ficava com eles?

M.T. - Bom. Eu tinha realmente pessoas... Às vezes havia desencontros entre mim e o meu marido, poderia um ou outro estar, mas às vezes... Nesta ocasião, por exemplo, especificamente, ele tinha embarcado para o congresso regional

norte enquanto eu embarcava necessariamente para o congresso regional sul, que estava reclamando uma participação maior, porque eles vinham de outras realizações e estavam precisando de uma ajuda até na própria organização do congresso. Então, eu tinha pessoas, sobretudo uma senhora que foi de minha total confiança, que durante oito anos que estive comigo na minha casa me deu uma cobertura muito grande; meus filhos gostavam muito dela, e isso me dava uma relativa tranqüilidade. Eu digo relativa não pela pessoa ou pelos cuidados, porque realmente filhos pequenos prendem muito. E se você ler o prefácio que eu faço ao meu livro O petróleo é nosso, quando eu digo "aos meus filhos", eu mostro que essa talvez tenha sido a contribuição maior que eu tenha podido dar à campanha, essas ausências que às vezes se faziam necessárias. E me lembro que nesse congresso regional sul mesmo, quando para lá fui, eu estava muito ansiosa por notícias mais freqüentes. E até um companheiro do Sul, que veio ao Rio, teve o cuidado de contactar a minha casa, voltar e me dar notícias pessoais, que muito me tranqüilizaram. Então, havia esses aspectos, sim, Valentina. Mas eu estou misturando duas coisas; esse meu lado assim profundamente agregado, porque eu sempre fui muito o meu clã...

E nesse congresso regional sul, Valentina, já que você está puxando esse meu lado pessoal, eu me lembro muito de que na instalação do congresso, eu, oradora que era, representando o centro nacional, eu dizia: "Vamos lutar hoje em defesa dos nossos filhos para que amanhã não tenhamos que sofrer como as mulheres do Irã hoje estão sofrendo a perda dos seus filhos, já que eles estão lutando para expulsar de lá o truste do petróleo que se instalou e está

causando um movimento grande de guerras e de revolução interna no Irã." Eu me referia, à época, àquela ocasião em que as companhias de petróleo começaram a ser nacionalizadas por Mossadegh. Então, houve um golpe para a queda de Mossadegh e a volta do lamentável xá Reza Palehvi. Então, aqui você já pode ter um... Porque é que eu estava lutando. Eu estava lutando pelos meus filhos. E ali disse, esperando minha terceira filha. E me referia, deixando dois outros, eu estava lutando por eles.

V.L. — Aí eu vou lhe fazer uma pergunta pelo inverso, que me ocorreu a partir dessa sua resposta. Esse fato de você ser mulher, de ser jovem, de chegar nesses ambientes e apresentar o problema, na verdade, de uma forma existencial muito mais global, porque existência não são só as causas políticas, mas é também o clã familiar, é o futuro dos filhos, isso, ao invés de levar a uma rejeição do auditório, não terá criado pontes, talvez, maiores e mais limpas?

M.T. — Foi. Você está me provocando, eu tenho...

V.L. — Estou provocando. É o meu papel aqui.

M.T. — Eu me lembro de que o auditório se levantou, aplaudiu muito e depois me solicitavam muito para que nunca deixasse de me pronunciar, de falar, de ser oradora dos comícios e de trazer a palavra, porque eu aliava a este aspecto todo um conhecimento global que obrigatoriamente eu teria da causa e da campanha. E na época nós analisávamos minuciosamente o anteprojeto da Petrobrás, que estava em curso na Câmara, e dávamos as diretrizes a serem tomadas para que ele fosse realmente modificado no sentido de serem eliminados os dispositivos entreguistas e para que fos

se conquistado realmente o monopólio estatal do petróleo. Então, realmente, eu acredito, pelos fatos, que viesse a aceitação, e afinal de contas não houvesse o que ainda hoje temos, a chamada discriminação. Pelos fatos assim como nós estamos conversando, não é? E isto.... Eu tive oportunidade em várias ocasiões.... Me lembro de outro fato, a propósito. Quando em Goiás... Logo que se fundou o Centro, também eu fui à São Paulo organizar o centro paulista de estudos e defesa do petróleo, partindo do movimento estudantil, congregando elementos das várias correntes. E quando eu saí, deixei realmente, vencendo até algumas resistências locais, deixei completamente estruturado o centro paulista.

V.L. - Maria Augusta, conte com mais detalhes como foi feita toda articulação e como você trabalhou para vencer essas resistências.

M.T. - Não, as resistências de que eu falo não eram em relação a mim, eram certas resistências internas, coisas pessoais, assim. Naturalmente. Trabalhando demonstrando a importância da causa, mostrando como deveríamos progredir nos trabalhos, e em poucos dias todos estávamos integrados. Fizemos uma diretoria provisória do centro paulista. O fato é que pouco tempo depois, um mês depois, o centro paulista estava sendo lançado, de uma maneira magnífica, no Teatro Municipal, com ele lotado. Então, eu só tinha razões para confiar cada vez mais numa atuação, que era de todos, não era só minha. Você está perguntando sobre a minha participação, e eu estou respondendo ao seu pedido.

Outro lance que talvez seja curioso e possa responder melhor ao que você me pergunta foi quando, em feve-

reio de 49, eu fui designada, até pelo Domingos Velasco, que era goiano... Na ocasião ele respondia pelo Centro de Petróleo, era deputado, ele mandou, eu ia... Era Goiás, exatamente, a terra de Domingos Velasco, que chamava um representante do Centro. Ele me designou, com uma carta de apresentação, e eu fui. Para fazer um trabalho não só de personalidade do Centro, falar no comício, falar em atos públicos, como a gente sempre aproveitava para fazer trabalho de organização ou de reorganização. Então, lá chegando - eu fui só, como representante do Centro - fui recebida, e logo tratei de contactar todas as pessoas, personalidades do Centro... Não, aliás, eu acho que fomos até - se não me engano, já faz hoje tanto tempo -, me parece que a primeira coisa é que fomos direto para um comício, onde eu tive a oportunidade de falar. E neste comício - eu já tinha conversado com os dirigentes, sabia que estávamos precisando também reorganizar o centro - não só eu dei todas as coordenadas... A praça estava cheia, como sempre acontecia em todos os nossos atos públicos, e dali estava programada uma ida para a sede do Partido Socialista, que abriu as portas para nós reorganizarmos o centro, estruturarmos as comissões etc. E eu então joguei o convite para o público presente. Depois de todo o ato público, de falar sobre a campanha em geral, dar as notícias atuais do movimento e falar, em tese, sobre o que defendíamos, eu digo: "E daqui vamos partir para a reestruturação do centro. E os populares que quiserem se integrar podem nos acompanhar e se apresentar voluntariamente como membros integrantes do centro." Com isto já deixamos o centro reestruturado, as comissões reorganizadas, e partimos para o interior. Visitamos Pires do Rio, visitamos Aná-

polis, fazendo conferências... Em Pires do Rio, por exemplo, quando lá cheguei... Você está me obrigando a falar na primeira pessoa, me constrange muito, mas você...

V.L. — Mas essas entrevistas são entrevistas em primeira pessoa.

J.D. — A senhora tocou num ponto importante, que foi a utilização, por exemplo, da sede do PSB como núcleo agregador da campanha. Isso é importante para nós percebermos até que ponto as estruturas partidárias locais serviam de agregadoras dessa campanha.

M.T. — Aliás, José, outro dia eu já falei que alguns partidos políticos haviam dado oficialmente o seu apoio como partido. E dos outros, questão em aberto, de praticamente todos os partidos nós tivemos parlamentares que se punham à disposição. E um dos partidos que haviam aderido oficialmente teria sido o Socialista. Então havia até coerência. Inclusive porque o Velasco era do Partido Socialista, não é?

J.D. — Mas nós queríamos saber o seguinte: se essa utilização das estruturas partidárias locais, como por exemplo, em Goiás, era um fenômeno geral.

M.T. — Não, José Luciano, em todo o país os políticos - até os parlamentares das câmaras municipais - participaram diretamente da campanha. Não foi apenas lá. Em todo o país havia isto. Foi como eu disse a você, foi um dos aspectos que deram a vitória à campanha, este caráter suprapartidário e de congregação efetiva. Tanto que para lá foram elementos de vários partidos, e não foi o fato de estarmos na sede de um partido que sectarizou, ao contrário. Tanto que o convite foi público: "Quem quer participar?" E a gente

não ficava perguntando: "Você é de onde? Qual o partido? Qual é sua idéia?" Não. "Você quer trabalhar pelo petróleo? Muito bem. Quer trabalhar na comissão de propaganda, de finanças, de organização?" E assim nós íamos constituindo, integrando todos os brasileiros interessados.

Mas a propósito - não quero perder de vista que eu estou respondendo à pergunta de Valentina ainda sobre a discriminação ou não da mulher -, quando chegamos a Pires do Rio eu olhei e disse: "Bom, para reestruturar aqui o centro, como é que eu vou fazer?" Aí pedi para os acompanhantes do centro goiano que estavam comigo, eu digo: "Vamos fazer uma coisa..." Eu me lembrei... Porque nós tínhamos, viu Valentina, a preocupação de integrar sempre todos os setores, inclusive a mulher. Os estudantes, os militares, os camponeses, os trabalhadores, os intelectuais etc. etc. etc. Então eu me lembrei do seguinte. Como eu era médica, e sei que médico tem influência no interior, tem muita influência, eu pensei rápido - eu tinha um dia só para estruturar e de noite fazer a conferência no teatro local, que ficou superlotado, como sempre. Eu estou dizendo superlotado porque era a tônica de todo o país, viu. Para mostrar a empolgação do movimento. Eu disse: "Me levem aos médicos da cidade e às professoras." Porque aí eu atingiria dois núcleos de influência: as professoras, como mulheres, e os médicos, em geral. Médicos ou médicas que houvesse à época. Bom. Assim fiz, e consegui o apoio deles e delas, já foi um princípio para a reestruturação do centro local, a partir desses pontos de apoio. E à noite, nós estávamos no teatro local, superlotado, falando ao auditório, de preferência numa linguagem através da qual todo o povo pudesse compreender exatamente

te aquilo que defendíamos e quais eram os perigos, o que se pretendia, o que era preciso de cada brasileiro. Então, também ficou estruturada a comissão de Pires do Rio. Fomos para Anápolis, onde participamos da conferência que já tinha sido organizada, e ao voltar de Anápolis, já com.... Os elementos locais acabaram de compor a nova diretoria do centro, e nós, como representantes do centro nacional, em conferência na Assembléia Legislativa, onde me pediram que abordasse também o problema da Amazônia, que estava sendo ameaçada, nós abordamos o problema nacional que defendíamos e demos posse à diretoria, em que desembargadores encabeçavam as chapas eleitas.

Muito bem. Isso tudo para dizer a você mais ou menos o que se fez em fevereiro de 49 em Goiás, e contar um comentário que depois me foi feito, que responde a você, viu, Valentina. Porque eu própria estava, como diríamos hoje, "na minha". Tranqüilamente, representando o centro nacional, vamos para a frente, vamos fazer, vamos acontecer... Muito segura do que estava fazendo. E felizmente tivemos bom êxito. Mas depois, em conversa pessoal com os dirigentes lá do centro local, eles me disseram: "Pois é, Maria Augusta, quando nós fomos lá ao aeroporto buscar a personalidade que vinha representar o Centro e vimos você descer do avião" - eles não me conheciam pessoalmente, mulher e jovem, não é? - "nós dissemos Meu Deus do céu, nós queríamos uma pessoa... Agora, depois do trabalho que você fez, nós estamos até contando isso a você para penitenciar. Realmente foi um grande trabalho que ficou aqui feito." Eu acho que eu respondi a você, Valentina, será? Eu estou tentando trazer exemplos, não é?

V.L. - Respondeu, os exemplos foram importantes, o que não exclui que o fato de que realmente fosse uma situação... Eu acho que você caracteriza uma personalidade que teve uma experiência existencial nesse terreno, como mulher, muito particular. Muito particular. Não foram muitas as mulheres que tiveram esse direito. Até porque nessa época, e ainda agora, se nós pensarmos em termos de partido político e chegarmos aos escalões de direção desses partidos, ou de grandes movimentos, a presença da mulher é muito limitada. É muito limitada.

M.T. - Muito. Muito. Nós temos ainda...

V.L. - Mesmo no Partido Comunista, durante... Foi uma luta a chegada da Zuleica d'Alembert ao Comitê Central, e durante muitos e muitos anos ela foi a única mulher, sozinha lá. E tendo, de acordo com um depoimento que eu já fiz com ela há muitos anos sobre a questão de exílio, tendo que enfrentar, sim, um machismo interno dentro do partido.

M.T. - Machismo, não é? Há até quem brinque, chamando de "machismo-leninismo".

V.L. - Isso eu não sabia. [rindo] Era o "machismo-leninismo". Mas que atravessa todos os partidos.

M.T. - Isso porque eles não estão infensos à conjuntura que ainda é predominante. Eu até, a propósito, há poucos dias, a respeito desse congresso legal que se realizou agora, lia no jornal que neste congresso as mulheres haviam afinal ganho terreno e sido eleitas em número bem maior. Isso está me fazendo lembrar. Realmente esse problema ainda existe, viu, e...

V.L. — E em todos os partidos.

M.T. — Em todos os partidos, em todos os lugares há discriminações. As mulheres, em geral, quando trabalham em entidades com homens e mulheres, se queixam, porque muitas vezes os trabalhos assim mais... "Você vai fazer um trabalho mais pragmático, mais prático, você vai datilografar isso, você vai fazer finanças." Eu me lembro, quando eu cheguei ao Centro, a primeira coisa — finanças ninguém quer fazer, não é? Olharam para mim — eu não sou financista nem para mim mesmo, imagine, — e disseram: "Você vai integrar a comissão de finanças." Eu digo: "De jeito nenhum. Eu vou pegar a comissão de propaganda." Mas aí...

V.L. — Pois é. Veja que aí também é um fato ímpar, Maria Augusta. Porque a concepção de finanças é finanças igual a organizar festas, fazer rifas. Há outras dimensões das finanças, nós sabemos, mas também...

M.T. — E é importantíssimo.

V.L. — É fundamental. Mas quando se pensa nesse lado das rifas e das festas a serem organizadas, tarefa para mulher.

M.T. — Passa por aquelas festas beneficentes antigas...

V.L. — Tudo isso, essa coisa toda. Quer dizer, veja, agora você nos deu um dado fundamental, você forçou a decisão, disse: "Não! A minha comissão é a de propaganda." É um pouco diferente. Já foi uma forma de você lidar com a própria situação e de afirmar o seu espaço ali.

M.T. — Aliás, foi o que eu disse a você. Eu confiava muito em mim. Talvez por tarimba, por experiência ou por uma condição inata. Foi por aí que eu comecei quando...

V.L. — Pois é. E até eu insisti muito nessa pergunta porque eu fiquei imaginando... Veja, o Rio de Janeiro é sempre mais cosmopolita, e aqui é a sede nacional de todo o movimento. Fiquei imaginando como teria sido isso pelo interior. Agora você já nos deu alguns elementos, não é? E em dando esses elementos, deu outros muito importantes, que são o foco central do nosso interesse, que são justamente esses mecanismos organizativos da campanha. Porque eu não conheço outro exemplo, na história do Brasil, de uma estrutura organizativa que tenha atingido essa profundidade, esse grau de articulação, conseguindo juntar pessoas de tendências ideológicas, em relação a outros problemas, bastante diferentes. Até, por exemplo, tomando como exemplo o Centro Antifascista da Tijuca. Uma frente antifascista agrupa pessoas de tendência antifascista, mas não quer dizer necessariamente que todas aquelas pessoas que assumiram uma posição antifascista venham a assumir uma posição nacionalista. Não quer dizer mesmo. Como se dá essa passagem? Que pessoas podem ser integradas nessa nova frente, que é uma frente diferente, uma frente nacional e uma frente da soberania, que integra da direita à esquerda? Porque há pessoas de ideologia muito mais conservadora que são a favor da soberania....

[FINAL DA FITA 2-B]

V.L. — ...nacional também, não é? Então, o problema organizativo e o problema de constituição dessa frente nos parecem cruciais, porque são uma experiência ímpar na história do Brasil. Esse exemplo que você deu de Goiás. Você foi para o interior, e a quem você foi procurar? Médicos,

professores, aquelas pessoas que no interior têm o poder de multiplicação de contato com a população, porque lidam diretamente com ela. Esse exemplo foi crucial, para nós foi um elemento fundamental. Queria um pouquinho mais nessa linha.

M.T. — Eu acho — até recordando o que eu já disse outro dia, porque ficou assim arrumado, mas não enfatizado, e você está ajudando... Uma ocasião veio um jornalista e pesquisador americano aqui, e quando soube desta forma de estrutura, de organização dos centros, que você captou muito bem, e que foi muito decisiva, ele disse: "Agora eu compreendo a vitória da campanha." E na nossa entrevista na semana passada, eu me lembro de que disse que a vitória da campanha, a meu ver, está lastreada em três pontos muito sérios, básicos. A organização, esta organização que agora ficou bem clara, que realmente se estendeu por todo o território nacional, lideradas pelo Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional, quer dizer, com uma direção unificada; um objetivo nítido a defender, bem claro, que realmente podia congrega todos os que quisessem participar e defender este interesse nacional, e o caráter suprapartidário com que efetivamente foi levada a campanha.

Então, isto realmente trouxe duas grandes vitórias. Uma foi a conquista, finalmente, do monopólio estatal, embora ainda incompleto — disto a gente vai tratar mais adiante —, consubstanciado na Petrobrás, que foi a vitória do povo brasileiro, e a outra, uma vitória igual ou maior, que foi a criação de uma consciência nacional de defesa dos legítimos interesses do país. Quer dizer, a consciência nacionalista, antiimperialista, vamos assim

dizer bem, porque foi compreendido o que era a ação da multinacional, que até hoje nos devora, e o que é a necessidade de impedi-la e combatê-la. Criou-se essa mentalidade. Hoje não se precisa explicar. Nós estamos aqui com o jovem José Luciano, filósofo, historiador, pesquisador, ele traz contribuições para nós valiosas nas perguntas que faz e nos trabalhos que está realizando. Agora, à época, as pessoas, como eu disse na semana passada, vinham de... O americano era o aliado de guerra, Roosevelt era aquela figura simpática. Então, era preciso distinguir as coisas, era preciso explicar o que era o truste, o que era a penetração do truste, que vem para os países não de bonzinho, porque nenhuma multinacional vem para cá senão visando auferir lucros muito maiores do que possa trazer e levar para o exterior nossas riquezas, levar nossos dólares e nos empobrecer. Essa concepção, essa explicação do que seja o movimento de defesa da soberania nacional e da economia nacional - uma não passa sem a outra - isto foi conquistado durante a campanha, por esses mecanismos.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

P.R. - Com relação à pergunta do José Luciano sobre a participação dos partidos políticos. Tomando como exemplo o PSD, a gente pode contar nos dedos os deputados federais do PSD que participaram da campanha. Da bancada mineira, por exemplo, eu não conheço, não me lembro de um nome só. No entanto, verificando o desenvolvimento da campanha no interior, eu não conheço nenhuma Câmara Municipal onde não tenha havido a participação de um ou mais vereadores do PSD. Então, é sobre esta distonia entre as bases dos par-

tidos tradicionais e as direções estaduais e nacionais desses partidos com relação ao problema do petróleo que eu gostaria de ter um esclarecimento seu. Como é que as bases aceitavam a mensagem do Centro e as direções estadual e nacional, em geral, se retraíam?

M.T. - Sim. Essa pergunta é interessante porque realmente em alguns partidos era questão aberta, e não se fazia pressão nenhuma sobre os militantes; em outros havia mais uma posição doutrinária de partido, como por exemplo na UDN, que era muito fechada. Mas nós tivemos, por exemplo, o senador Matias Olímpio, que era da UDN, como presidente do Centro. Uma pessoa altamente progressista.

Então, nas bases é mais fácil compreender, porque pelo interior e pelos municípios a campanha penetrou muito, como eu já falei, e era explicada com todos os detalhes do que se defendia, aquela clareza de objetivos. E mais, Plínio, é importante ver que nas eleições o petróleo era um elemento decisivo. E até quando tratarmos do Juscelino Kubitschek, nós vamos ver que ele se surpreendeu durante a sua campanha de propaganda para a presidência, e disse mesmo: "O que me impressionava era chegar tanto nos rincões do interior do país como nas capitais e ser sempre abordado. Sempre me perguntavam: Qual é sua posição sobre o petróleo?" Então, eu acho que isso já responde tranquilamente pelo necessário interesse dos políticos em geral pelo problema, a par de o problema realmente ter atingido o país de norte a sul. E os políticos tinham que conhecê-lo. Mesmo os que adotavam uma posição contrária. Então, eu acho que fica bastante clara essa questão. Câmaras, inúmeras câmaras. No meu livro O petróleo é nosso, eu enumero quantas câmaras municipais e

assembléias legislativas se pronunciaram oficialmente em favor da tese do monopólio estatal do petróleo. E lá nós víamos parlamentares de diferentes partidos. Eu me lembro de uma convenção em que chegou...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

M.T. — Nós estávamos falando deste caráter suprapartidário, realmente, de todas as facções políticas, naturalmente umas mais, outras menos. Mas eu me lembro de que em uma das convenções surgiu, se não me engano, um parlamentar se dizendo integralista. E ia defender o petróleo na convenção. Foi recebido muito bem por todos os convencionais. Claro, porque o objetivo suprapartidário era defender o petróleo. Então, isto complementa o que eu venho dizendo desde o início, que a campanha tinha realmente o caráter multipartidário, ou melhor, suprapartidário, que dá uma compreensão mais...

J.D. — Eu gostaria também que a senhora, se pudesse, precisasse, detalhasse como a campanha influenciava no jogo eleitoral. Que influência ela tinha na decisão, digamos, do programa dos candidatos, da atuação dos candidatos numa campanha eleitoral? Que peso eleitoral a campanha podia ter numa determinada conjuntura política?

M.T. — Olhe, como eu estava tentando dizer, e dei o exemplo de Juscelino, foi a própria penetração do problema em todo o povo brasileiro... Porque o povo brasileiro foi, como eu digo no início do meu livro, o real protagonista da Campanha do Petróleo. Ora, então o povo brasileiro já conscientizado exigia dos seus candidatos posturas nacionalistas. E era o povo que exigia, que perguntava, que se

posicionava. E que queria saber qual a sua posição para que pudesse votar. Eu até faço um comentário no final do livro dizendo que, hoje em dia, uma das vitórias da campanha foi a criação realmente dessa consciência nacionalista. E que hoje é preciso que a gente procure saber efetivamente qual é o passado do candidato, porque qualquer um pode chegar e, sabendo desse lance, se proclamar nacionalista. E muitos o fazem. Então, é preciso conhecer o passado. Porque agora que estamos com uma Constituinte pela frente, nós estamos vendo a importância, ainda hoje e sempre, de defender o petróleo, porque ainda hoje e sempre a multinacional não desiste de seus intentos. E eu vou demonstrar a vocês como, por esses anos todos, mesmo depois de obtida a Petrobrás, durante, antes e depois, as multinacionais continuaram perseguindo a participação na pesquisa, na lavra, sob contratos de risco, com pagamento de royalties. Muitos outros projetos foram apresentados na Câmara e no Senado, pretendendo derrubar o que o povo havia conseguido depois do acordo parlamentar de que resultou a Petrobrás. Foi uma tônica por todos esses anos a investida da multinacional para obter o que ela só conseguiu em clima de ditadura, em 1975, que foram os contratos de risco. Então, veja você. Eu acho que com isto, que a gente vai abordar quando complementar... Nós deixamos a parte histórica da constituição da Petrobrás, um pouco já vista na entrevista passada, e estamos respondendo a perguntas que são do interesse de vocês aqui, muitas sobre a nossa atuação pessoal, mas vamos ter que mostrar que essa tônica da multinacional está até hoje. E hoje nós estamos relançando a campanha para defendermos a Petrobrás, que foi atingida efetivamente com os contratos de risco, que

temos que derrubar.

P.R. — Maria Augusta, você falou da campanha do Juscelino. Eu me lembro bem, porque participei dela em Minas, e então recordo que muitos deputados do PSD mineiro que não tinham nenhuma ligação anterior com o problema do petróleo, nem com o Centro nem com a campanha, já na campanha eleitoral abordavam a defesa do monopólio estatal. Mas aí o problema do petróleo, do monopólio estatal, já estava realmente impregnado na opinião pública. Ninguém ousava tomar uma posição contra. Mas eu me refiro à campanha de 1950. Na campanha de 1950, o Getúlio parece que foi o único candidato que abordou realmente o problema na sua extensão mais ampla e mais efetiva. Eu não me lembro bem, mas parece que os outros dois não foram muito...

M.T. — Você tocou num ponto interessante. Porque Getúlio, quando candidato, declarou à revista O Globo que o petróleo tinha que ser defendido sob o regime de monopólio estatal. Que caindo em mãos de particulares, mesmo nacionais, ele estaria arriscado, porque cairia nas mãos de testas-de-ferro. Que não poderia ser feita a concessão nem a particulares. Então, ele sabia muito bem. Ele conhecia o problema. Quando, depois de eleito, ele enviou o anteprojeto do Estatuto do Petróleo* com grandes brechas, que permitiam inclusive a participação do capital estrangeiro, ele realmente conhecia, sabia o que estava fazendo. Porque ele teve um pronunciamento como candidato, e depois, na mensagem enviada, o anteprojeto realmente não correspondia aos

* A entrevistada equivocou-se: trata-se do anteprojeto de criação da Petrobrás.

interesses nacionais e tinha muitos pontos contra os quais a campanha se encarregou de lutar para modificar e acabou conseguindo, através do acordo final que foi feito entre Getúlio, através do seu líder, Gustavo Capanema, e os embriões da Frente Parlamentar Nacionalista, que eram os deputados que participavam da campanha. Nós depois voltaremos a isto, porque é o ponto mais importante e que mostrou realmente como foi obtida a vitória. Depois da tramitação do 1516, que era o anteprojeto da Petrobrás.

P.R. — Você considera que o pronunciamento dele a favor do monopólio estatal tenha interferido naquela votação estu-
penda que ele teve em 1950?

M.T. — Olhe, eu não creio que tenha sido decisivo, mas influir, tanto deve ter influído que ele próprio o fez. Agora, o Getúlio já era uma pessoa carismática, que já tinha tido uma atuação, apesar de toda a ditadura de 37, tinha assim algo de populista. Esses fatores todos, e a própria figura do Getúlio, devem ter contribuído para a vitória dele. E também o que ele terá dito deve ter sido alguma coisa de peso.

V.L. — Deve ter somado, de alguma forma, mas não foi a tônica da campanha. Não foi mesmo a tônica.

M.T. — Não creio que fosse o fator decisivo. Já Juscelino enfatizou que ficou impressionado com fato de sempre ser argüído, porque inclusive a campanha já havia adquirido um... Mesmo em 50 já tinha um pique muito bom.

P.R. — Já. Eu recorde. Os outros dois candidatos foram também questionados a respeito. Não sei se oficialmente pelo Centro. Cristiano Machado e Eduardo Gomes. Mas eles não se aprofundaram na questão..

M.T. - É. Não tinham assim uma posição mais definida, não participaram realmente da campanha.

J.D. - Pondo a pergunta de uma forma mais geral, o Centro se preocupou em participar, se preocupou em se articular de alguma forma com as campanhas presidenciais?

M.T. - Eu acho que, indiretamente, isso ocorria através do povo brasileiro, do conhecimento de quem seria, quem poderia melhor responder... Essa pergunta eu acho que fica clara no exemplo do Juscelino. Quando Juscelino se candidatou, era contra Juarez Távora, que era quem defendia o entreguismo. Ele era realmente o porta-voz. Quando houve as conferências iniciais, ele foi um dos que se puseram como pai do entreguismo, enquanto o general Horta Barbosa lançava sua tese do monopólio estatal. Então, aí, indiscutivelmente, era mostrado o posicionamento de se eleger o candidato que não era o candidato ligado às multinacionais, e a vitória de Juscelino representou indubitavelmente mais uma derrota da Standard Oil através do candidato Juarez Távora.

J.D. - Mas, de qualquer maneira, Juscelino tinha fechado o centro estadual!

M.T. - Sim. Este lado é curioso. Eu acho que é um assunto muito interessante para a gente tratar, porque quando... Agora eu vou até aproveitar, viu, vocês me dão as dicas, e até as perguntas ajudam. Vejam bem. Quando o anteprojeto do estatuto da Petrobrás* - o projeto já - estava em curso na Câmara, a reação começou a aumentar no

* Trata-se do anteprojeto da Petrobrás, e não "do estatuto da Petrobrás".

país. Em 1951, eu falei na entrevista passada, houve a ameaça de fechamento do Centro do Petróleo, que não se concretizou, porque foi convocada a segunda convenção, que barrou essa pretensão. Mas Juscelino, em Minas, foi o único que fechou o centro do petróleo, com grandes protestos do centro nacional e de todo o movimento da Campanha do Petróleo caminhando na Câmara, e a reação se acentuando. Porque a multinacional, que está ligada aos movimentos mais fechados e de mais repressão em todos os países, não estava dormindo. E em 1952 o clima foi se acentuando, inclusive com a constituição da Comissão Brasil-Estados Unidos...

P.R. - Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

M.T. - Da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Isso tudo foi aumentando o clima para fazer uma pressão para que o petróleo pudesse ser entregue, como outras riquezas naturais nossas. Nós estamos hoje aqui focalizando mais a questão do petróleo, mas não era só isso, eram os minérios etc. E nós vimos que exatamente com essa pressão crescente nos anos de 51 para 52... Eu me referi na entrevista passada que até 1952, no Clube Militar, venciam as correntes nacionalistas, e 1952 foi o primeiro ano em que a Cruzada, a chamada Cruzada Democrática, que era dos elementos da reação, venceu no Clube Militar. Mas ainda lá ficaram alguns elementos do Conselho, que tinham mandato por mais tempo, e que continuaram a defender, mesmo dentro do Clube Militar, as posições nacionalistas. E também na União Nacional dos Estudantes, nós vimos que foi em 1952 que venceu, não é, Plínio, você que participou?

P.R. - Não. Foi em 50. Em 50, no congresso de São Paulo, eles já tinham vencido. Foi quando Olavo Jardim Campos

foi eleito presidente da UNE.

M.T. - Ah, em São Paulo. Mas aqui no Rio de Janeiro, na UNE, eu creio que foi em 52.

P.R. - Foi o Goeltzer, não foi? Mas isso já era uma continuidade. Foi o Goeltzer.

M.T. - Eu creio que foi em 1952 que também aqui, na União Nacional dos Estudantes, houve a vitória do grupo contrário. O Paulo Egídio*...

P.R. - Paulo Egídio já tinha saído nessa época. Ele saiu no ano anterior.

M.T. - Sim. Mas foi nessa época exatamente, em que a repressão estava crescente no país, que se deu, tanto no Clube Militar como na União Nacional dos Estudantes, a vitória da ala oposta. Mas como na União Nacional... Isso o Plínio deve saber melhor do que eu, porque no meu livro ele é que foi um dos entrevistados sobre a União dos Estudantes. Mas aí, Plínio - você pode até esclarecer melhor do que eu - como no conselho havia ainda representações estaduais que prosseguiram, essas representações garantiam o prosseguimento da própria União Nacional dos Estudantes como elemento integrado à campanha. E mais, o próprio espírito dominante de defesa do petróleo no país exigia de praticamente todos os que militavam, inclusive dos estudantes, pronunciamentos que fossem pelo monopólio estatal do petróleo, porque já era uma tese que, dificilmente, uma pessoa, abertamente, teria a coragem de... Muitos o fize-

* Paulo Egídio foi presidente da União Metropolitana de Estudantes. Foi derrotado nas eleições para presidente da UNE em abril de 1950, para a substituição de Rogê Ferreira (eleito em 1949). Em julho de 1950 foi eleito Olavo Jardim Campos, substituído em julho de 1952 por Luís Carlos Goeltzer.

ram... E nós estamos mostrando assim que até 52 foi es-

sa época de maior reação, coincidindo com a tramitação do 1516, que era o projeto da Petrobrás, na Câmara. Mas a força da campanha foi tão grande, que ela realizou novos congressos e convenções de defesa do petróleo, levava à Câmara Federal e ao Senado as suas posições, e conseguiu - realmente barrar todos aqueles dispositivos entreguistas que eram a participação com asso... Cuidado com o conceito de empresa nacional! Que era a possibilidade de associar-se a Petrobrás com sociedades organizadas no país - ela poderia se associar inclusive com filiais de multinacionais, bastava que se registrassem "do Brasil". E isso era uma das brechas muito sérias. Outra era nas ações. Porque havia as ações preferenciais, que não tinham nenhum limite - só as ações ordinárias tinham limite - e as debêntures, que eram as obrigações que poderiam se converter em ações. Aí era uma das grandes brechas também por onde a multinacional poderia dominar até inteiramente a Petrobrás. E também a possibilidade de nomearem diretores mediante certas condições, de uma porcentagem de ações. Então, real... Eu estou resumindo muito o que eram as brechas que o projeto 1516, que criava a Petrobrás, trazia no seu bojo e que não poderiam ser aceitas pelo povo brasileiro, como não foram.

Tanto que, no final, depois de os que defendiam a Campanha do Petróleo terem levado à Câmara a sua opinião e terem pressionado, o próprio presidente Bernardes, também atuando lá, e todos os parlamentares que participaram da defesa do petróleo... Às vezes eu não gosto de citar nomes porque a gente fatalmente esquecerá de alguns, mas eu

me lembro bem do próprio Eusébio... Três substitutivos foram apresentados. Aliás, quatro. Na primeira convenção, em 48, o próprio movimento da Campanha do Petróleo apresentou um substitutivo ao então Estatuto do Petróleo, que não teve curso. Depois foi apresentado... Antes de ser apresentado o anteprojeto do Estatuto do Petróleo*, eu acho que eu me referi na semana passada, se não o faço agora, que o próprio Gustavo Capanema, já Getúlio no poder, dizia que - isso em setembro de 51 - seriam revividos alguns projetos, inclusive o do Estatuto do Petróleo. Nova investida da Campanha do Petróleo, paralisado foi o Estatuto do Petróleo. Foi quando, em dezembro, o Getúlio mandou o anteprojeto da Petrobrás, e esquecido então ficou definitivamente o Estatuto do Petróleo.

J.D. - Certo. Mas isso pertence a um momento posterior da entrevista, em que nós poderemos abordar com mais detalhe a tramitação parlamentar. Mas um ponto que eu gostaria de ressaltar em relação propriamente à campanha, é que a senhora faz uma lista muito interessante dos comícios realizados em vários pontos da cidade totalmente distintos socialmente. Tem desde Pilares, desde o mais profundo subúrbio, até a Zona Sul. Enfim... Como a assistência para esses comícios era mobilizada? Havia um movimento de mobilização anterior, as estruturas partidárias locais...

M.T. - Eu queria te responder isso, que é muito importante, mas eu deixei de completar a resposta a uma pergunta que você me fez anteriormente. Então, eu quero saber o que que você prefere, porque a ordem dos fatores não altera o produto.

* A entrevistada equivocou-se: trata-se do anteprojeto da Petrobrás.

J.D. - Complemente a resposta e responda em seguida.

M.T. - Você tinha me perguntado - e daí a gente entrou na tramitação - sobre a posição do Juscelino, que havia fechado o centro em Minas. E eu acho que eu deveria acabar de responder sobre essa posição do Juscelino para arrematar um assunto, para depois os nossos ouvintes terem uma certa seqüência. E não me deixe esquecer da segunda pergunta, que eu julgo da maior importância, viu?

Na realidade, há um trecho do livro em que eu digo o seguinte: que o poder muitas vezes absorve o homem, e o sistema engole as pessoas que dele participam. E Juscelino, que, impressionado, havia-se pronunciado inclusive em favor do monopólio estatal - ele já havia fechado o centro mineiro -, e falava muito, quando tomou posse - e tomou posse garantido já então pela Liga de Emancipação Nacional, que se criou pouco antes de ele... Depois de uma convenção pela emancipação nacional criou-se a Liga de Emancipação Nacional, e o Centro de Petróleo trabalhou junto a ela. E os seus próprios integrantes passaram a fazer parte das duas entidades. E a própria Liga se manifestou. Como o antagonista - a gente estava falando - era o Juarez, houve a tentativa do golpe para que Juscelino não tomasse posse. Porque interessava à multinacional que quem tomasse posse fosse o Juarez, ou viesse um clima de ditadura onde eles pudessem obter os seus desígnios. E, pouco tempo depois... Nesse entretanto, houve um lance... Nós não estamos seguindo cronologicamente os fatos...

Depois que o Getúlio fez o acordo, ele já não interessava mais, e começou a ser combatido. Aí veio a primeira tentativa de golpe, que foi liderada pelo Carlos Lacerda e culminou com o suicídio de Vargas. Porque ele já

não interessava à multinacional, ele havia feito as concessões, ele havia assinado a Lei 2.004. E vem a Carta-Testamento, que eu também transcrevo no livro e que deve ser conhecida de todos os brasileiros. E com isto ele barrou um golpe que estava sendo perpetrado contra a campanha e contra o Brasil, e contra a Campanha do Petróleo. E nessa ocasião, então, eu me lembro de que o Carlos Lacerda, através da Tribuna da Imprensa, dizia que dentro de pouco tempo cairia o monopólio estatal do petróleo. Então, vejam, a Liga... O que eu estou pretendendo nesta resposta é mostrar a ligação sempre entre os golpes e a participação da multinacional por trás. E também os jornais da América do Norte, nesta ocasião, no lance... Poucos dias antes e depois do suicídio de Getúlio, quando estava em preparação o golpe, diziam que do Getúlio o que mais se podia dizer é que ele não fazia nada. Quer dizer, eles, que antigamente estavam acompanhando com interesse o que Getúlio fazia, já não se interessavam, porque já estava feita a articulação para o acordo final. Então, vejam, pari passo, o golpe para defender a qualquer preço a entrega do nosso petróleo.

Aí nós vamos vendo, e para completar a sua pergunta - às vezes é preciso arrumar um pouco no tempo, historicamente, e no espaço -, nós vemos que quando o Juscelino tomou posse, ele ainda se pronunciou... fez esse comentário, e ele tinha tido um pronunciamento até em favor do monopólio estatal. Todavia, algum tempo, pouco tempo depois de ele haver tomado posse, ele fechava a Liga de Emancipação Nacional, da qual era secretário-geral o seu próprio líder na Câmara Federal, que era o deputado Tarcilo Vieira de Melo. E logo depois de a Liga de Emancipação Na

cional ter realizado um congresso em defesa dos minérios. Então, até eu faço um comentário no meu livro, como o sistema engole, quando as pessoas chegam ao seu nome. E na ocasião era o Juscelino quem representava a cabeça do sistema. Aí, acho, eu tentei dar uma resposta à sua primeira pergunta, não é? Fechei um pouco a resposta. E acho que a sua segunda pergunta... Você me perguntava sobre os movimentos de bairro, não é? Como surgiam?

J.D. - Valentina queria perguntar alguma coisa anterior?

V.L. - É. Porque nós tínhamos encaminhado a coisa quanto à questão da participação do Centro nas campanhas eleitorais. Então, seguiu-se na direção e na análise também da atuação do Juscelino. Mas, voltando um pouco atrás, foi falado que o Getúlio, em sua campanha, em 50, mencionou a questão do monopólio, e tentamos fazer uma avaliação do peso desse discurso dele no conjunto de sua campanha. Eu queria saber como é que o Centro atuou na campanha de 50, se atuou? Se optou por alguma candidatura e se fez campanha para essa candidatura?

M.T. - Não. Oficialmente, pela candidatura de presidente nacional, nessa ocasião, o Centro como tal não chegou a fazer. Agora, o que ocorreu é que muitos participantes do Centro foram candidatos e se fizeram eleger. E muitos políticos começaram a sua atuação na Campanha do Petróleo. Agora, de dentro do Centro propriamente, pessoas militantes de diretoria, tanto do centro nacional como dos centros estaduais, alguns foram eleitos, em boa hora eleitos parlamentares, porque dentro das suas respectivas câmaras, assembleias, eles puderam prosseguir a Campanha do Petróleo. Eu dou como exemplo aqui no Rio o deputado Lobo Car-

neiro, que era presidente da comissão de estudos, que foi eleito, e que na Câmara até substituiu o Roberto Morena, que era também um combativo elemento do Centro. E Lobo Carneiro assumiu, em boa hora, muito boa hora - foi até no final da tramitação do projeto da Petrobrás. Henrique Miranda assumiu a vereança, partindo da Campanha do Petróleo. Em São Paulo, o general Leônidas Cardoso era presidente do centro paulista e foi eleito deputado federal. Então, eu estou citando alguns que eram do Centro de Petróleo como tal, e que foram eleitos, obviamente, com apoio da campanha, porque eram seus elementos integrantes.

E havia outros políticos também que começaram... Até o Jânio Quadros! O Jânio Quadros, quando eu era estudante, meu Deus... Até o Jânio Quadros... [rindo]

V.L. - Conte lá.

[FINAL DA FITA 3-A]

M.T. - No início da sua carreira política, ele fazia parte da Campanha do Petróleo. Ele era, acho, vereador, quando começou a participar. E outras figuras. Uma que eu cito com muita saudade e respeito é o Roberto da Silveira, que foi governador do estado do Rio. Ele fez a sua campanha política - ele era estudante, quando começou, no estado do Rio de Janeiro, em Niterói, a participar da Campanha do Petróleo; participou como estudante, não foi, Plínio? do movimento inicial? -, foi eleito deputado estadual e chegou a governador do Estado do Rio. Lamentavelmente, morreu depois em um acidente. Eu me lembro quando ele, já muito doente, queimado, depois do acidente com o helicóp-

tero, dizia: "Eu tenho que ficar bom porque eu tenho muito que trabalhar." Ele tinha um grande impulso de trabalho. E eu não sei, não posso dizer; aqui nós estamos com um compromisso absoluto com a verdade, não quero nada de subjetivismo, mas eu fiquei muito desconfiada daquele acidente com o Roberto da Silveira, porque ele era um nacionalista convicto. Admitamos, na melhor das hipóteses, que tenha sido um lamentável acidente mesmo.

V.L. — Esses momentos de campanha eleitoral eram momentos de dificuldades no Centro? Eu digo no seguinte sentido: como essa frente que aí se formou era uma frente bastante ampla e suprapartidária, e no momento eleitoral as pessoas assumem suas posições partidárias, isso criava dificuldades no desenvolvimento dos trabalhos do Centro?

M.T. — Não. Nunca chegou a criar, porque, indistintamente, as pessoas que eram participantes da campanha, elas próprias se posicionavam como tal; tinham seus grupos, seus redutos eleitorais, mas de uma maneira geral nos comícios elas sempre participavam e figuravam mesmo como participantes da campanha, indistintamente. Indistintamente. Então, eu acredito realmente que a Campanha do Petróleo tenha sido fator decisivo da eleição de muita gente por esse Brasil afora, respondendo à pergunta de algum tempo atrás, do Plínio, sobre os elementos de base e os de cúpula dos partidos.

P.R. — Claro. Isso, no movimento estudantil, por exemplo, foram vários. Você tem Rogê Ferreira, Almino Afonso, Gastão Pedreira, na Bahia...

M.T. — Eu cito até Roberto Gusmão, que à época foi presidente da UNE, figurou como... Sempre o presidente da UNE

era o presidente de honra do Centro do Petróleo. E agora, depois que - é o tal problema do sistema que engole as pessoas - quando se falou em privatização de empresas, o Roberto Gusmão defendeu assim, defende uma posição terrível de privatização. E me lembro de que até - foi curioso - quando ele lançou - eu tenho esses dois recortes, foi em 53* - quando ele lançou o movimento de privatização, no mesmo dia, no mesmo jornal, o Sayad também embandeirou-se na privatização. Mas parece que o Roberto Gusmão - para ver a força da campanha - se sentiu premido, e de repente, no correr das privatizações, ele disse: "É, o petróleo realmente foi criado com uma filosofia diferente." Senão ele teria que negar a sua própria participação também. Mas o Sayad, nesse mesmo jornal, nesse mesmo dia, dizia: "Vamos privatizar tudo e vamos começar pela venda das ações. E vamos privatizar inclusive o petróleo." Então, são questões assim do passado que hoje a gente vai arrumando, mostrando... Porque é como eu digo, que o sistema engole as pessoas.

J.D. - Um detalhe apenas acerca do impacto eleitoral da campanha. Por qual partido, e em que circunstâncias foi decidida a eleição para a Câmara dos Deputados, ou dos Vereadores, dos membros da campanha? Lobo Carneiro e Henrique Miranda, por exemplo?

M.T. - Bom, isso dependia do partido que à época, como até hoje ocorre, tivesse sua legenda disponível. Porque al-

* Certamente não foi em 53, e sim em 85, quando Roberto Gusmão e Sayad eram ministros respectivamente da Indústria e Comércio e do Planejamento.

guns não estavam engajados na militância partidária, outros estariam, outros... Então, dependia muito das legendas. E daí nós termos candidatos nas várias legendas, não é? Porque ou já eram engajados ou se engajavam. Isso variava muito, viu. Agora, nós estamos preocupados com um assunto que eu acho do maior interesse ainda hoje, porque o poder econômico é quem dita, e ainda, lamentavelmente, a nossa Constituinte ainda foi eleita pelo poder econômico, e nós estamos tratando exatamente do poder de uma campanha popular elegendo deputados. Eu acho da maior importância.

Agora, você me fez uma pergunta que eu pedi: não se esqueça, porque eu vou responder a outra, e talvez, respondida, ela traga no seu bojo toda essa mentalidade nacionalista que foi criada e que influenciou também nas eleições. É a pergunta que você me fez sobre como é que nos bairros... Você podia repetir a sua pergunta?

J.D. - Exatamente. Porque, no caso, impressiona a amplitude da difusão da campanha na cidade do Rio de Janeiro. Dando apenas um exemplo, houve grande número de comícios em zonas completamente... desde o subúrbio até a Zona Sul, em todos os pontos da cidade. Quer dizer...

M.T. - Até juntos aos camponeses.

J.D. - Exatamente. Como isso era mobilizado? Como uma campanha partidária? Ou seja, iam pessoas no local, articulavam com líderes locais ou organismos partidários locais, ou era apenas um movimento de propaganda? Como era a assistência?

M.T. - Eu já terei respondido a parte da sua pergunta na minha primeira entrevista. A uma parte eu já respondi.

Agora, no resto, para ganharmos tempo, eu quero dizer o seguinte, que realmente depois de organizado o Centro, na época Centro Nacional de Estudos e Defesa do Petróleo, que depois passou a ser Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional, ele começou criando comissões de bairros, estudantis, de fábrica etc., e os próprios estudantes, os próprios trabalhadores, os próprios camponeses, as próprias entidades femininas, os próprios bairros, ou espontaneamente, ou através de suas entidades de bairro então existentes, começaram a criar suas comissões de petróleo. Então, era um pipocar... Pipocar é a palavra certa. As comissões de bairro, as comissões municipais, de empresas, estudantis, específicas, inclusive femininas, apareciam de todos os lados. E as próprias entidades, se numa localidade qualquer havia um grupo que se pretendesse organizar, convocavam... Por exemplo, uma associação de bairro queria criar sua comissão de petróleo, ou dentro da sua própria entidade, ou convocando pessoas do bairro... Às vezes até clubes, até clubes. Então criava-se uma comissão. De repente a fábrica tal resolvia, através de pessoas esclarecidas, obviamente, dentro dos seus quadros participantes: "Vamos criar a nossa comissão de fábrica, vamos criar a comissão da Light, vamos criar a comissão disso, vamos criar a comissão daquilo, vamos criar a comissão estudantil de tal colégio, de tal faculdade." E assim elas foram sendo criadas.

Essa base realmente solicitava do centro nacional, e o mesmo fenômeno se dava em todos os estados, daí termos conseguido atingir todo o país. Porque, criados através de nossa atuação do centro nacional, das viagens, das excursões feitas por elementos do centro nacional, ou

muitas vezes espontaneamente, nos estados, os centros estaduais tinham sua autonomia e, por sua vez, o mesmo fenómeno que você me pergunta no Rio de Janeiro, ocorria nos estados. Foi a única maneira possível de todo o país ser realmente atingido, vamos dizer, praticamente na sua totalidade. Porque a gente viajava. Eu dei o exemplo de Goiás, em pontos diferentes. Em outros municípios se criaram. Eu dei só um exemplo. Nós víamos inúmeras comissões por todo o país. E camponesas, inclusive, como eu citei na minha última entrevista. E solicitavam. Realmente, não só o centro nacional como os centros estaduais eram muito solicitados para conferências, para debates, e mandavam seus representantes. Ou os centros estaduais mandavam para as suas comissões municipais, ou pediam diretamente ao centro nacional, que mandava ou caravanas ou elementos, na medida das possibilidades e da necessidade. As viagens eram permanentes e constantes.

P.R. — E a questão da mobilização da cúpula militar? Porque nós sabemos que durante a Campanha do Petróleo havia na ativa uma quantidade imensa de oficiais que participavam do ponto de vista do monopólio estatal. E que, por questões disciplinares ou por questões hierárquicas lá do ritual da vida militar, muitas vezes não podiam se manifestar. Mas de um modo geral, a gente observava que antes daquela ordem do Canrobert, a cúpula, os generais, se manifestavam. Eu vou citar apenas um exemplo, que parece ser o mais clássico de toda a campanha. O General Raimundo Sampaio, por exemplo. Ele era um homem diferente do general Estevão Leitão de Carvalho. O general Estevão era um homem cujas teses se aproximavam muito das do general Horta Barbosa. Era um homem que, pelo que a gente sabe,

não tinha grandes compromissos com [inaudível], era um homem de uma formação democrática, diferente da do general Raimundo. Como é que o general Raimundo foi atraído para o Centro? Ele veio ou ele foi apanhado?

M.T. - Bom, o general Raimundo Sampaio... Eu posso lhe dar um elemento para mostrar como a penetração das idéias não só no Brasil inteiro como especificamente no campo militar era profunda. O general Raimundo Sampaio foi o autor da idéia, foi quem lançou a idéia de que o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo se ampliasse para Economia Nacional*. Então...

P.R. - Depois de uma conferência dele sobre minérios atômicos, não foi isso?

M.T. - Sim. E durante uma das convenções promovidas pelo Centro. O fato, Plínio - você deve se lembrar bem porque participou da campanha - é que havia no meio militar uma divisão entre a corrente progressista nacionalista e a corrente que aceitava a tese do Juarez Távora. Mas, realmente, predominou durante um longo período, e empolgou mesmo as forças militares a tese... E ainda mais porque no Clube Militar estava o Obino, que era progressista, partidário - eu chamo de progressistas os que participavam da defesa realmente dos interesses nacionais e da tese do monopólio estatal. Então, havia essa corrente que permitiu um amplo debate no Clube Militar, que atingiu a oficialidade de uma maneira geral, e isso no Brasil todo, não era só aqui. A Casa do Sargento do Brasil, que depois foi atingida, naquela época a que eu me referia há pouco, em

* Em 9 de setembro de 1949.

que a reação começou a atingir e atingiu, em 52, que foi a época da maior reação crescente, a Casa do Sargento do Brasil foi duramente atingida, e foi quando começou a perseguição e as demissões dos oficiais subalternos. E foi quando, na diretoria do Clube Militar, houve a virada para a Cruzada Democrática.

Mas até então, realmente, indistintamente, fossem quais fossem as posições dos militares... E o próprio Artur Bernardes é um exemplo disto. O Artur Bernardes também era uma pessoa que a gente poderia chamar da corrente, vamos dizer, conservadora do país, mas que, desde antes, desde o ferro, não é - ele foi contra a Itabira Iron -, te ve posições de defesa da soberania nacional e da economia nacional nítidas e coerentes a vida toda. Tanto que quando houve uma conferência no Clube Militar, e que saímos em passeata até a sede do Centro, que então era no Jornal de Debates, Artur Bernardes desfilava à frente. Eu me lembro bem de que vínhamos nessa passeata e víamos assim olhares surpresos do povo que dizia: "Artur Bernardes!" Porque ele governou praticamente em estado d e sítio o tempo todo.

J.D. - Detalhe interessante: quando ele chegou ao Rio para tomar posse, a polícia teve que cercá-lo no porto e durante todo o trajeto dele pela cidade*.

M.T. - Exatamente. Agora você está juntando os dois fatos. E ele desfilou tranqüilamente à frente de toda a mesa que presidia no Clube Militar, os militares presen-

* Há claro engano do entrevistador. Os incidentes envolvendo Bernardes no Rio de Janeiro em 1921 se deram quando este desembarcou na Central do Brasil para ler sua plataforma de candidato à presidência (antes, é claro, de sua eleição) e no percurso que fez em seguida pela cidade.

tes, os participantes do Centro e a massa que estava presente a essa conferência do Clube Militar. Ele desfilou. Daí a surpresa de quantos o conheciam e o viam à frente da campanha.

E isso mostra a amplitude da campanha, Plínio, porque realmente a campanha não era apenas de um grupo que fosse mais progressista de cabeça ou de ideologias, o grupo atingia indistintamente. O divisor era o seguinte: em defesa dos interesses econômicos e de emancipação nacional, ou da entrega dos interesses nacionais a mãos estrangeiras. Esse era o grande divisor de águas. E como a campanha - volto àquele tripé - agiu com objetivo definido, com essa estrutura organizada em todo o país a que estamos dando tanta importância, e em caráter suprapartidário, isso permitiu que ela fosse levada a bom êxito.

Quando, no final da tramitação do projeto da Petrobrás na Câmara, a pressão que se voltou a fazer... Poucos dias antes houve novo discurso do Bernardes e houve nova convenção de defesa do petróleo, e quando terminava nós lotávamos a Câmara levando as nossas conclusões. Havia pressão realmente da opinião pública organizada, assim nesse caráter que estamos focalizando aqui. E foi o fator de vitória, quando o Getúlio chamou, através do Gustavo Capanema, os representantes das várias correntes, dos vários partidos ali presentes, e declarou: "Realmente, a campanha venceu. Nós vamos retirar os dispositivos entreguistas, não vamos permitir a participação das empresas organizadas no país, vamos realmente defender o monopólio para a pesquisa, a lavra e a industrialização do petróleo, o monopólio estatal, mas, em contrapartida, vamos declarar que na Petrobrás 51% das ações ficarão com o governo, e

nas subsidiárias 51% das ações..." Mas aí já era da Petrobrás, não mais do Estado. O Estado seria na Petrobrás. E depois, a Petrobrás teria 51% das ações das subsidiárias, o que já diluía.

De qualquer maneira, esses eram os pontos em que o governo cedia. Getúlio mandou esse recado. Mas exigia uma contrapartida para o acordo: que fosse mantido o nome Petrobrás. Nada a opor. Tranquilo. Que as concessões às refinarias particulares já existentes, em que se destacavam principalmente a de São Paulo e a do Rio de Janeiro, fossem mantidas. O grupo que representava no Parlamento a Campanha do Petróleo concordou, dizendo: "Perfeito. Contanto que eles não possam ser ampliadas." E assim foi feito. Permaneceram 20 mil barris diários para São Paulo e 10 mil aqui para o Rio de Janeiro. E houve outro ponto lamentável, mas em que a campanha teve que ceder para obter o maior, que foi a permanência do comércio grossista, da distribuição em atacado do petróleo, que é altamente rentável, e sem nenhum risco, nas mãos das multinacionais, porque já estava. E durante o correr da campanha o Centro havia denunciado, o centro baiano fez até um estudo muito interessante dizendo: "Mataripe refinando para os trustes." Mostrando, em relação à refinaria, o quanto ia para as mãos das multinacionais, que recebiam o produto já pronto e entregavam aos postos de distribuição. Estes, sim, podem pertencer... A campanha não pretendia monopólio para os postos distribuidores a varejo.

Mas então, foi assim que se fechou o acordo, por força disto de que falávamos há pouco. Dessa amplitude, dessa consciência realmente de defesa do interesse nacional, que se apossou de todos os setores da opinião. De

comunistas a elementos de centro, a elementos mais progressistas, a elementos mais reacionários - eu disse que até um integralista apareceu na convenção, foi aceito e aplaudido porque estava defendendo o petróleo.

P.R. - Eu estou colocando com certo destaque o problema militar pelo seguinte, porque de acordo com todos os documentos que nós temos aqui em mãos, a divisão na área militar com relação ao problema do petróleo não foi em 47. Já em 1938, com a organização do Conselho Nacional do Petróleo, ela começou a existir. Porque nós temos aqui um memorando do general Góis, ambivalente, como tudo aquilo que vem do Góis, em que ele colocava que a lavra e a pesquisa poderiam ficar nas mãos de companhias privadas, nacionais ou estrangeiras, desde que a refinação ficasse com os particulares.

M.T. - Já eles não dariam o petróleo para nós refinarmos. Já pecava pela base.

P.R. - Certamente. Claro. Então, o documento chega no Conselho de Comércio Exterior e é votado, um único voto contra, realmente. Todos votaram a favor do documento do Góis, mas todos eram contra. Eles eram partidários absolutos da entrega total, com exceção do voto do próprio Góis. Mas ao ser constituído o Conselho Nacional do Petróleo, e ao ser indicado o general Horta Barbosa para presidente, as teses do general Góis já não prevaleciam mais, passaram a prevalecer as teses do general Horta Barbosa. Então, a gente nota que, em plena ditadura, em pleno Estado Novo, quando as coisas não podiam transpirar, esse problema já existia. Já existia um choque de conceitos em torno da política petrolífera. O grupo do Góis, que era evidentemente o grupo do Dutra, e o grupo do general

Barbosa, do qual fazia parte o general Estêvão Leitão de Carvalho. Parece que o general Horta era o segundo subchefe do Estado Maior nessa época. E o general Leitão primeiro chefe. Eu estou dando destaque a isso porque...

M.T. - Sei. Foi de grande importância a participação dos militares. É inegável. Inclusive, nós tínhamos sempre na presidência de honra do Centro vários generais, e na composição do Centro muitos... Até havia um fato curioso que dizia o seguinte: depois que os militares da ativa, por força de maciços pronunciamentos - eu falei disso na entrevista passada -, foram proibidos de se manifestar publicamente, brincávamos até, dizendo que cada um que passava para a reserva era como se fosse uma ordem "passe para a reserva do petróleo". Porque eles iam passando para a reserva e iam se incorporando à Campanha do Petróleo. Mas realmente havia os que eram favoráveis à tese e os que não eram. Agora, teve muito peso a força somada dos militares que eram favoráveis à tese do monopólio estatal, junto com todo o povo brasileiro que deu suporte. Quer dizer, eles representavam até assim uma cúpula que dava sustentação à campanha popular, e a campanha popular dando sustentação à tese. Era uma recíproca que se entrosava, e que caminhou para a vitória.

Agora, desde o início, você se lembra - a gente já tratou disso na última entrevista - que o general Horta Barbosa até 43 ocupou a presidência do Conselho do Petróleo. Foi quando começou a pressão justamente contra a tese do monopólio estatal, porque ele já queria não só... Foi quando ele estabeleceu a tese de que só o monopólio estatal para todas as fases permitiria a emancipação. E começou a querer instalar a refinaria, começou a encontrar dificuldades, marchas e contramarchas, dificuldades, até

que a guerra impediu. Foi quando, acredito, movido por essas pressões, ele... Disso eu já tratei na entrevista passada. Não sei se precisa repetir. Ele pediu demissão, que foi concedida, e o Getúlio Vargas nomeou João Carlos Barreto.

V.L. — De orientação completamente diferente.

M.T. — Completamente diferente. E botando o Lima Campos. O Getúlio foi advertido, em carta confidencial, pelo Horta Barbosa, de que Lima Campos estava com posições altamente entreguistas, e no entanto o Getúlio pôs no Conselho justamente o João Carlos Barreto. Então, você veja as marchas e contramarchas dos elementos que defendiam o monopólio estatal e dos que combatiam. E, de acordo com a época e as tendências, o que ia ocorrendo. Foi por isso que nós procuramos dar esses fatos anteriores e históricos, para que se compreenda exatamente isto que você, em boa hora, está enfatizando. Havia essa divisão. Tanto que, quando em 52 veio a reação, e os partidários do Juarez retomaram o Clube Militar, eu falei de passagem há pouco que na Casa do Sargento do Brasil, onde havia várias conferências e eles estavam muito integrados, os oficiais subalternos foram muito atingidos. Eu já tratei disto na entrevista passada. Foram demitidos, foram processados, inclusive alguns superiores também, do próprio Clube Militar, da primeira diretoria. Muitos foram absolvidos, outros foram condenados, os que tiveram penas inferiores a dois anos voltaram para a ativa, e outros foram afastados. Então, houve todo aquele processo dos militares que eu procuro narrar no meu livro O petróleo é nosso, a que me reporto de vez em quando para quem venha nos ouvir depois e queira dados mais complementares que uma simples entre-

vista não pode dar. A gente está condensando, mas isso está no meu livro O petróleo é nosso - a luta contra entreguismo e pelo monopólio estatal, editado pela Vozes em 1983, e prefaciado pelo atual senador Severo Gomes, prefaciado também pelo almirante Alfredo de Moraes Filho, que foi nosso presidente e depois presidente de honra do Centro. E, quando exercia a presidência, ele foi preso, na época da repressão. Estava viajando pelo Centro no Ceará, foi preso, e fizeram-no voltar para o Rio de Janeiro.

Então, mesmo dentro da campanha, essas divergências se faziam sentir. E a campanha não se fez ser luta. Isto tem sido dito, e é preciso que se repita, que nós tínhamos os nossos... O ato inaugural da segunda convenção nacional foi tiroteado. Você devia estar lá, Plínio, deve ter-se lembrado. Eu me lembro, pessoalmente - já que você quer que eu fale na primeira pessoa, eu vou dar o meu depoimento - de que nós estávamos, eu me lembro nitidamente, à mesa, logo de frente, no auditório da UNE, quando lá atrás, já quando terminava o salão e começava aquele saguão das escadas, um provocador, um policial, levantou a arma e deu um tiro para o alto e começou a gritar "Polícia!" Enfim, provocou-se a confusão, o tumulto, tiroteio ali dentro foi grande, os populares procuravam se defender com as cadeiras, ou como podiam, e foi uma coisa lamentável, que no dia seguinte teve ampla repercussão em todo o país. E no final, enquanto a comissão diretora ia para a imprensa para fazer o alto protesto contra aquela violência, eu esperei os feridos, os que tinham sido mais atingidos, e os acompanhei até o Pronto-Socorro, onde houve até uma coincidência. Eu cheguei jus

tamente - era um domingo - numa equipe que eu havia frequentado quando acadêmica. Então, eu peguei a minha chefe de equipe, Cattapreta, e comentei: "Está vendo?" Ela disse: "Daqui a pouco vão me aparecer generais, como já apareceram" - no dia que eu mencionei, lá da Cinelândia, lembra-se? Eu digo: "Vão mesmo." Não. Ela disse: "Da outra vez me apareceram generais." Eu digo: "Daqui a pouco eles estarão chegando aqui. Eles por enquanto estão nas redações dos jornais. Eles e os outros membros da comissão diretora do Centro. Eu, como médica, vim acompanhando os feridos, e aquele que está ali, por exemplo, podia ser eu, porque eu estava lá da mesma maneira. Então, vamos tratar de atendê-los." E dali a pouco realmente toda a comissão diretora comparecia, e novamente o hospital Sousa Aguiar era palco... Enfim, a comissão prosseguiu e conseguiu, pela pressão da opinião pública, que não desanimava... Havia tentativas de desarticular o movimento, mas nós prosseguimos, e daí a vitória.

V.L. - Voltando à questão do Plínio, ele tinha mencionado a gestão de Horta Barbosa no Conselho Nacional do Petróleo, e depois a gestão de João Carlos Barreto. Durante a gestão de João Carlos Barreto, o representante do Ministério do Exército foi Artur Levy, que veio depois a ocupar diversos postos na Petrobrás, inclusive vindo a ser seu segundo vice-presidente*. Como é que você avalia a atuação do Artur Levy nessa fase da elaboração do Estatuto do Petróleo e de atuação no Conselho Nacional do Petróleo?

M.T. - Bom, nesta fase o Artur Levy estava dentro de um

* Ele foi o segundo presidente, e não vice.

contexto do próprio Conselho, e havia uma política do próprio Conselho, não é? Então, ele estava ali inserido. Agora, mesmo dentro do Conselho, e mesmo antes de Artur Levy, eu me lembro de que houve uma votação a propósito de monopólio ou não monopólio, no tempo do João Carlos Barreto, do Lima Campos. Eu não tenho bem de cor assim o nome agora, eu poderia lhe dar depois, se interessasse, mas o representante do Ministério da Guerra foi o único voto a favor do monopólio estatal. Então havia essas coisas, realmente. Foi o voto do...

J.D. — General César Obino, provavelmente.

M.T. — Não. Não. Foi um outro.

V.L. — Não. Não. Porque na gestão João Barreto ele foi...

P.R. — Ibá Jobim Meireles.

M.T. — É possível que tenha sido. E que votou realmente... E até em certa ocasião anterior, quando começou a démarche Horta Barbosa, eu me lembro de que o próprio Dutra teria votado a favor, antes de todo o processo, e de ele ser eleito presidente, quando ele enviou o nefando Estatuto do Petróleo. Então, são posições que muitas vezes você percebe contraditórias, não é? Dependia muito da fase, do lugar onde a pessoa estava colocada, do posicionamento, e da sua própria postura, como foi o caso do Horta Barbosa, que atravessou todas as situações coerente com a sua tese.

P.R. — Certo. Agora, de que forma, Maria Augusta, pode ter afetado a campanha pelo monopólio estatal aquela situação do general Estillac? Era presidente do Clube Militar e era ministro da Guerra de um governo no qual os partidários do monopólio estatal não confiavam plenamente.

Isto está mais ou menos bem caracterizado na entrevista que nos deu aqui ao CPDOC o Pinto Guedes, que é um expositor excelente, fabuloso. Ele mostra, por exemplo, as contradições havidas dentro do sistema militar, sem extrapolar para a campanha. Agora, eu desejava saber o seguinte: isso teve reflexos negativos no desencadeamento da campanha?

M.T. - No desencadeamento da campanha, não. Apenas, o que eu digo é que ele, como presidente do Clube Militar, ele... O Clube Militar como tal acolhia a todos os conferencistas, debatia-se o problema dentro do Clube Militar. E até digo mais. Até alguns estrangeiros que visitavam nosso país se surpreendiam quando a gente dizia que havia um ato no Clube Militar. Um deles disse uma vez: "Na minha terra, uma pessoa mais esclarecida que pretenda defender um problema desses não passa nem na porta de um Clube Militar." Então, realmente, surpreendia, porque foi... Havia assim como... Defender o petróleo passou a ser assim respeitado. Então, eles, estando no Clube Militar, e cercados de muitos oficiais nacionalistas defendendo a mesma posição, e com o suporte de toda a massa popular... Aí é que eu digo. Eles davam o amparo de seus títulos, de seus nomes, eles eram os presidentes de honra do Centro, eles prestigiavam os atos, indubitavelmente; agora, o povo também ajudava a sustentar essa posição. Porque nem um lado nem o outro, isoladamente, poderia formar uma massa coerente que vencesse a oposição do truste. Porque, gente, o truste, quando não vence, estabelece uma ditadura. Eles não hesitam, e dizem claramente. A multinacional, a...

[FINAL DA FITA 3-B]

M.T. - ...indústria de petróleo, quer que todo mundo saiba que ela tem na sua retaguarda os seus respectivos governos. Eles dão todo o apoio e fazem questão que o mundo todo saiba disso.

Eu tentei - não sei se consegui - mostrar que quando ia chegando o momento decisivo vinha uma ameaça de golpe. Mostrei o golpe contra o Getúlio, que culminou com o seu suicídio, que foi um golpe de setores altamente entreguistas, como era o próprio Carlos Lacerda, que foi um dos mentores destacados do golpe. Ele dizia, como eu falei há pouco, que dentro de pouco tempo cairia o monopólio estatal. Quer dizer, ele pôs o monopólio estatal como centro desse golpe, depois que foi aprovada a Petrobrás. E nós vimos que, pelo caminho, afora outros... A posse de Juscelino contra o Juarez. Me lembro até que o Plínio Canhanhede dizia: "Ponham uma sonda no golpe que sairá mais petróleo do que do fundo da terra." Então, os golpes eram preparados para favorecer as multinacionais. Quer dizer, era um dos recursos de que os entreguistas se valiam para impedir o prosseguimento da campanha. As violências que sofremos, eu citei algumas. Isso tudo eram movimentos que tendiam até - vamos chegar lá, e é importante - até que 64 se instaurou. Porque, lembrem-se de que tinha sido acabado de ser aprovada a lei que regulamentava a remessa de lucros, e pouco tempo depois saiu o movimento de 64. E nós sa...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

3ª Entrevista: 3.08.1987

P.R. - Maria Augusta, a minha primeira pergunta é a seguinte: durante a terceira Convenção Nacional do Petróleo, que foi realizada em julho de 1952, uma das resoluções dizia o seguinte. Foram apreciadas três emendas apresentadas na Câmara - a de Eusébio Rocha, a do Osvaldo Fonseca e a do Bilac Pinto. E a convenção decidiu dar preferência à do Bilac Pinto.

M.T. - É verdade. Que foi subscrita por muitos parlamentares, inclusive pelo próprio Eusébio Rocha.

P.R. - Agora, eu queria saber o seguinte: quais eram os pontos de conflito, se é que existiam, entre Bilac e Eusébio?

M.T. - Bom. Realmente, eu não quero crer que houvesse pontos de conflito, mas alguns projetos eram mais completos no sentido do monopólio estatal. Porque nós apoiamos também o do Eusébio Rocha, porém com emendas; sobretudo a que incluía o comércio grossista, a distribuição, no monopólio estatal. Havia duas ou três emendas ao projeto do Eusébio. E nesses termos, a convenção, da qual ele também fazia parte, apoiou o projeto. Como apoiou também os outros projetos que foram apresentados. Agora, no cômputo geral, comparados os três projetos, achou-se que o do Bilac Pinto fosse mais completo ainda - não totalmente - no sentido de se obter o monopólio estatal. Por isso a preferência. Quer dizer, apoiando os três, com as ressalvas necessárias, a convenção houve por bem dar preferência ao do Bilac Pinto, por esse motivo.

Mas na realidade, Plínio, o que aconteceu foi que, no curso, na tramitação do projeto da Petrobrás, a

campanha, e sobretudo a terceira convenção, que se realizou em julho de 52, seguida das convenções regionais sul, nordeste e... Eu comecei pelo sul, vamos inverter - norte e nor... Eu acho que depois do almoço a gente está mais cansada. Hoje nós estamos com umas pequenas falhas. Bom. Os regionais foram: norte, nordeste, centro e sul. Essas convenções todas foram feitas na época exata em que estava sendo votado o projeto da Petrobrás na Câmara. E na realidade, o que aconteceu foi que a resultante, e que deu origem à Lei 2.004, foi um acordo parlamentar, a que eu já me referi aqui, feito por Getúlio, através do seu líder Gustavo Capanema, chamados estes parlamentares que apresentaram substitutivos e mais outros, quer dizer, um representante de cada partido que era ligado... Era um embrião da Frente Parlamentar Nacionalista. E os participantes da campanha, a começar por Artur Bernardes, Lobo Carneiro, Eusébio, Bilac Pinto, Benício Fontenelle, Euclides Figueiredo e muitos outros. Então, foi comunicado que o governo reconhecia a vitória da campanha. Então, na prática, a Lei 2.004 saiu deste acordo. Deste acordo quanto ao projeto, que caminhava com três substitutivos que foram apresentados.

Neste acordo - já me referi em entrevistas passadas - ficou estabelecido que o governo concordaria em que houvesse o monopólio estatal para a pesquisa, a lavra e a refinação. Agora, na refinação, Getúlio propunha que as refinarias já concedidas se mantivessem, como concessões já feitas. E a campanha contra-argumentou que estaria bem, desde que não pudessem ter sua capacidade ampliada. O que até hoje persiste, não é? Duas já foram encampadas. Restam duas apenas, pequenas, que não podem ser ampliadas.

E Getúlio concordava que 51% das ações ficassem em mãos do governo... Não, não, 51% fossem da Petrobrás, da empresa, e, nas subsidiárias, a empresa é que teria 51%. Então, estes foram os princípios. Mas ele pleiteava, em contrapartida, que se mantivesse o nome Petrobrás, coisa que era pacífico, e que o comércio grossista, quer dizer, a distribuição, continuasse fora do monopólio estatal. E isto foi um ponto lamentável, até hoje lutamos para conseguir o monopólio da distribuição, mas já as multinacionais operavam, como operam até hoje no setor, e para se obter um acordo - porque foi um acordo -, para se obter o monopólio nos termos que se conseguiu, a Lei 2.004, houve essa concessão. Principalmente das refinarias, mas sem possibilidade de aumentar, o que minimizou o problema, e a exclusão do comércio grossista. Este foi o acordo que realmente concluiu.

J.D. - E qual a situação política dentro do Congresso que levou a esse acordo? Ou seja, a votação do projeto era obstruída, ou o governo perdeu a capacidade de ter uma maioria? Quer dizer, qual foi a situação política no Congresso que levou à possibilidade do acordo? O Centro já vinha examinando a possibilidade desse acordo, ou ele foi uma coisa que surgiu no instante?

M.T. - Não, a coisa não acontece de repente, não. O que eu já mostrei aqui, e insisto, e é muito importante que se saiba, é que... Nós começamos a falar nos congressos, no terceiro congresso... O Plínio perguntou, não é, Plínio? Então, ele falava na terceira convenção nacional, seguida dos congressos regionais. Isto coincidiu com a votação na Câmara do projeto da Petrobrás. E foi um elemento de forte pressão. Porque, como eu disse a vocês - e ainda es-

tou trazendo aqui para a Valentina, que se interessou pelo lance de como vinha de baixo para cima, das comissões que se formavam em defesa do petróleo, da organização em todo o país, eu trouxe um recorte de 1952, exatamente desta época destes congressos regionais, que diz: "Realizada em Recife a Convenção Feminina de Defesa do Petróleo." Então, vocês vejam a profundidade que tinha, viu, José Luciano. Havia essa profundidade. Aqui nós vemos uma quantidade imensa de mulheres designadas representantes ao Congresso Regional Nordeste de Defesa do Petróleo. Isso é só um exemplo que eu trouxe, porque Valentina se interessou particularmente pela participação das mulheres à época. Eu trouxe para que ela visse.

Então, realmente, o decisivo neste acordo foi a vontade popular expressa por uma margem... um volume... O povo brasileiro estava mobilizado. E dentro do Congresso, os parlamentares e a própria figura de Artur Bernardes - porque era muito forte a presença dele no Congresso, e ele se pronunciou dias antes da própria aprovação da Petrobrás, fez um candente discurso... O clima realmente levava a ver que os brasileiros não estavam dispostos a ceder nesta luta. E foi isso que levou o presidente Vargas realmente a estabelecer este acordo, que não veio de repente nem por acaso, mas como consequência. Já tínhamos paralisado - quando falo "tínhamos", é a nossa campanha, não é? - já havíamos paralisado o Estatuto do Petróleo, que não conseguiu ter curso. O anteprojeto da Petrobrás era sistematicamente contestado por nós. Quando acabava uma convenção, como eu já disse aqui e repito, nós lotávamos a Câmara Federal com personalidades de todas as categorias, e levávamos as resoluções que eram lidas e ficavam

documentadas no Congresso. Então, de uma certa forma, nós participávamos cá fora, em movimentos de grande expressão, do que acontecia lá dentro na Câmara. E esta força, que foi a força do povo brasileiro, é que foi realmente o fator de vitória.

V.L. — Eu gostaria de discutir um pouco assim a sua avaliação, e um problema mais geral mesmo de avaliação, da posição da presidência da República, quer dizer, do governo Vargas, em face desse problema. Porque é corrente na historiografia a interpretação de que, pressionado pelos militares, com tremendas dificuldades com a grande imprensa, sofrendo pressões exteriores, ainda assim o governo teria montado uma Assessoria Econômica de sua confiança para desenvolver trabalhos ligados ao planejamento econômico e a projetos que seriam projetos prioritários do governo e com cunho nacionalista. Tendo essa assessoria que lidar com situações também de dificuldades, considerada a posição do Ministério da Fazenda e do Ministério das Relações Exteriores, que não ia nessa direção nem nesse sentido.

M.T. — Você tomou num ponto realmente importante, falando inclusive na assessoria, porque há uma corrente que diz que Getúlio teria feito o anteprojeto da Petrobrás com grandes brechas para o capital estrangeiro, para deixar que a UDN, que era oposição, então se pronunciasse contra ele e então viesse defender o monopólio estatal. Ora, quem conheceu Getúlio como nós conhecemos não vai achar que Getúlio largasse uma bandeira de nacionalista, de defensor do monopólio estatal para, passando por vilão, entregar, vamos dizer uma expressão popular, o ouro ao bandido, no sentido de entregar à oposição a glória de o ter combatido e aderido ao monopólio estatal. Eu acho que isso seria mui

to fantasioso, ir por este caminho que alguns advogam para justificar suas posições, inclusive os próprios assessores de Getúlio, como Rômulo de Almeida, que advoga isso, e outros, porque realmente o Getúlio não se exporia. E o que ele mandou era escrito. Está lá consignado. Altamente entreguista.

E eu quero relembrar outros fatos. Não foi isoladamente o anteprojeto que foi encaminhado com dispositivos entreguistas. Eu quero lembrar a vocês que em 1943 - eu já disse isso, se não me engano, na minha primeira entrevista -, quando o general Horta Barbosa deixou o Conselho Nacional do Petróleo, ele nomeou para o Conselho o João Carlos Barreto e o Lima Campos, que ele sabia terem posições nitidamente entreguistas, porque o próprio marechal Horta, então general Horta Barbosa havia feito uma carta confidencial a ele explicando a posição entreguista do Lima Campos. Pois bem. O Getúlio nomeou Lima Campos para o Conselho. E foi de um parecer do Lima Campos que Odilon Braga, posteriormente, fez o anteprojeto do Estatuto do Petróleo. Então, foi gente nomeada por Getúlio. Desde 1943. E, realmente...

V.L. - Sim, mas são idas e vindas, não é, porque também Horta Barbosa, e gente da gestão Horta Barbosa, foram nomeados por ele.

M.T. - Também nomeados... Não. Inclusive eu posso regressar. Eu falei no Código de Minas, eu falei nas legislações de 38, nacionalistas, que nos garantiram por muito tempo. Realmente, você falou bem: idas e vindas, é fato. E até a nossa interpretação para o Código de Minas, em 34, se deveu ao fato de o general Góis Monteiro, que tinha suas preferências pela Alemanha, ter defendido uma posição

nacionalista para que o petróleo não caísse nas mãos do nosso aliado americano contra a Alemanha. Então, foi uma suposição bem válida, à época. Nós dissemos isso. E posteriormente mesmo, à época da tramitação do anteprojeto, à época de Getúlio no poder, era ministro de Vargas João Neves da Fonseca, que era presidente da Ultragás.

V.L. — Da Fonseca não, da Fontoura. Hoje todos nós estamos trocando um bocadinho os nomes.

M.T. — É. João Neves da Fontoura, que era presidente da Ultragás, subsidiária da Standard Oil. E também o Segadas Viana, que era advogado da Standar Oil. Ora, então, se ele quisesse, tivesse mesmo o propósito, como é que ele teria nomeado estes elementos tão ligados ao capital estrangeiro? Então, como eu tenho compromisso com a verdade histórica, eu acho que tudo isto deve ser narrado, como também o mérito de Getúlio ter reconhecido a vitória popular — porque ele reconheceu a vitória da campanha — e ter feito o acordo. E quando — nós falamos — posteriormente... Porque feito o acordo, ele já não interessava às multinacionais. Realmente ele caiu na desgraça das multinacionais. E nós estávamos até, na última entrevista, enveredando pelo caminho da pressão que as multinacionais fazem para viverem em clima de golpes. Porque no golpe é mais fácil elas conseguirem seus desígnios do que em clima de vigência democrática, como aconteceu na tramitação do projeto, em que houve debates de toda natureza, em que o povo se fazia ouvir e pressionar, e conseguimos a vitória. Então, logo depois, a partir da assinatura, no dia 3 de outubro de 1953, da Lei 2.004, começou já a se articular o golpe, que foi liderado pelo Carlos Lacerda, e que redundou no suicídio de Vargas, que nós podemos dizer que foi

um contragolpe, com o sacrifício da própria vida, que Getúlio deu, em resposta aos que pretendiam derrubá-lo. E isto realmente barrou, esta atitude de Vargas, dando a própria vida, barrou o golpe que Lacerda liderava e que dizia mesmo pelas colunas do seu jornal: "Em breves dias cairá o monopólio estatal do petróleo." Nós vemos ainda aí a pressão das multinacionais, então chamadas apenas de trustes, no sentido de um golpe que lhes facultasse o que queriam. E aí foi que Plínio Cantanhede até disse: "Ponham uma sonda no golpe e encontrarão mais petróleo que na bacia sedimentar amazônica." Eu acho que mais ou menos eu tenho respondido a este questionamento. Não sei se ficou bem claro. Podemos...

V.L. — Só mais alguns detalhes sobre a questão da assessoria. Enquanto ela desenvolvia seus trabalhos e elaborava seus projetos, a opinião pública tinha conhecimento de que projetos eram esses e de como eles estavam sendo desenvolvidos internamente pela assessoria, ou não?

M.T. — Bom. Sempre que nós cá fora - quando falo "nós", insisto, é a campanha, o Centro do Petróleo, as convenções - tínhamos conhecimento de qualquer texto, fosse por que via fosse, mas principalmente quando havia alguma coisa de objetivo e concreto - que nós trabalhamos sempre em cima das coisas concretas - era feita uma análise pela comissão de estudos e isso era levado para as convenções estaduais e nacionais debaterem, e era em cima disso que havia os pronunciamentos. Então, foi em cima da mensagem que acompanhou o anteprojeto, e do próprio anteprojeto da Petrobrás, que os convencionais se pronunciaram.

V.L. — Quer dizer, vocês não tinham contatos anteriores à

apresentação da mensagem com a assessoria em si.

M.T. — Se algum elemento pôde ter convivência ou contato, pode até ter ocorrido, mas no momento eu não posso afirmar. Mas os documentos que saíram das convenções foram documentos oficiais em cima de documentos oficiais.

P.R. — E o que você acha então, Maria Augusta, do fato de a UDN, que era um partido tradicionalmente conservador, em cujo programa se acentuava o apoio ao capital estrangeiro, de uma hora para outra ter patrocinado a emenda Bilac Pinto?

M.T. — Olha, eu quero dizer a vocês, já disse da outra vez, que em todos os partidos havia elementos ligados à corrente nacionalista. E lembro a você — até você deu aparte quando eu mencionei — que nós, do Centro de Petróleo, tivemos um presidente da UDN. O senador Matias Olímpio, do Piauí. Você se lembra. E o Bilac Pinto era um dos integrantes da corrente nacionalista e ele defendeu, apresentou o seu projeto, e pode ser até que, por força da pressão popular, muitos tivessem mudado. Ou se esclarecido realmente, ou mudado o seu posicionamento. Inclusive porque na ocasião das eleições — nós já tratamos também disso aqui — era um fator que predominava muito, o fato de a pessoa ser a favor do monopólio estatal do petróleo ou ser contra.

P.R. — Mas aí não é o caso de um ou outro, Maria Augusta. A UDN apoiou oficialmente a emenda Bilac Pinto. Ela tomou uma posição que até então só o Partido Socialista tinha tomado, na questão do monopólio estatal.

M.T. — Quando nós estudamos a posição dos partidos, nós dissemos que o Partido Socialista e o Partido Comunista,

então na ilegalidade, adotaram oficialmente a tese. E que nos outros partidos a questão era aberta. Era aberta, e muitos parlamentares participaram da campanha. Inclusive o Getúlio estava tomando as posições que nós estamos analisando, e eram inúmeros os parlamentares do PTB que faziam parte da campanha, a começar pelo próprio Eusébio, que foi sempre um batalhador e até hoje está à frente da nova etapa da campanha que prossegue. Então, a mesma coisa acontecia na UDN. E eu creio que tudo que se conseguiu de vitória no correr da campanha foi fruto da pressão popular - isso eu repito -, já que o povo brasileiro foi o grande personagem da história da luta pela emancipação econômica e pelo monopólio estatal.

J.D. - É. Hoje em dia nós vivemos na Constituinte um processo semelhante, de emendas populares à Constituinte, de uma forma de participação direta do povo no Congresso. E nós queríamos então que a senhora precisasse quais foram essas formas concretas de pressão. Ou seja, contato com parlamentares, propaganda dentro da Câmara. Como a campanha entrou no recinto da Câmara? A senhora participou pessoalmente dessas atividades?

M.T. - Ah, eu estava... Eu sou, desde o primeiro dia, da primeira reunião, sou sócia fundadora do Centro, participei de todas as convenções e hoje ainda estou trabalhando no relançamento da campanha "O petróleo é nosso". E eu já disse aqui, José Luciano, que nós... Primeiro, os parlamentares também, em grande número, integravam o Centro, quer o nacional, quer os estaduais. E cada convenção tirava documentos... Convenções eu digo, porque eram as maiores, as resultantes de toda a mobilização do povo de baixo para cima. Mas também, esporadicamente, havia pró-

nunciamentos do próprio Centro, quando um fato maior exigia. E esse pronunciamento, subscrito pelos seus presidentes de honra, subscrito pelo seu presidente efetivo, ou as conclusões das convenções, eram levadas à Câmara, eram levadas a parlamentares, eram levadas oficialmente aos presidentes das casas legislativas e difundidas por todo o país. Você me fez uma pergunta da outra vez sobre como as câmaras municipais se pronunciavam. Eu respondi que nós nos dirigíamos, inclusive, a todas elas mandando documentação. Então, realmente, havia um intercâmbio muito grande entre as casas legislativas e a campanha. De ida e vinda. Os parlamentares faziam parte da campanha, e a campanha ia aos parlamentares e às casas, tanto à Câmara quanto ao Senado. Principalmente quando os projetos estavam tramitando naquelas casas legislativas.

J.D. — E havia objeção à participação dos militares nesse tipo de atividade?

M.T. — Eu também já tratei disso quando falei que os militares da ativa ficaram impedidos de participar. E até, na medida em que passavam para a reserva - não digo todos, mas uma grande maioria, os que defendiam a corrente nacionalista - havia até uma frase, em tom de brincadeira, que dizia: "Passe para a reserva do petróleo." Porque eles iam para a reserva e entravam para a campanha. E assim prosseguiram. E se desenvolveu. Isso vocês vêem até hoje no seio das Forças Armadas, a mentalidade nacionalista persistiu e criou raízes. Não só lá como em todo o povo. Porque à época de começar a campanha - eu também já disse na minha primeira entrevista - a gente tinha que dizer a cada um o que era o imperialismo, o que era a invasão da multinacional, porque a idéia era que o americano

era o aliado de guerra, era a figura simpática do Roosevelt. E a gente explicava que uma coisa era o povo americano, outra coisa era o truste americano, apoiado pelo Departamento de Estado, apoiado pela CIA. enfim... Como eu até citei aqui, que as próprias multinacionais faziam questão de dizer que seus governos davam proteção onde elas estivessem e faziam questão que todo mundo soubesse disso.

Então, José Luciano, eu acho que nós podemos arrumar um pouco isso tudo que estamos dizendo assim: desde o início da campanha até hoje, 1987, as multinacionais sempre quiseram investir... Primeiro elas quiseram dizer que nós não tínhamos petróleo porque elas sabiam que deveríamos ter, mas não interessava, porque elas tinham reserva em outras partes do mundo. Relembrando o que eu já disse. Uma vez provado que tínhamos petróleo, elas quiseram dele se apoderar para, obviamente, ter a sua participação e não ter concorrente brasileiro. Então começou a luta. A luta ia nas duas direções. Da multinacional sobre o povo brasileiro e do povo brasileiro repudiando a multinacional. Então, vamos vendo assim como que uma tônica. Desde o início, o Estatuto do Petróleo, pretendendo dar as concessões, foi barrado. O anteprojeto do Estatuto do Petróleo, já tratamos dele, de como foi barrado. Depois a tentativa de golpe depois da morte do Getúlio e, posteriormente, a eleição de Juscelino Kubitschek, que venceu o Juarez Távora, que era o pai da tese do entreguismo. Então, foi nova derrota. Vencendo o Juscelino Kubitschek, veio a ameaça de não dar posse ao Juscelino Kubitschek. Nessa altura, novamente - em 54, eu já disse a vocês que houve uma grande convenção nacional que criou a Liga de Emancipação Nacional, e era até secretário-geral da Liga o

deputado Tarcilo Vieira de Melo, que era líder do governo do Juscelino Kubitschek. E o Centro de Petróleo trabalhava junto com a Liga, que prosseguiu nas campanhas, já ampliadas para outros setores da economia nacional, uma vez que a Lei 2.004 já havia sido assinada, mas nós sabíamos que era preciso prosseguir porque o próprio golpe que se sucedeu ao suicídio de Getúlio, e depois a tentativa de impedir a posse de Juscelino Kubitschek mostravam que eles não desanimavam no sentido de conseguir um clima de opressão, de ditadura, em que obtivessem os seus desígnios. Aí a Liga de Emancipação Nacional fez um pronunciamento em defesa da posse dos eleitos. Então, isso é o que eu estou mostrando a vocês, assim de uma maneira global, para arrumarmos os nossos pensamentos. A Liga defendeu a posse de Juscelino. Juscelino, tomando posse em janeiro de 55, em março ele já mandava uma mensagem para o Congresso em que dizia que a Petrobrás era uma realidade, que ele iria defender a Petrobrás e que inclusive iria procurar desenvolvê-la. Paralelamente a isto, em março também de 55...

P.R. - Cinquenta e seis, Maria Augusta, ele tomou posse em 56.

M.T. - Isso. Ele foi eleito em... É. Hoje vamos nos ajudar corrigindo os lapsos. Ele foi eleito em 55, corrija-mos, e em março de 56 o Vicente Rao - nós também sabemos de suas posições entreguistas - defendia o seguinte - para chegarmos a hoje, ao que está acontecendo hoje com a Constituinte. O Vicente Rao dizia o seguinte: que ele sabia que a Lei 2.004 tinha sido aprovada, era o monopólio estatal, mas que apesar de a lei assim determinar o monopólio, ele não via nenhum inconveniente de, na prática, se estabelecerem as concessões. Ele queria dizer: "Vamos dar um

pulinho por cima da lei e vamos fazer as concessões." Aí veio um pronunciamento da Liga de Emancipação Nacional também condenando e verberando isso. Mas eu quero voltar um pouco. Nós estamos misturando 55 e 56...

V.L. - E eu ainda estou aqui para misturar mais coisa. [rindo] Eu quero voltar para 54.

M.T. - Não, nós vamos voltar. Eu estou só ordenando. O que eu estou tentando ordenar é o seguinte: é mostrar a vocês - e aí tem que ser ordenadamente - como nunca o truge desistiu, a multinacional desistiu de meter a sua cunha. Então, vamos voltar a abril de 55...

V.L. - Vou voltar um pouquinho antes, posso?

M.T. - Como queira. Eu só quero mostrar a tônica, mas quem sabe você até vai me ajudar?

V.L. - Eu queria fazer uma pergunta, quer dizer, como é que o Centro e a campanha viram as medidas efetivas de implantação da empresa, no seguinte sentido: primeiro, a nomeação de Juraci Magalhães e da primeira diretoria da Petrobrás. A diretoria era Neiva Figueiredo, Hélio Beltrão, Irnack de Carvalho e o Artur Levy.

M.T. - Sim. Quanto ao Artur Levy, eu quero até dizer a você o seguinte, que quando... Eu ia entrar... Pronto, vai somar ao que eu ia dizendo. Vamos somar tudo. Eu disse até que a gente ia chegar a somar. Foi bom você me falar, porque eu vou juntar nas resoluções... Eu ia dizendo, quando você entrou com a pergunta, eu disse: vamos voltar a 55? É que em abril de 55, a Liga de Emancipação Nacional realizou um congresso em defesa do petróleo. Por quê? E me lembro da pergunta do Levy, que vai aparecer agora, da diretoria da Petrobrás. Por que a Liga fez

esse congresso? Porque, não desistindo, o senador.

[FINAL DA FITA 4-A]

M.T. - ...Plínio Pompeu, os senadores Plínio Pompeu e Oton Mäder haviam apresentado um projeto, ainda visando as concessões... Entreguista, em suma. E ele foi derrotado no Senado. Houve este congresso em defesa do petróleo... Havia uma ameaça, era convocado um congresso, uma grande mobilização popular. Grande mesmo, viu, mobilização popular.

V.L. - O nível de mobilização continuava a ser mantido?

M.T. - Muito. Conseguimos manter. Mesmo nesse período, viu, pela necessidade de... E porque estávamos ampliando para outros ramos da economia também.

V.L. - É. Porque entende-se a mobilização ainda no momento, vamos dizer assim, imediatamente posterior ao suicídio do Getúlio, porque a opinião pública estava muito sensibilizada; na tentativa de impedir a posse de Juscelino, porque a situação política estava requerendo uma resposta.

M.T. - Mas até então, lembre-se, nós estávamos em abril - eu dei uma rezinha - em abril de 55, e ainda não tinha sido eleito o Juscelino. E a mobilização se manteve depois do Juscelino. Correto? Então, em abril de 55 houve esse congresso de defesa do petróleo, que era contra esse projeto do senador, que foi derrotado no Senado. E, na Câmara, estava o projeto Adolfo Gentil, que era sempre a mesma tônica: "Vamos dar concessões" - reparem agora um outro ponto importante - "a empresas organizadas no país." Esta definição, a luta da Constituinte hoje para definir

precisamente que a empresa nacional é constituída no Brasil, com sede decisória no Brasil e com capitais nacionais e sócios brasileiros natos, é da maior importância. Porque empresa organizada no país pode ser qualquer subsidiária da multinacional. Correto? Então, esta convenção, este congresso de defesa do petróleo, de abril de 55, ao mesmo tempo que condenava o projeto Plínio Pompeu, fez paralisar o projeto do Adolfo Gentil na Câmara. Mais uma vitória. Porque vocês vejam. A Petrobrás já estava instituída. E novos projetos iam sendo apresentados, que derubariam a Petrobrás. E a convenção também estabeleceu o Plano Prático para a Solução do Problema do Petróleo em Cinco Anos. Agora, nesta época, também nesta época, abril de 55, foi exonerado - eu estou mostrando as investidas das multinacionais - foi exonerado o engenheiro Plínio Cantanhede, que por sete anos ocupara a presidência do Conselho Nacional do Petróleo. Era realmente um nome nacionalista e que foi afastado. Coincidindo com os dois projetos na Câmara. Então, eram as investidas e a contra-investida, felizmente vitoriosa. Até então, a contra-ofensiva do povo era sempre vitoriosa, e até então conseguimos.

Mas agora eu vou juntar o que eu estou encadeando com a sua pergunta. No Plano Prático para a Solução do Problema do Petróleo em Cinco Anos - foi realmente um estudo feito pela comissão de estudos, aprovado nesse congresso, e com base no subsídio de várias... O cabeçalho desse plano prático diz mesmo que era com base no que a Petrobrás já vinha realizando, com base nas técnicas do que eles vinham conseguindo, com base nos pronunciamentos do Plínio Cantanhede, Mário Bittencourt Sampaio; Artur Levi é citado nominalmente, e as próprias resoluções do Centro de

Petróleo, da sua comissão de estudos. Então, elaborava-se este plano, que era realmente um estudo global do problema, em que se reafirmava sempre as teses que o Centro defendeu, de que a refinaria financiasse a pesquisa e a lavra, aumento da frota de petroleiros, enfim, uma análise global do problema com as necessárias soluções, inclusive levantando em cifras as verbas que seriam cobertas com os lucros obtidos num setor para financiar os demais. É um plano que está contido no meu já mencionado livro O petróleo é nosso - a luta contra o entreguismo e pelo monopólio estatal; editado em 1983 pela Vozes. E eu cito por que qualquer pessoa que queira ver este plano ou qualquer documento ou detalhe sobre o que aqui nós estamos, em idas e vindas, tratando de trazer, em um depoimento da nossa vivência pessoa, poderá ver neste livro, que há inclusive aqui no CPDOC. Não há um exemplar arquivado aqui na biblioteca do CPDOC deste meu livro?

P.R. - Tem.

M.T. - Então, quem quiser e estiver interessado, encontrará na biblioteca da Petrobrás, encontrará aqui na biblioteca. Enfim, neste livro terá os subsídios de que necessitar. E a Petrobrás considerou esse plano um precioso subsídio para os seus trabalhos. Então, realmente, essa sua pergunta me leva a dizer a você que realmente havia assim uma aproximação apoiando ou desaprovando condutas dos dirigentes da Petrobrás, conforme fosse o caso. Neste caso até o Artur Levi teria sido citado, e em outros casos, pessoas assim, por exemplo...

V.L. - Por exemplo. A campanha sai vitoriosa. É sancionada a lei. E é nomeado Juraci Magalhães. Como a campanha reagiu?

M.T. — Pois é. Bom. A campanha sempre era... Não só com o Juraci Magalhães como com outros, a campanha sempre se pronunciava, manifestando-se, posicionando-se pelo monopólio e mostrando que esperava que ele fosse mantido e levado a efeito. Sempre no sentido de pressionar no sentido de se conseguir realmente efetivação.

J.D. — Mas não houve nenhuma decepção com a nomeação?

M.T. — Ah, meu filho, muitas. Pelos caminhos de decepções bota...

V.L. — Bota decepção nisso.

M.T. — Bota decepção nisso, porque realmente a campanha — Plínio acompanhou com a gente — foi muito de altos e baixos, vitórias, de repente vai cair o mundo na cabeça, não vai, nós vamos lutar. Então, não se desistia.

J.D. — Não, mas nesse caso concreto da nomeação do Juraci?

M.T. — Eu quero dizer que não foi só ele. Eu quero lembrar a você que junto com esse pronunciamento do Vicente Rao de que eu falei, em 56, o Janari Nunes, que era então presidente da Petrobrás, ele também advogou os royalties: "Não, vamos fazer concessões com o pagamento em royalties." Contrariava a Lei 2.004, que criou a Petrobrás, que ele presidia. Então, houve estranheza por parte do Centro, que se pronunciou. O Centro sempre manteve uma posição de independência.

V.L. — Eu acho muito interessante acompanhar a trajetória do Artur Levy, porque ela tem momentos muito diferentes, não é? Quer dizer, ele foi uma pessoa que participou da gestão de João Carlos Barreto no Conselho Nacional do Petróleo, como representante do Ministério do Exército. Ele

participou da comissão que elaborou o Estatuto do Petróleo, representando também a posição do Estado Maior das Forças Armadas. E ainda nessa época ele já dá uma contribuição muito importante, no entanto, para o desenvolvimento da questão do petróleo no Brasil com a construção do oleoduto. Quando vem para a presidência da Petrobrás, dá uma enorme contribuição. É uma figura interessante.

M.T. - É. É uma figura que foi acompanhando um pouco... E isso ocorreu com outras pessoas também.

V.L. - Até pela altíssima especialização técnica de que ele era portador.

M.T. - Portador. Agora, é curioso, a posição do Exército lá no próprio Conselho, no início... Em uma votação que houve lá, o seu representante foi o único que votou a favor da posição... E não foi na época do Levy. Outro dia até quis me lembrar do nome, mas me escapou.

P.R. - Foi na época do Horta Barbosa. Era o capitão Ibá...

M.T. - Não. Foi depois do Horta Barbosa. Já foi depois.

V.L. - Porque o Artur Levy ficou nove anos no Conselho. Ele pegou a gestão do Barreto e a posterior.

M.T. - Mas então, não só o Levy como os seguintes... Eu acabei de dar o exemplo do Janari Nunes, que advogou. Então, se era o caso, quando eles... Como o Chico Mangabeira, que teve uma posição muito boa, não é, ele tinha uma posição mais...

V.L. - Artur Levy chegou a entrar em conflito com o Gudin, durante a gestão dele.

M.T. - Pois é. Então são essas coisas... E a posição da campanha, que é o que você me pergunta, foi de apoiar os

que apoiavam o monopólio estatal, e até muitas vezes a própria Liga, o Centro de Petróleo levavam documentos reivindicando - como esse próprio Plano Prático, que foi entregue à Petrobrás - reivindicando a concretização do monopólio estatal, ou estranhando e pedindo que reconsiderassem posições quando era o caso como esse, lamentável, Janari Nunes querer royalties. E assim sucessivamente, por todos os outros que vieram. Eu não tenho de cor a ordem. Aí vocês, quando ouvirem pessoas da Petrobrás, poderão saber melhor detalhes dos presidentes e da atuação de cada um, e até a ordem em que eles se compuseram. Eu me lembro assim de alguns casos, porque a campanha estava inclusive se desenvolvendo, em seu grande pique ainda, e se contactando. E até em 1956, o próprio Conselho Nacional do Petróleo... Não, não, não. Foi em 1963. O Conselho Nacional do Petróleo, quando ele... Eu estou me lembrando pela data. Ele foi fundado em 38, e em 63, comemorando seu aniversário, ele homenageou figuras da Campanha do Petróleo que já haviam falecido, entre elas o Artur Bernardes, o General Raimundo Sampaio, o capitão Antônio José Fernandes, um nome de que a gente se relembra com saudade, o doqueiro que foi assassinado em Santos, Deoclésio Santana, e Alice Tibiriçá. Entregaram uma placa de prata dizendo: "Do Conselho Nacional do Petróleo agradecido por" - dava o nome do homenageado - "que lutou pela redenção do solo pátrio." E as datas.

V.L. - Quem dirigia o Conselho em 63? Era o Meireles, não é?

M.T. - Carlos Meireles.

V.L. - Carlos Meireles. Agora, eu queria fazer ainda uma

outra pergunta: a Liga de Emancipação Nacional acompanhava também outros projetos? Por exemplo, uma coisa que sempre me causa uma certa estranheza é o fato de a campanha em defesa do monopólio estatal do petróleo ter ganho tal expressão pública, e ter provocado tal mobilização, enquanto o projeto da Eletrobrás, que tramitou dez anos, foi acompanhado de um certo silêncio, um certo esquecimento.

M.T. — Olhe, como eu disse a vocês, o Centro, que nasceu inicialmente Centro Nacional de Estudos e Defesa do Petróleo, caminhou até a sua primeira ou segunda convenção... Acho que foi na segunda convenção que ele foi ampliado para Centro de Estudos e Defesa... Agora não estou garantindo bem se foi na primeira ou na segunda.

J.D. — Foi em 49.

M.T. — Foi a primeira convenção. Exatamente. Você está bem lembrado. Foi na primeira convenção, que ele foi ampliado, por proposta do general Raimundo Sampaio, para Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional. Mas eu posso dizer a você que, embora ele tenha trabalhado por outros ramos da economia nacional, ele centrou realmente forças na Campanha do Petróleo, seguindo a tese do general, depois marechal Horta Barbosa, Júlio Caetano Horta Barbosa, até a vitória final. Porque estava o perigo eminente. Estava na Câmara o projeto tramitando, e, ou nós jogávamos toda aquela força, ou não teríamos obtido o que é a grande realidade de hoje, que é a Petrobrás, que é a maior empresa brasileira, 33ª. do mundo, e com a projeção que tem. Então, realmente, se consubstanciou a campanha numa vitória concreta e que até hoje cabe defender. Até como exemplo para as demais campanhas, por-

que há muita coisa por se fazer ainda neste país.

V.L. - Mas naquele momento, quando é que houve, vamos dizer assim, a desmobilização porque o objetivo havia sido atingido?

M.T. - É uma pergunta interessante. Até 19... Sim. Juscelino foi eleito em 55, tomou posse em 56, a Liga de Emancipação Nacional, com o apoio do Centro de Petróleo, defendeu a posse do Juscelino, que era mais uma manobra da multinacional para um golpe, ele tomou posse, em março de 56, como eu já disse, ele dizia que iria defender a Petrobrás e ampliá-la, porém, em junho de 56 ele fechava a Liga de Emancipação Nacional, que estava num alto pique de trabalho e que vinha de realizar - isso completa a resposta à sua pergunta Valentina - o Congresso de Defesa dos Minérios - para ver que também a campanha atingia... Porque eu estou centrando aqui, nós estamos tratando de petróleo. E no meu próprio livro eu centrei na Campanha do Petróleo, porque era um livro sobre o petróleo. Agora, paralelamente, muitas campanhas - de salvação do Nordeste, de defesa da Amazônia, o Congresso de Defesa dos Minérios - vários outros foram se realizando, viu. A luta era grande também nesses setores. E logo depois do Congresso de Defesa dos Minérios, com a presença - é interessante isso - do deputado Tarcilo Vieira de Melo, que era secretário-geral da Liga de Emancipação Nacional e líder do Juscelino na Câmara, apesar disso, o Juscelino fechou, arbitrariamente, a Liga de Emancipação Nacional e outras entidades que defendiam... Inclusive até de mulheres, na ocasião. E lembremo-nos de que foi Juscelino, em Minas, que, quando houve ameaça de fechamento do Centro, Juscelino era governador de Minas e fechou, com o protesto de todos, o centro de

defesa do petróleo, em Minas Gerais. E depois veio a fechar novamente a Liga.

Nesta ocasião, viu, Valentina, respondendo à sua pergunta, é que, a Liga fechada, aumentando a pressão sobre os movimentos populares, e já vitoriosa realmente a Petrobrás, já conseguindo... Cúrioso. Em 19... Eu vinha numa linha de raciocínio, e é importante dizer que em 1955 foi o ano glorioso das vitórias, porque Nova Olinda foi descoberto, as refinarias começaram a funcionar, principalmente a grande refinaria de Cubatão, hoje chamada Artur Bernardes, acenderam-se os fornos da refinaria. Então, neste ano, coincidindo com esta vitória, é que recrudescceu a campanha novamente golpista, que eu acabo de descrever, no final de 55, depois da eleição do Juscelino, a tentativa de impedimento da posse. E, curiosamente, o Juscelino, que teve seu mandato defendido justamente pela Liga, depois fechou-a, inexplicavelmente, seis meses depois. Mas o Centro de Estudos do Petróleo e da Economia Nacional prosseguiu trabalhando, e sua comissão de estudos realizava semanalmente sessões de estudos, mas abertas à diretoria, aos associados, a pessoas em geral que se interessassem pelos problemas. E ali se ventilavam vários problemas de interesse nacional nesses outros setores. Não só no petróleo, que se manteve, como em outros setores. Eu própria me lembro de que - eu me lembro até da data porque era aniversário da Petrobrás - em 3 de outubro de 1961, eu me encarreguei de uma dessas palestras e tratei do problema da indústria farmacêutica, e o monopólio do capital estrangeiro. E daí decorreu uma campanha, de que até tive oportunidade de participar e liderar, que culminou com a criação da Comissão de Defesa e Desenvolvimento

da Indústria Farmacêutica Nacional, tendo um nome também que relembro com saudade, que foi o do capitão-médico Mário Vítor de Assis Pacheco, que dedicou à causa muito de sua vida. E conseguimos... O deputado Lírio Machado... Também foi um movimento que se esboçou e cresceu. E houve até uma Comissão Parlamentar de Inquérito em cima do problema, que é muito sério.

E aí vamos ver o seguinte. Nós terminamos a última entrevista quando eu dizia que a multinacional, quando não consegue o seu caminho em clima de debate - e Artur Bernardes alertou para isso... Foi muito interessante porque, em 1955 - nós estávamos debatendo esses anos, não é? Eu tinha dito a vocês que 1952, 51, 52, tinha sido um ano de muita reação, porque estava tramitando na Câmara o anteprojeto da Petrobrás. Em 53* foi a tentativa de fechamento do Centro; foi quando, no Clube Militar, a corrente nacionalista perdeu para a Cruzada, e também na UNE. Mas, tanto no Clube Militar como na UNE, por força dos seus conselhos, que continuavam, havia elementos que prosseguiram, na medida do possível, a tocar a campanha e as idéias nacionalistas. E, assim sendo, em janeiro de 55 houve uma conferência dos engenheiros do Exército no Clube Militar, defendendo a posição... Já quando outra vez... Foi o ano áureo, como eu dizia, do petróleo, das grandes vitórias, e é claro que diante das grandes vitórias vêm as grandes pressões do truste no sentido de "eu quero esse brinquedo para mim". Então, vinham as contra-ofensivas. E no Clube Militar houve essa conferência, de que o Centro também participou, estive lá presente, representa

* A tentativa de fechamento do Centro ocorreu em 1951, e a vitória da Cruzada Democrática, em 1952.

do, e também houve, feita pelo DCE, Diretório Central dos Estudantes**, uma exposição na Cinelândia, já com material dado pela própria Petrobrás, material dos próprios estudantes na luta em defesa do petróleo, e material de toda a Campanha do Petróleo, fotografias, atos públicos, conferências. Ficou muito tempo na Cinelândia essa exposição do DCE. E nessa ocasião, o DCE convidou Artur Bernardes - foi janeiro de 55 - para, na sede da UNE, fazer uma conferência. E Bernardes foi. Foi o último ato público a que ele compareceu, e ele disse que vencendo o cansaço... Não, vencendo a doença, ele, apesar de um dia que contra-indicava, uma noite chuvosa, ele compareceu. Obviamente o auditório da UNE lotado, ele fez um magnífico pronunciamento, alertando para a necessidade do prosseguimento da campanha, da mobilização dos estudantes e do povo em geral, porque as multinacionais não desistiam e sempre tentavam golpes para conseguir os seus desígnios.

P.R. - Maria Augusta, já que estamos falando na campanha, vamos voltar à terceira convenção, em 1952. Nessa época já existiam no Congresso duas emendas que modificavam o projeto original do governo, que eram a emenda Eusébio Rocha, de Janeiro de 52, e...

M.T. - Havia antes um substitutivo, não é?

P.R. - É. E a do Bilac Pinto, de junho do mesmo ano. Agora, nesse período em que se realizava a convenção do Centro, vem ao Brasil o secretário de Estado norte-americano, Dean Acheson.

* Da Universidade do Brasil

M.T. - Esse lance é muito curioso.

P.R. - Parece que deve haver alguma... Você acha que houve alguma relação entre a vinda do secretário e o processo de desenvolvimento dessas emendas na Câmara?

M.T. - Sim. E tanto houve, que até eu acho que já me referi - são três entrevistas um pouco espaçadas e longas -, mas eu creio até que eu me referi a um espantoso telegrama que nós já mencionamos.

P.R. - É. Exatamente. Do coronel Francisco Rosa.

M.T. - O coronel Francisco Rosa telegrafou ao Centro de Petróleo pedindo - porque foi em cima dessa terceira convenção - pedindo que transferíssemos a convenção, por um motivo patriótico e para não parecer acinte às autoridades e ao ilustre hóspede, que era o Dean Acheson. Então, a imprensa em geral - porque aí extrapolou - até a imprensa, que em geral era mais calada, teve de comentar esse infeliz telegrama, porque o Centro apresentou aos congressistas, aos parlamentares, foi denunciado na Câmara, e o Campanema se desnortou: "Eu não sabia disso!" E saiu pela porta afora, com o telegrama, e depois veio com as desculpas do governo. E os jornais diziam: "Telegrama que no mínimo se pode chamar de infeliz." Mostrando que realmente o que ele queria, se era preciso transferir a convenção de defesa do petróleo pela vinda do Dean Acheson, do ilustre hóspede, é porque ele vinha tratar exatamente daquilo que interessava a ele e que não interessava a nós. Alí ficava claramente demonstrado o propósito da vinda dele aqui. Como de resto continua acontecendo por aí afora.

J.D. - E no caso da tramitação no Congresso, havia deputados que se posicionavam francamente a favor da entrega, ou

que tinham um mínimo de articulação em torno dessas propostas, além, é claro, das propostas relacionadas à guerra fria?

M.T. — Bom. Havia muitos. Tanto que se não fosse o acordo... Nós tivemos que trabalhar em cima do acordo porque nós tínhamos um núcleo de parlamentares que constituíram o embrião da Frente Parlamentar Nacionalista, que integravam o Centro, mas havia muitos que eram atingidos pelo truste, por desconhecimento — mas era difícil desconhecer uma coisa que todo o povo brasileiro já conhecia —, ou por interesses, ou ligados diretamente, enfim, ao truste. Eu me lembro muito — eu acho que eu já comentei aqui — do comandante Helvécio Coelho Rodrigues. Ele tinha uma voz assim: (imita uma voz fina e esganiçada) "Os trustes compram até os paralelepídeos!" Eu me lembro muito do entusiasmo dele nos atos públicos. Então, por esta ou aquela razão, havia muitos. Senão não haveria necessidade, seria fácil chegar a cada um, mostrar; porque o óbvio é fácil de ser mostrado.

J.D. — O problema é que quando nós tratamos da pesquisa, para organizar aqui, não encontramos ninguém contra o monopólio, ou melhor, contra uma solução nacionalista.

P.R. — Só Adolfo Gentil. [risos]

M.T. — Há os que apresentaram. Plínio Pompeu. Oton Mäder...

J.D. — Sim. Sim. Mas nenhum tem uma...

M.T. — Assis Chateaubriand, no Senado. Eu estou citando vários... Apolônio Sales... Foram os nomes...

P.R. — Ismar de Góis.

M.T. — Ismar de Góis, que apresentou a emenda 32, que era

exatamente os contratos de risco que hoje estão aí. E que nós derrubamos, face o acordo." Foi aprovado ainda no anteprojeto, no projeto da Petrobrás foi aprovado no Senado, voltou para a Câmara e... Foi aprovado no Senado, mas na Câmara voltou a cair, junto com outros dispositivos entre-guistas, para se manter o acordo. Então, havia, sim. Se-não não seria necessário a luta tremenda que tivemos.

P.R. — Com o parecer do Lúcio Bittencourt.

M.T. — Como?

P.R. — As emendas no Senado foram derrubadas com o parecer do Lúcio Bittencourt.

M.T. — Ah, com o parecer. Exatamente, do Lúcio Bittencourt.

J.D. — Houve a formação de uma comissão especial para julgar.

M.T. — Exato. Então, vocês estão vendo. Agora, o que a gente precisava dizer, nós como que paramos com essas vitórias, depois, em 56, mas, realmente, nunca houve desistência. E aí eu estava enveredando por este caminho quando interrompemos nossa entrevista passada. Eu estava dizendo que o truste sabia - e o Artur Bernardes sempre enfatizava muito isso, que eles gostavam, e que foi durante a ditadura que eles conseguiram as concessões da Itabira Iron. Bernardes focalizava muito isso. Que eles queriam um clima em que não houvesse debates nem no Parlamento nem nas ruas, para defender os seus interesses. E eu dizia, quando interrompemos a nossa última entrevista, que logo depois da aprovação da Lei de Remessa de Lucros, veio o golpe de 1964. E eu me lembro bem...

V.L. — Só uma interrupçãozinha. Mas na época do governo

Jango o Centro já estava completamente desativado, não é?

M.T. - Olhe, eu não quero dizer completamente desativado porque eu disse a vocês que ele permaneceu, e em 61 eu ainda fiz essa palestra que citei há pouco. Ele continuava fazendo. Bem, não havia aquela mobilização intensiva do povo...

V.L. - Não, e nenhuma campanha se mantém de forma permanente.

M.T. - Durou mais que oito anos seguidos. E com um pique. E com um pique. Daí eu afirmar, e quero deixar bem claro aqui, que a Campanha do Petróleo constituiu a maior e mais prolongada mobilização popular no Brasil em defesa de um legítimo interesse nacional. Quando se fala na Campanha das Diretas Já, quando houve aquela multidão na rua, foi bonito, mas foi um pique de campanha, foi uma fase da campanha, não durou como a do petróleo oito anos, mantida com sacrifícios, com lutas, com edição também de um jornal próprio, de que eu já falei, Emancipação, que por muitos anos funcionou. Quer dizer, uma campanha continuada como foi a do petróleo.

Mas, para organizar o que nós interrompemos, realmente, o que elas não conseguiram em um clima livre de democracia, as multinacionais tentaram novamente. E isto elas fazem pelo mundo afora. Eu citei já aqui o exemplo do Irã, que quando começou a nacionalizar suas indústrias do petróleo, os ingleses interferiram no sentido da queda do Mossadegh, e da volta do Palehvi.

[FINAL DA FITA 4-B]

M.T. — Então, nós dizíamos que a multinacional está sempre preferindo um clima onde não haja essa mobilização da opinião pública, para obter os seus desígnios. E quando veio 1964, depois, eu já disse, da aprovação da Lei de Remessa de Lucros etc, eu me lembro de que - eu já me referi à campanha da indústria farmacêutica - me lembro bem, eu estava bem interessada no fato - o golpe foi em 31 de março, não é? -, em 16 de abril há uma notícia no Correio da Manhã, dizendo que a Johnson e Johnson havia reunido seus representantes lá na América e concluído que o golpe tinha sido "oba-oba", não é, "aleluia", porque, se não tivesse havido o golpe, já estaria pronto um decreto de nacionalização da indústria farmacêutica para o dia 7 de abril. Ora, nada de mais fantasioso, como eu comento no meu livro, porque realmente a campanha já havia ganho uma certa projeção, mas não havia nenhuma coisa, infelizmente, nem condições objetivas e práticas para se conseguir assim num passe de mágica essa nacionalização, que até hoje se faz necessária, porque nós estamos vendo hoje, mais do que nunca, nessa crise do cruzado, que a indústria farmacêutica está cometendo verdadeiros crimes contra a saúde nacional, uma vez que nós não dispomos da matéria-prima. Temos que ter a nossa Quimiobrás, temos que ter aqui nossos insumos - um país tão rico - para desenvolver os nossos insumos de base, e a nossa própria indústria farmacêutica, dentro de um critério de poucos produtos. A própria ONU reconhece que muito menos de quinhentos são necessários para a cobertura das nossas necessidades. E nós estamos vendo a falta completa de remédios aí, prejudicando seriamente a saúde do nosso povo, porque a multinacional está querendo ter cada vez maiores lucros, e ela já confessou que o lu-

cro aqui é duas vezes maior do que ele obtém lá na própria América do Norte. Então isso tudo tem... Mas a indústria nacional já cantava louvores ao golpe. Eu estou só citando este exemplo para mostrar como quem é interessado no clima - e Artur Bernardes já alertava seguidamente para isto, como eu vinha dizendo - é a multinacional.

Então, nós vamos ver que no correr da ditadura a multinacional continuou - era aquela tônica que eu vinha mostrando - sempre insistindo para que lhe fossem feitas concessões. Em 1970, houve uma nova tentativa de introduzir os contratos de risco aqui no Brasil. Era ministro das Minas e Energia Antonio Dias de Leite, e ele apresentou proposta no sentido de que se autorizassem assinaturas de contratos similares aos que existem hoje em dia, quer dizer, os contratos de risco. Na época, curiosamente, esta proposta foi barrada por Geisel, que era presidente da Petrobrás. No entanto, cinco anos mais tarde, ele próprio viria a instituir os contratos de risco, depois de novos eventos. Em 72 foi criada a Braspetro, que é uma empresa que vai fazer prospecções, contratos de risco no exterior. O espírito do Centro de Petróleo sempre foi contra isso, porque se nós não queremos o imperialismo aqui, nós também não queremos fazer o imperialismo lá fora, e achamos que é incoerência, que nós temos que concentrar os esforços da Petrobrás aqui dentro, porque nós temos de garantir a nossa auto-suficiência. Mas o próprio Mr. Link insinuou e sugeriu que fossem feitos contratos lá fora, porque ele já queria insinuar que nós não teríamos aqui bacias sedimentares suficientes, quando a verdade se mostrou muito outra. Então, baseadas nisso, vieram outra vez as propostas de que se fizessem os contratos de risco

e assim foi. Até que o Roberto Campos, ministro Roberto Campos, lá na Inglaterra, começou a trabalhar junto às multinacionais, a Shell, a British Petroleum, no sentido de que fossem instituídos contratos de risco aqui no Brasil. Em 1974, por aí, 75, ele veio ao Brasil e teve contato com o presidente, que já era o próprio Geisel, e pouco tempo depois, o próprio Geisel, que em 70 havia sido contrário à adoção dos contratos de risco, ele foi para a televisão - eu vi, muitos, se não viram, leram depois - e instituiu verbalmente, os contratos de risco. Agora, eu digo verbalmente porque não há um ato formal, escrito, na-da, instituindo os contratos de risco. Foi dito: "Ficam instituídos os contratos de risco." E lembram-se de quando eu falei que em 56 Vicente Rao já dizia isso? "Ah, nós sabemos que a lei não permite, mas na prática a gente pode fazer." Foi o que Geisel fez, mas em regime de ditadura, porque já não havia... Agora você está vendo, José Luciano, quando eu digo que era a pressão da opinião pública organizada que barrava? Porque a época era de ditadura. O Parlamento não tinha o livre funcionamento, as cassações eram seguidas, o povo não estava na rua para defender o seu petróleo. Então foram instituídos e foram feitos contratos de risco. E nós estamos vendo que hoje nós ainda estamos trabalhando, e acabamos de lançar novamente, de relançar a campanha do "O petróleo é nosso", através da Comissão em Defesa do Monopólio Estatal do Petróleo e Contra os Contratos de Risco, com elementos participantes da primeira etapa da Campanha do Petróleo. Eu própria estou lá, Hugo Régis dos Reis, Henrique Miranda e o reitor Horácio Macedo, que foi da primeira etapa da campanha, está nessa comissão, e vários outros.

V.L. - Como é que está se articulando essa nova campanha?

M.T. - Está sendo presidida pelo dr. Barbosa Lima Sobrinho, 90 anos, presidente da ABI, que está efetivamente participando de todas as reuniões, viajando, indo a Brasília, voltando. Ele não está dando o nome não, ele está trabalhando. E vocês vejam, os artigos dele dos domingos são sempre em cima do assunto. E está sendo coordenada pela Associação de Engenheiros da Petrobrás - o Antônio Maciel Neto, que é o presidente, é o coordenador da campanha. E agora, até foi bom falar nisto porque pulamos uma coisa muito importante. Você me perguntou se a campanha se desmobilizou, não foi Valentina?

V.L. - Foi.

M.T. - E eu queria dizer a você...

V.L. - Como campanha, é natural que sim, não é, Maria Augusta, depois de tantos anos. Porque são dois níveis de coisa - um é a desmobilização enquanto campanha, uma vez atingido certo objetivo, pois é impossível manter a mobilização popular permanente e contínua.

M.T. - E sobretudo quando um fato maior... Primeiro veio a ditadura, que desmobilizou tudo.

V.L. - Mas mesmo antes da ditadura, a consecução [inaudível] Atingiram-se certos objetivos básicos da campanha, não é?

M.T. - É. Mas eu quero dizer é que nesse período houve um fato muito importante. Eu me referi agora à AEPET, e eu quero frisar porque é importantíssimo. É que a luta que vinha sendo levada a efeito pelo Centro, pela Liga, pelo povo em geral, passou a ser feita e defendida pelos

próprios trabalhadores da Petrobrás - e isso é muito interessante e até bonito - pelos trabalhadores nos seus sindicatos e pela Associação de Engenheiros da Petrobrás, AEPET, que se constituiu em 1980. Me parece que à época era presidente o engenheiro Wilson Barbosa. E ela condenou, ela verberou, desde então a instituição dos contratos de risco. Então, a própria defesa do monopólio estatal do petróleo e da própria Petrobrás passou a ser feita pelos trabalhadores, pelos engenheiros da Petrobrás. E o Centro de Petróleo continuou a manter contato, apoiando, através de comissões ainda existentes, e também do seu presidente de honra, depois da morte do general Felicíssimo Cardoso, que foi seu último presidente, através do presidente de honra, comandante Alfredo de Moraes Filho, e de pessoas que até hoje estão na campanha, o Centro continuou a manter contato e a apoiar a luta dessas entidades, quer sindicais, quer a AEPET. Então, foi assim uma espécie de continuação já hoje através... E outro dia até foi interessante, porque estávamos num ato público já da nova campanha, membros da Comissão em Defesa do Monopólio Estatal e Contra os Contratos de Risco, e um trabalhador da Petrobrás me perguntava: "Maria Augusta, você está vendo diferença? O que você está vendo, comparando o início da Campanha do Petróleo e agora o relançamento?" Eu olhei e disse: "Eu estou vendo o mesmo entusiasmo. Agora, hoje, realmente, é uma coisa bem distinta. É que os próprios trabalhadores da Petrobrás, aquilo que nós conseguimos e construímos, estão à frente da defesa da Petrobrás, da defesa da campanha." Isto é um dado que eu não queria deixar de mencionar porque considero da maior importância.

P.R. - Mas antes dos contratos de risco, já no final do

governo Castelo Branco e início do governo Costa e Silva, houve duas outras concessões, que foram a retirada do xisto betuminoso do monopólio estatal e também da petroquímica.

M.T. — Sim. Isto, na prática, se nós não nos mantivermos alertas e defendendo, isto irá ocorrendo, não é? E tem havido tentativas, de todas as maneiras, mesmo nesses pólos petroquímicos que estão querendo construir, para que a iniciativa privada participe. E agora mesmo, quando se fala em privatização, fala-se em subsidiárias da Petrobrás serem desativadas. E eu já me referi aqui que o próprio Hélio Beltrão, quando presidente da Petrobrás, ele verbe-rou isso, porque disse que a Ultrafértil, se fosse privatizada, já tinha tal desempenho, tal desenvolvimento, que isso não poderia ser feito sem grandes danos para o país. Então existe sempre, ainda até hoje, a necessidade de vigilância e atenção. Sobretudo nesta época, em que o governo se anuncia abertamente privatista, e em que ele também está profundamente ligado ao capital estrangeiro. E eu quero então recordar duas frases do autor da tese do monopólio estatal, Horta Barbosa: "A indústria do petróleo é altamente monopolista. Ou é monopólio de Estado ou é monopólio do truste", como ele então afirmava, das multinacionais. E a outra que também define muito a questão é: "O petróleo pertence à nação, que há de dividi-lo igualmente por todos os seus filhos".

P.R. — Agora, voltando um pouco ainda ao início da atividade empresarial da Petrobrás. É ainda uma pergunta de natureza política. Você não acha, por exemplo, que a indicação do Juraci Magalhães para presidente da empresa, que desconsertou muita gente, inclusive o meu grande amigo Eu-

sébio Rocha, isso não teria sido uma jogada do Getúlio para amaciar a oposição da UDN? Não poderia ser isto?

M.T. — Olhe, eu já demonstrei claramente qual é minha opinião sobre Getúlio. Eu não creio que o Getúlio fizesse qualquer coisa apenas para "amaciar" a posição de outro. E eu não aceitaria, mesmo com essa razão, que fosse designado presidente da empresa que se iniciava uma pessoa da posição do Juraci, só para que o adversário não viesse contrariar. Já estava instituída a lei, já estava instituída a Petrobrás, o importante seria manter a luta e prosseguir nos seus objetivos. E o fato é que a empresa é de tamanho vulto, é de tanta importância, que ela tem resistido aos diversos presidentes que se têm sucedido, com posições diversificadas, melhores ou piores. E atualmente, mesmo, eu tenho grandes objeções a fazer ao presidente atual, Osires Silva, porque ele se manifesta favorável, por exemplo, à conversão da dívida nacional em capitais de risco, coisa com que não se pode concordar. E ele próprio é favorável, e assim o declarou, aos contratos de risco da Petrobrás. E também o Wagner Silva, diretor de produção da Petrobrás.

Então nós vemos que a luta tem de continuar, intensiva, pelos próprios participantes da empresa e por nós cá fora, até quando eles ficarem impedidos de falar, o que já aconteceu. Eles sofreram grandes perseguições, sobretudo em 64, os próprios funcionários da Petrobrás foram demitidos. Ultimamente é que veio a anistia. Então há épocas em que eles têm mais... E eles, corajosamente, têm todas as situações para defender a empresa. Mas nós temos que dizer que, mesmo atualmente, hoje, o presidente da empresa... Quando o Hélio Beltrão foi substituído, eu

disse: "Lamentável!", porque ele vinha mantendo uma posição mais coerente de luta. E foi substituído pelo Ozires, que declarou, claramente, que é favorável aos contratos de risco. Eu disse a vocês: os contratos de risco não têm nenhum embasamento legal, não têm nenhum ato formal. Não há nada escrito: "Ficam instituídos os contratos de risco". Mesmo porque eles contrariam a lei. Eles são inconstitucionais. Já vários juristas analisaram. E não precisa ser jurista, eu sou médica, gente, vocês... Aqui não há nenhum advogado. Basta ver a Lei 2.004, ela proíbe concessão. Se proíbe concessão e é monopólio... O Barbosa Lima Sobrinho tem escrito magníficos artigos; inclusive há dois domingos ele perguntou: "Que monopólio é esse?" Monopólio já quer dizer de um só. Como é que pode ser monopólio com sócio? E sócio estrangeiro? E outra coisa. É que, lamentavelmente, além de se darem concessões, o maior perigo... Porque, realmente, os contratos de risco, que foram instituídos em 75, até hoje não conseguiram achar uma gota de petróleo. Apenas a Pecten descobriu um provável campo comerciável de gás, em Santos. Mas o dramático é que uma enorme parte da nossa bacia sedimentar, mas muito grande mesmo em termos de território, imensa, está em mãos de... foi cedida em contratos de risco, e nessas áreas a Petrobrás não pode nem pisar. A Petrobrás é proibida, é estranha. Ora, num país em que está instituído o monopólio estatal, como é que a Petrobrás não pode gerir - o próprio Conselho de Petróleo - a sua política de petróleo?

Então, os contratos de risco são lesivos em todo sentido: economicamente, financeiramente, atingindo a nossa balança de pagamento. Porque o que eles trouxeram

foi infinitamente menos do que a própria Petrobrás gastou, infinitamente menos. E a Petrobrás está caminhando galhardamente para conseguir a auto-suficiência no petróleo. Ainda falta um caminho a percorrer porque perdemos tempo quando o Geisel achou mais interessante comprar o petróleo importado barato - era três cruzeiros, na época, o barril -, ao invés de prever a crise do petróleo, que se instalou em 73, e já era prevista. E quando veio a crise é que se teve que correr atrás da busca do tempo perdido. Mas assim mesmo está havendo, graças à técnica dos nossos trabalhadores, e com pesquisa própria, comprando equipamento no próprio país, ou seja, favorecendo a indústria nacional de bens de capital, e dando emprego a brasileiros... Quando todos os argumentos contrários, de que não tínhamos capacidade, não tínhamos dinheiro, estão sendo derrubados na prática, e estamos caminhando, estamos conseguindo, que fazem esses contratos de risco aqui? Ocupam grande parte do nosso território, onde não podemos pisar. E é isso o que eles querem, ir entrando sorrateiramente, tomando conta do nosso país. E é por isso que com todo o vigor nós estamos condenando e combatendo. E se um campo tivesse sido promissor, se um campo tivesse sido, como o próprio de gás agora, de Campos... Estamos trabalhando com todo o empenho para que não se estabeleça um novo contrato que é o contrato de produção.

J.D. - É. Porque há um impasse. Ou o Brasil cede dólares para pagar o petróleo, ou o Brasil cede o petróleo, o que é mais grave ainda. O fato de não se ter descoberto petróleo hoje é até uma coisa boa, porque na hora que se descobrir, a que impasse não se irá chegar?

M.T. - Exato. E depois, as indenizações que têm de... Se

nós estamos conseguindo os nossos próprios poços, por que é que vamos agora ter que indenizar o quase nada que os outros descobriram? E depois, tem outro aspecto também, vocês vejam. É que tem que haver uma coordenação geral da política do petróleo. Porque se, por exemplo, agora a Pecten descobre gás, e se estabelece um contrato com ela - e o gás de Campos, que a Petrobrás está conseguindo? E outra coisa, na refinação - agora eu vou entrar para um lado sobre o qual vocês vão depois ouvir os técnicos, mas para dar só uma idéia geral, porque eu não sou técnica em petróleo; a gente acaba virando até técnica em petróleo por força de interesse pelo problema, não é? É que na ocasião da refinação do petróleo bruto, vão aparecendo os produtos, como a gasolina, o óleo combustível, o óleo diesel etc. etc. E o óleo combustível sempre sobra em maior quantidade e é aplicado em indústrias. Agora, sobra no mundo inteiro; então, se você tiver um acúmulo, você nem tem como se descartar dele. Ora, se de repente uma multinacional que descobre gás resolve vender para uma indústria que já está equipada e movida a óleo combustível, já contrariará esta política e atrapalhará um plano geral. Porque nós temos que fazer isso, já pegando o aspecto econômico. E isto os técnicos poderão explicar até melhor para vocês, não é?

O grande risco, o grande perigo, o absurdo, o crime de lesa-pátria é eles estarem aqui dentro do nosso país. E nós temos que expulsá-los. Daí o vigor com que nos empenhamos hoje, como ontem, na Campanha em Defesa do Monopólio Estatal e Contra os Contratos de Risco. Para ampliarmos, evidentemente, para os outros campos que ainda não atingimos, como o da distribuição, e para obtermos o que

nós chamamos o monopólio integral para o petróleo.

V.L. - Eu teria ainda só uma última pergunta a fazer, que é a seguinte: a equação, que você descreveu como sendo uma equação bem explicitada pelo Horta Barbosa, de que é ou monopólio do Estado ou monopólio dos trustes, ainda pode ser pensada nos mesmos termos hoje em dia? Estou pensando na presença de um terceiro ator aí que é o capital privado nacional.

M.T. - Exatamente essa sua pergunta me faz reportar aos idos de 47, quando foi lançada a campanha, porque foi exatamente a esse propósito que o Horta Barbosa firmou seu critério. Porque ele dizia o seguinte, ainda hoje válido: "A indústria." - daí a frase - "é altamente monopolista. Ou é monopólio de Estado ou é monopólio de trustes." Porque se cair em mãos, mesmo particulares, cairá na mão de testas-de-ferro.

V.L. - Mas por exemplo, o caso da petroquímica não é nem monopólio do Estado, nem é monopólio dos trustes. Ela se estrutura de uma outra maneira.

M.T. - Olhe, qualquer ramo que caia na mão de capital particular, ele poderá até permanecer na mão de capital particular, mas, se o truste se interessar, ele envolverá facilmente qualquer capital nacional. Agora, não será o mesmo se for um monopólio do Estado. Ele terá que fazer face a um monopólio. Porque se você diluir a campanha para... Isso foi uma tese inicialmente debatida, fechada a questão e seguida até hoje. Esse debate, você retroagiu ao ano de 47, quando... Até antes! Quando o Horta Barbosa lançou a sua tese, foi até antes de 47. Em 47 ele já jogou... Leia aquelas duas magistrais conferências que

ele fez. Estão transcritas em anexo ao meu livro. Leia. Eu transcrevi de propósito para quem queira conhecer o problema. Não consegui a íntegra do entreguista do Juarez, mas transcrevi opiniões da revista sobre os pontos de vista dele, para poder haver um confronto. E você vai ver claramente explicada essa pergunta que você me fez. Ficou cabalmente excluída a possibilidade de haver a participação do capital, porque há outros tipos de indústria... Até quando começamos com a indústria farmacêutica, nós começamos a tentar defender a indústria farmacêutica genuinamente nacional. Porque, depois da guerra, nós tivemos muitos laboratórios nacionais. Mas a multinacional foi entrando e foi incorporando - é esse o risco! - incorporando as nossas indústrias particulares genuinamente nacionais, e hoje em dia nós vemos que os laboratórios nacionais remanescentes faturam pouquíssimo, e as multinacionais, conseguem o grande faturamento da indústria. E dominam. É o que eu falei há pouco. Hoje nós estamos à mercê de darem ou não darem o remédio. Eles brincam com a saúde do povo brasileiro, que não pode...

P.R. - Mas há um dado especial nesse caso. É que excluindo, evidentemente, a questão do petróleo, esses nacionais que entregaram o ouro, foi depois de 64, por pressão de Roberto Campos. Quer dizer, em muitos casos - e na indústria farmacêutica me parece que foi esse o caso. Eu me lembro de que naquela época, como repórter da Folha de São Paulo, eu acompanhei muito o caso da indústria têxtil. Ela foi massacrada intencionalmente pelo governo Castelo Branco, e os industriais brasileiros foram obrigados a entregar para a Rhodia, não sei mais para quem, uma série de outras. Quer dizer, eles foram obrigados a entregar.

Eu presenciei, vendo o drama do Eurico Amado, do Fernando Gasparian, daqueles que tinham aquelas fábricas lá em Petrópolis, o José Maciel Filho, eram verdadeiros dramas. Eles lutavam, e a política econômico-financeira do governo não dava realmente condições a eles, de forma nenhuma, de recuperar o parque fabril deles.

M.T. — Mas então é um argumento a mais em favor do monopólio do Estado.

P.R. — Eu tenho a impressão de que foi nesse período também que a indústria farmacêutica começou a trocar de mãos.

M.T. — Não. Depois da guerra ela já começou a se desnacionalizar, viu. Desde então e até hoje. E até hoje. E eu citei esse exemplo porque hoje eu já tenho dúvidas em defender a própria indústria farmacêutica genuinamente nacional, porque ela acaba sendo engolida pela multinacional. Então, eu hoje defenderia uma indústria química de base estatal, com a CEME, que é uma indústria estatal, controlando os produtos básicos para a nossa indústria, sobretudo para as necessidades essenciais do povo brasileiro, que são específicas. Então, a mesma coisa. Eu estou dando um exemplo para você compreender o que já se debateu e até hoje é princípio firmado. Com a indústria do petróleo não se pode brincar, porque ela envolve a própria soberania nacional. Se você fizer qualquer concessão, você está arriscando a ver, como aconteceu agora com os contratos de risco, a penetração da multinacional. Como já estão na distribuição. E para você expulsar daqui do país a multinacional, você pode ter muita luta, até sangrenta, como aconteceu no Irã e eu denunciei quando estava no Rio Grande do Sul. Se quisermos defender os nossos filhos,

vamos defender hoje, para que eles amanhã não tenham que pagar com a própria vida a expulsão das multinacionais que nós permitimos que entrassem no nosso país. Então, volto a dizer, Horta Barbosa previu tudo isto quando fez essa afirmação: "Ou é monopólio de Estado ou é monopólio de truste". Só um pode fazer face ao outro.

J.D. — Eu queria terminar fazendo uma pergunta um pouco amena, sobre algo em que a senhora não toca no livro. Se o povo vitorioso, como comemorou a vitória em outubro de 53? Houve manifestações?

M.T. — Olhe, realmente não deu para extravasar como deveria ser. Você até está me fazendo pensar nisto agora, depois de tantos anos. Tanto trabalho eu tinha ainda pela frente que eu não me lembro de uma grande festa popular, que até mereceria. Mas eu sei que fatos isolados foram muito grandes. Claro que houve um grande regozijo, embora não total, porque a vitória não foi completa. Mas nós continuávamos a trabalhar. Nós vimos que em seguida, como eu disse ainda há pouco, as investidas continuaram. E nós tínhamos uma visão tão clara de que a luta não havia terminado e de que nós teríamos de manter, como até hoje estamos mantendo, a luta, porque as investidas voltariam, que nós tratamos de nos fortalecer para não desmobilizar. Porque a grande festa poderia dizer: "Pronto! Vitoriosos, vamos para casa." Não. Nós tratamos foi de intensificar a campanha e estamos até hoje no brinquedo, na luta, e vocês da geração nova estão agora — nós não penduramos as chuteiras e não queremos pendurar tão cedo — mas vocês agora estão se incorporando para prosseguir, porque nós precisamos, para os nossos filhos e para os nossos netos, e para a defesa da soberania e dos interesses nacionais.

V.L. — Como é que a campanha atualmente está se articulando com os partidos políticos? Como é que ela está se organizando como lobby frente à Constituinte?

M.T. — Bom, nós estamos trabalhando, intensivamente, com qualquer partido político que esteja... Como sempre, ela é suprapartidária. E o exemplo disso foi o lançamento da campanha no dia 6 de julho, na ABI, em que representantes dos mais diferentes partidos políticos estiveram representados.

V.L. — E dessa vez a campanha também define, como naquele momento, objetivos muito claros? Quais são eles?

M.T. — Sim. Embora haja vários aspectos a se trabalhar, no momento, face à Constituinte, nós estamos centrando na defesa do monopólio estatal do petróleo e contra os contratos de risco. Estamos nos lançando para as ruas e já temos programado para o dia 28 de agosto - e vocês estão convidados - às 18 horas, um comício na Cinelândia. Já superlotamos o auditório da ABI, que foi sempre palco de nossos congressos e convenções. Lembra-se Plínio? E a União Nacional dos Estudantes também, não é? E a praça pública. Estamos voltando para a praça pública no dia 28 de agosto e contamos com todos vocês lá.

V.L. — Mas ela está se articulando em nível nacional?

M.T. — Sim. Há sempre um núcleo inicial, mas desta vez com base nas próprias entidades sindicais dos petroleiros, que existem por todo o país. Já é uma base sobre a qual nós estamos conseguindo penetrar, e com aliados de toda natureza, de todas as entidades, enfim, do povo geral que queira participar. É muito recente essa nova reorganização, mas já estamos conseguindo atingir, e estamos rece-

bendo resposta de vários pontos do país, noticiário que chega, ou quem está querendo se organizar, como está se organizando, participação, viagens para cá, muitas idas a Brasília para visitar parlamentar por parlamentar e palestras com os parlamentares. Então, é essa pressão diuturna para que se consiga alguma coisa de melhor nessa Constituinte, que ainda foi eleita pelo poder econômico, lamentavelmente. Mas estamos trabalhando para conseguir. E acredito que novas vitórias estarão à vista. Pelo menos por isso estamos lutando.

V.L. — Quero agradecer, em nome da Fundação Getúlio Vargas e em nome da Petrobrás, o depoimento concedido pela dra. Maria Augusta Tibiriçá de Miranda, e dizer que foi um enorme prazer esse convívio durante a realização das sessões.

M.T. — Eu é que agradeço ter tido a oportunidade de deixar fixado para a história nacional uma página vivida pelo povo brasileiro. E foi realmente muito interessante estar aqui com um companheiro de campanha, como foi Plínio de Abreu Ramos, então estudante, e conhecer um jovem que está tão integrado agora na luta, como o José Luciano, e você, Valentina, que está aí tão integrada, tão interessada e tão entusiasmada. Para mim foi um grande prazer. Vamos prosseguir juntos!

[FINAL DO DEPOIMENTO]